

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2013

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Ficha Técnica

Título - Relatório de Atividades 2013 da DGPRM

Data de finalização - Março de 2014

Coordenação - Gabinete de Assessoria Técnica à Direção

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Av. Ilha da Madeira, 1 - 4º Piso

1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3010001 / (21)3011173

Fax: (21)3013037

E-mail: dgprm.geral@defesa.pt

URL: <http://www.mdn.gov.pt>



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

INDICE

Nota de Apresentação do Relatório 2013	5
Missão e Programas	7
QUAR 2013	8
Relatório de Auto-Avaliação	9
Avaliação dos Objectivos Operacionais (complementares) das Unidades Orgânicas	57
Glossário/Listagem síntese de Programas e Acções do Relatório de Actividades	78

Programas e Acções

01 Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Qualificação e Formação	86
02 Dimensionar os RH	93
03 Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH	97
04 Participar na Cooperação Técnico-Militar	106
05 Assegurar o cumprimento dos Deveres Militares	108
06 Promover a Profissionalização do Serviço Militar	114
07 Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar	121
08 Fomentar o Bem-Estar Social dos RH	133
09 Apoiar os Antigos Combatentes	140
10 Estudos, Planeamento, Avaliação, Modernização e Informação à Gestão	144
11 Gerir os Recursos da DGPRM	149
12 Explorar os Sistemas de Informação da DGPRM	156



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

13 Fomentar a Educação Física e Desporto Militar	161
14 Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e Segurança)	166
15 Gestão de Projetos	169

Anexos	171
---------------------	------------

Balanço Social 2013

Execução orçamental 2013 da DGPRM (DGPRM, DSSASAC, DDN, Propinas e PALOP´s)

Gestão documental

Organograma

Rede informática

Instalações



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional (Decreto-Lei n.º 122/2011, de 18 de Dezembro) assim como o Decreto-Regulamentar n.º 6/2012, de 18 de Janeiro, a Portaria n.º 93/2012, de 3 de Abril, o Despacho n.º 7790/2012, de 6 de Junho, e o Despacho n.º 12568/2012, de 31 de Agosto, contextualizam juridicamente a missão, atribuições e competências da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM).

Fundamentado nos programas e ações expostas no Plano de Atividades para 2013 apresenta-se o Relatório de Atividades 2013 da DGPRM nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro.

Cumprindo com a alínea e) do art.º 8º e n.º 2 do art.º 5º do Decreto-Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro, o Relatório reúne a elaboração do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR 2013), os objetivos globais das unidades orgânicas e sua respetiva avaliação, e o relatório de auto-avaliação do serviço. Os objetivos estratégicos da Direcção-Geral definidos no QUAR, concretizam-se em 15 programas, que resultaram em 111 ações (17 projetos, 12 atividades de manutenção e 82 atividades correntes).

Realçam-se entre as diversas ações da DGPRM as que abaixo se enunciam:

- *Órgão Central de Recrutamento;*
- *Dia da Defesa Nacional* (planeamento, divulgação, execução e monitorização);
- *Desenvolvimento de estudos, propostas, produção e revisão legislativa nas áreas de:*
 - política de qualificação e formação militar;
 - regulação do sistema de recursos humanos nas matérias estatutárias e gestão de efetivos, e aperfeiçoamento do sistema retributivo;
 - políticas referentes aos deveres militares e profissionalização do serviço militar;
 - políticas de saúde, assistência e bem estar social das Forças Armadas; política de apoio aos antigos combatentes;
 - estudos, planeamento e modernização da gestão; gestão financeira, administrativa, de pessoal e sistemas de informação; assistência religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança; educação física e desporto militar e gestão de projetos.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

O total dos encargos da Direcção-Geral (envolvendo Apoio aos Antigos Combatentes, DDN, Incentivos e PALOP's) contabilizam 3.974.316,54 €. A execução orçamental referente a 2013 encontra-se detalhada em anexos específicos.

Aos dirigentes e restantes trabalhadores da DGPRM o meu agradecimento e reconhecimento pela participação para os resultados alcançados e o contributo na produção deste relatório anual.

Lisboa, 13 de Março de 2014

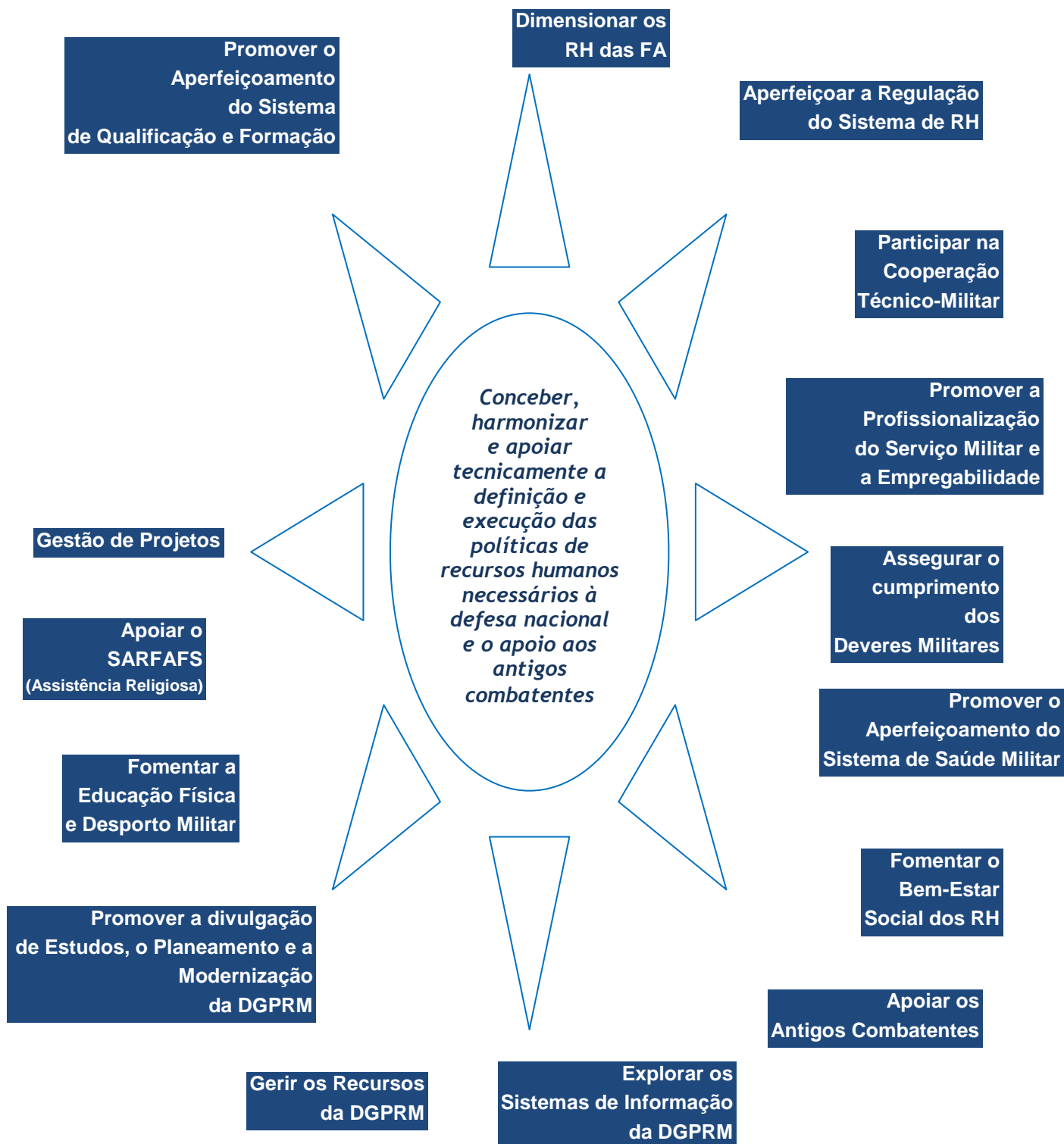
Alberto Rodrigues Coelho
Diretor-Geral

(assinatura digitalizada)



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

MISSÃO E PROGRAMAS





QUAR 2013

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Monitorização do QUAR - ANO: 2013

Ministério da Defesa Nacional

Direcção Geral de Pessoal de Recrutamento Militar

MISSÃO: A DGPRM tem por missão conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à Defesa Nacional e o apoio aos antigos combatentes.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2013	TAXA REALIZAÇÃO
Reforçar a eficiência dos recursos e dos instrumentos de gestão da DGPRM, bem como a valorização dos recursos humanos da Defesa Nacional.		
Preparar a implementação do Órgão Central de Recrutamento que possa munir a DGPRM da capacidade de coordenação e de monitorização das dinâmicas de recrutamento militar.		
Promover a divulgação de informação sobre a legislação em vigor destinada a militares e ex-militares.		

Objectivos Operacionais

Eficácia 30.0

Produção de um estudo relacionado com as questões de ensino e formação das Forças Armadas e do impacto do mesmo no sistema de profissionalização.

INDICADORES	2012	META 2013	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	MÊS	META INTERCALAR	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-------------	------	-----------	------------	---------------	------	-----	-----------------	-----------	-----------------	---------------

Data de entrega do relatório final do estudo da formação profissional certificada nos Ramos da Forças Armadas (em dias)		90.0	10.00	65.00	100	Abril		95.0	100.0	Atingiu
---	--	------	-------	-------	-----	-------	--	------	-------	---------

Coordenação da equipa de trabalho para a implementação do órgão central de recrutamento

INDICADORES	2012	META 2013	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	MÊS	META INTERCALAR	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-------------	------	-----------	------------	---------------	------	-----	-----------------	-----------	-----------------	---------------

Data da apresentação da estrutura do órgão central de recrutamento (em dias)		90.0	10.00	65.00	50	Abril		65.0	125.0	Superou
--	--	------	-------	-------	----	-------	--	------	-------	---------

Data de entrega do estudo sobre os recursos necessários à implementação do órgão central de recrutamento (em dias)		181.0	30.00	146.00	50	Abril				
--	--	-------	-------	--------	----	-------	--	--	--	--

						Agosto		145.0	125.7	Superou
--	--	--	--	--	--	--------	--	-------	-------	---------

Monitorizar a evolução dos efetivos militares em 2013 por forma a verificar a sua conformidade com os quantitativos máximos fixados na Lei

INDICADORES	2012	META 2013	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	MÊS	META INTERCALAR	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-------------	------	-----------	------------	---------------	------	-----	-----------------	-----------	-----------------	---------------

Elaboração do relatório do 4º trimestre 2012 (em dias)		31.0	2.00	21.00	25	Abril		30.0	100.0	Atingiu
--	--	------	------	-------	----	-------	--	------	-------	---------

Elaboração do relatório do 1º trimestre 2013 (em dias)		120.0	2.00	110.00	25	Abril		113.0	117.5	Superou
--	--	-------	------	--------	----	-------	--	-------	-------	---------

Elaboração do relatório do 2º trimestre 2013 (em dias)		122.0	2.00	112.00	25	Abril				
--	--	-------	------	--------	----	-------	--	--	--	--

						Agosto		109.0	132.5	Superou
--	--	--	--	--	--	--------	--	-------	-------	---------

Objectivos Operacionais

Elaboração do relatório do 3º trimestre 2013 (em dias)	123.0	2.00	113.00	25	Dezembro	117.0	115.0	Superou
--	-------	------	--------	----	----------	-------	-------	---------

Eficiência

40.0

Formação dos trabalhadores em áreas reveladas estratégicas para a DGPRM

INDICADORES	2012	META 2013	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	MÊS	META INTERCALAR	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-------------	------	-----------	------------	---------------	------	-----	-----------------	-----------	-----------------	---------------

Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação até 31 de dezembro	56.0	5.00	70.00	100	Abril	5.0	9.8	Não Atingiu
---	------	------	-------	-----	-------	-----	-----	-------------

					Agosto	16.0	31.4	Não Atingiu
--	--	--	--	--	--------	------	------	-------------

					Dezembro	71.0	126.8	Superou
--	--	--	--	--	----------	------	-------	---------

Reduzir os custos de manutenção e operação

INDICADORES	2012	META 2013	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	MÊS	META INTERCALAR	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-------------	------	-----------	------------	---------------	------	-----	-----------------	-----------	-----------------	---------------

Redução de custos (%)	2.5	.30	4.00	100	Dezembro	13.2	277.7	Superou
-----------------------	-----	-----	------	-----	----------	------	-------	---------

Qualidade

30.0

Atingir um nível de satisfação dos Antigos Combatentes igual ou superior a 75%, após a Elaboração de guia prático sobre os benefícios a eles destinados, junto das Associações dos Antigos Combatentes

INDICADORES	2012	META 2013	TOLERÂNCIA	VALOR CRÍTICO	PESO	MÊS	META INTERCALAR	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-------------	------	-----------	------------	---------------	------	-----	-----------------	-----------	-----------------	---------------

% de satisfação das associações de Antigos Combatentes	75.0	5.00	95.00	100	Dezembro	100.0	131.3	Superou
--	------	------	-------	-----	----------	-------	-------	---------

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	MÊS	META INTERCALAR	REALIZADOS	DESVIO
------------	-----------	-----------	-----	-----------------	------------	--------

Dirigentes - Direcção superior *	20.0000	20	Abril	0	7	13
----------------------------------	---------	----	-------	---	---	----

			Agosto	0	14	6
--	--	--	--------	---	----	---

			Dezembro	0	22	2
--	--	--	----------	---	----	---

Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0000	160	Abril	0	63	97
---	---------	-----	-------	---	----	----

			Agosto	0	127	33
--	--	--	--------	---	-----	----

			Dezembro	0	186	26
--	--	--	----------	---	-----	----

Coordenador Técnico *	9.0000	9	Abril	0	6	3
-----------------------	--------	---	-------	---	---	---

			Agosto	0	13	4
--	--	--	--------	---	----	---

			Dezembro	0	16	7
--	--	--	----------	---	----	---

Assistente Operacional *	5.0000	70	Abril	0	20	50
--------------------------	--------	----	-------	---	----	----

			Agosto	0	43	27
--	--	--	--------	---	----	----

			Dezembro	0	44	26
--	--	--	----------	---	----	----

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	MÊS	META INTERCALAR	REALIZADOS	DESVIO
Técnico Superior	12.0000	780	Abril	0	399	381
			Agosto	0	769	11
			Dezembro	0	777	3
Assistente Técnico	8.0000	328	Abril	0	89	239
			Agosto	0	183	145
			Dezembro	0	186	142

Trabalhadores a exercer funções no serviço a 31/12/2012 :

MÊS	META INTERCALAR	REALIZADOS	DESVIO
-----	-----------------	------------	--------

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	MÊS	META INTERCALAR	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	2570692.00	Abril			
		Agosto		2144703.02	425988.98
		Dezembro		2498769.99	71922.01
Despesas c/Pessoal	2085950.00	Abril			
		Agosto		1426583.51	659366.49
		Dezembro		2250286.31	164336.31
Aquisições de Bens e Serviços	400562.00	Abril			
		Agosto		711045.37	310483.37
		Dezembro		207360.53	193201.47
Outras Despesas Correntes	84180.00	Abril			
		Agosto		7074.14	77105.86
		Dezembro		41123.15	43056.85
PIDDAC	.00	Abril			
		Agosto			
		Dezembro		.00	.00
Outros Valores	535000.00	Abril			
		Agosto		222963.65	312036.35
		Dezembro		362512.94	172487.06

NOTA EXPLICATIVA

O desvio verificado no Objetivo operacional 3, indicador 6, deve-se ao facto da receção dos dados das entidades envolvidas no processo, antes do prazo acordado. O desvio verificado no Objetivo 5, indicador 9, (redução da despesa de 13,16 verificada relativamente ao ano de 2012) é devida, basicamente, ao facto de o DDN ter sido suspenso, e de não se ter realizado as despesas com a 1ª Fase do ciclo de 2013/2014, as despesas que se realizaram durante este período foram para a preparação do novo ciclo que teve início em 2014.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
Data de entrega do relatório final do estudo da formação profissional certificada nos Ramos da Forças Armadas (em dias)	
Data da apresentação da estrutura do órgão central de recrutamento (em dias)	
Data de entrega do estudo sobre os recursos necessários à implementação do órgão central de recrutamento (em dias)	
Elaboração do relatório do 4º trimestre 2012 (em dias)	
Elaboração do relatório do 1º trimestre 2013 (em dias)	
Elaboração do relatório do 2º trimestre 2013 (em dias)	
Elaboração do relatório do 3º trimestre 2013 (em dias)	
Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação até 31 de dezembro	
Redução de custos (%)	
% de satisfação das associações de Antigos Combatentes	

Indicadores - Fonte de Verificação

Data de entrega do relatório final do estudo da formação profissional certificada nos Ramos da Forças Armadas (em dias)
Relatório Final
Data da apresentação da estrutura do órgão central de recrutamento (em dias)
Proposta
Data de entrega do estudo sobre os recursos necessários à implementação do órgão central de recrutamento (em dias)
Estudo
Elaboração do relatório do 4º trimestre 2012 (em dias)
4º Relatório trimestral 2012
Elaboração do relatório do 1º trimestre 2013 (em dias)
1º Relatório trimestral 2013
Elaboração do relatório do 2º trimestre 2013 (em dias)
2º Relatório trimestral 2013
Elaboração do relatório do 3º trimestre 2013 (em dias)
3º Relatório trimestral 2013
Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação até 31 de dezembro
Relatório da formação
Redução de custos (%)
Execução orçamental
% de satisfação das associações de Antigos Combatentes
Relatório de aplicação dos inquéritos



RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Elucidário

Nos termos do artigo 4.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, são consideradas as seguintes expressões:

Competências	- O parâmetro de avaliação que traduz o conjunto de conhecimentos, capacidades de ação e comportamentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz, adequado ao exercício de funções por dirigente ou trabalhador.
Dirigentes máximos do serviço	- Os titulares de cargos de direção superior do 1.º grau ou legalmente equiparado, outros dirigentes responsáveis pelo serviço dependente de membro do Governo ou os presidentes de órgão de direção colegial sob sua tutela ou superintendência.
Dirigentes superiores	- Os dirigentes máximos dos serviços, os titulares de cargo de direção superior do 2.º grau ou legalmente equiparados e os vice -presidentes ou vogais de órgão de direção colegial.
Dirigentes intermédios	- Os titulares de cargos de direção intermédia dos 1.º e 2.º graus ou legalmente equiparados, o pessoal integrado em carreira, enquanto se encontre em exercício de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional da carreira, os chefes de equipas multidisciplinares cujo exercício se prolongue por prazo superior a seis meses no ano em avaliação e outros cargos e chefias de unidades orgânicas.
Indicadores de Desempenho	- Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto.
Objetivos	- O parâmetro de avaliação que traduz a previsão dos resultados que se pretendem alcançar no tempo, em regra quantificáveis.
Serviço efetivo	- O trabalho realmente prestado pelo trabalhador nos serviços.
Serviços	- Os serviços da administração direta e indireta do Estado, da administração regional autónoma e da administração autárquica, incluindo os respetivos serviços desconcentrados ou periféricos e estabelecimentos públicos, com exceção das entidades públicas empresariais.
Trabalhadores	- Os trabalhadores da Administração Pública que não exerçam cargos dirigentes ou equiparados, independentemente do título jurídico da relação de trabalho, desde que a respetiva vinculação seja por prazo igual



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

	ou superior a seis meses, incluindo pessoal integrado em carreira que não se encontre em serviço de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional dessa carreira.
Unidades orgânicas	- Os elementos estruturais da organização interna de um serviço que obedeçam ao modelo e estrutura hierarquizada, matricial ou mista.
Utilizadores externos	- Os cidadãos, as empresas e a sociedade civil.
Utilizadores internos	- Os órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado e das administrações regional e autárquica, com exceção das entidades públicas empresariais.
Qualidade	- Conjunto de atributos e características de uma entidade ou produto que determinam a sua aptidão para satisfazer necessidades e expectativas da sociedade.
Indicadores	- Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto. No entanto, são acima de tudo, instrumentos de informação com vista a apoiar os gestores a comunicar, a negociar ou a decidir. Representam uma grandeza, um número, uma cifra, um cálculo (n.º, % ou taxa) que permite objetivar o acontecimento ou uma situação e interpretá-los.
Eficácia	- Traduzem a relação entre o planeado e o alcançado em matéria de realizações. Em regra, a eficácia é medida por unidades físicas (v.g. n.º de ocorrências) ou monetárias.
Eficiência	- Relação entre os bens produzidos ou os serviços prestados e os recursos utilizados.



Nota Introdutória

O Relatório de Auto-Avaliação é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades de 2013, de forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, este documento tem como objetivo fazer a auto-avaliação da Direção-Geral de pessoal e Recrutamento Militar, analisar o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos operacionais estabelecidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2013 e a sua articulação com a Missão da DGPRM e respetivos objetivos estratégico.

A aplicação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), com base na Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, contribui para a melhoria do desempenho e qualidade dos serviços da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.

Assim sendo, o SIADAP articula-se com o sistema de planeamento de cada Serviço, constituindo para a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos plurianuais, determinados superiormente, dos objetivos anuais e dos planos de atividades, baseado em indicadores de medida.

O sistema de avaliação dos serviços públicos visa reforçar na Administração Pública uma cultura de avaliação e responsabilização, vincada pela publicitação dos objetivos dos serviços e dos resultados obtidos, em estreita articulação com o ciclo de gestão.

A avaliação do desempenho, dos serviços e dos recursos humanos, integra-se no ciclo anual de gestão e assenta em parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade.

Com a finalidade de substanciar a elaboração deste relatório foi solicitada, aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas envolvidas no cumprimento dos objetivos do



QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios verificados.

Metodologia adotada

No ano de 2013, a Direção-Geral de pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) pretendeu dar continuidade a um conjunto de medidas relativas à otimização da gestão dos recursos disponíveis para a prestação eficaz e eficiente de serviços e, simultaneamente, promover o desenvolvimento de novos projetos que consubstanciam novas formas de relacionamento do organismo com o público-alvo.

Exigindo ainda uma maior preocupação com o estabelecimento de um conjunto de procedimentos visando a definição dos objetivos, bem como assegurar o cumprimento dos objetivos operacionais definidos para o ano em apreço.

Neste contexto e a exemplo dos anos anteriores, foi elaborado um modelo disponibilizado a todas as unidades orgânicas, no sentido de recolher contributos necessários para a elaboração do **QUAR 2014** (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo).

A informação assim obtida foi posteriormente sistematizada e harmonizada, sendo objeto de reanálise e correção pelas unidades orgânicas, sendo posteriormente elaborado o documento final.

A coordenação do processo e a elaboração do relatório foram da responsabilidade da Divisão de Estudos Planeamento e Gestão de Recursos (DEPGR).



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

As monitorizações realizam-se quadrimestralmente (abril, agosto e dezembro), procedendo-se assim ao acompanhamento do grau de execução do QUAR, nomeadamente à identificação e análise dos desvios detetados.

O presente relatório contém a informação indicada no nº 1 do artigo 15º, bem como a informação adicional prevista no nº 2 do supra referido normativo, tendo a seguinte estrutura:

- Estrutura Orgânica;
- A autoavaliação do QUAR (Resultados alcançados e desvios verificados);
- A Avaliação do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desenvolvimento;
- A apreciação pelos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços;
 - Audição externa (inquéritos do DDN e da DSSASAC)
- Audição dos dirigentes intermédios e trabalhadores na autoavaliação do serviço;
 - Audição interna (inquéritos aos dirigentes e trabalhadores);
- Balanço Social;
- Avaliação Final.

Estrutura orgânica

De acordo com a Portaria nº 93/2012, de 03 de abril, com o Despacho nº 7790/2012, de 06 de junho e o Despacho 12 568/2012, de 26 de setembro, publicados na 2ª série do Diário da República nºs 67, 110 e 187, respetivamente, integram três unidades orgânicas nucleares, designadas por Direções de Serviço, sendo a estrutura flexível composta por seis Divisões e uma Equipa multidisciplinar, com as seguintes designações (vide organograma em anexo):



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

- A Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional, (DSRHDN), que compreende a Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade (DEFE) e Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos (DCRE);
- A Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar (DSRASM), que compreende a Divisão de Recrutamento e Deveres Militares (DRDM);
- A Direção de Serviços de Saúde e Assuntos Sociais e Antigos Combatentes (DSSASAC), que compreende a Divisão de Saúde Militar (DSM) e a Divisão de Assuntos Sociais (DAS)
- Divisão de Estudos Planeamento e Gestão de Recursos (DEPGR)
- Gabinete de Gestão de Projetos (GAB/GEP)

Auto-avaliação

Resultados alcançados e desvios verificados

A DGPRM, tem como enquadramento legal o Decreto-regulamentar nº 06/2012, de 18 de janeiro, que define a missão e o prosseguimento das atribuições da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

Missão

- **Conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional e o apoio aos antigos combatentes**



Atribuições

- *Estudar, propor e assegurar a concretização das medidas de política de recursos humanos, militares, militarizados e civis, respetivos regimes jurídicos e demais legislação aplicável, assim como propostas relativas à convocação dos recursos necessários à prossecução dos objetivos permanentes da política de defesa nacional e mobilização nos termos da Lei do Serviço Militar;*
- *Analisar e propor as medidas relativas aos vínculos, carreiras e remunerações do pessoal militar, militarizado e civil das Forças Armadas;*
- *Conceber, planear e executar o processo de recenseamento militar;*
- *Desenvolver, planear e coordenar a política de recrutamento militar e assegurar, em articulação com os ramos das Forças Armadas, a execução dos vários processos que lhe estão associados;*
- *Desenvolver, coordenar, monitorizar e implementar, em articulação com os ramos das Forças Armadas e demais entidades, a política de apoio à reinserção profissional, assim como os respetivos instrumentos de suporte;*
- *f) Propor, avaliar e executar a política de apoio aos antigos combatentes;*
- *g) Propor e avaliar a política social e de reabilitação dos deficientes das Forças Armadas e acompanhar a respetiva execução;*
- *h) Analisar e propor a política da defesa nacional nos domínios do ensino, formação e desenvolvimento profissional;*
- *i) Participar na definição da política de ensino superior militar, em articulação com o Conselho de Ensino Superior Militar;*
- *j) Participar na definição da política de saúde militar e apoio sanitário, em articulação com o Conselho de Saúde Militar;*
- *l) Planear, dirigir, executar e monitorizar com a colaboração dos ramos das Forças Armadas, as atividades relativas ao Dia da Defesa Nacional.*



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Foram definidos 3 **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** (OE) que se encontram diretamente relacionados com as áreas de intervenção acima referidas.

Objetivo estratégico 1

- Reforçar a eficiência dos recursos e dos instrumentos de gestão da DGPRM, bem como a valorização dos recursos humanos da Defesa Nacional.

Objetivo estratégico 2

- Preparar a implementação do Órgão Central de Recrutamento que possa munir a DGPRM da capacidade de coordenação e de monitorização das dinâmicas de recrutamento militar

Objetivo estratégico 3

- Promover a divulgação de informação sobre a legislação em vigor destinada a militares e ex-militares .

Objetivos Operacionais

Na construção do QUAR de 2013, procurou-se dar particular atenção a objetivos relacionados, com a imagem da DGPRM, traduzida na eficiência dos serviços aos cidadãos, na modernização administrativa, valorização dos recursos e redução da despesa.

Quanto aos objetivos operacionais, foram considerados 6, dos quais 4 vão ao encontro da missão da DGPRM, 1 destinado à valorização dos recursos humanos, de acordo com a RCM nº 89/2010, ficando o objetivo 5, reservado à racionalização dos custos de funcionamento, no âmbito do programa de assistência a Portugal, bem como ao Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC).



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Importa salientar que os resultados do QUAR que agora se apresentam, revelam não só a capacidade da DGPRM superar e cumprir os objetivos de eficácia (4), eficiência (1) e qualidade (1), que se propôs realizar em 2013, mas também a capacidade de organização que pela sua missão e competências de atribuição, vocacionada para o apoio à governação, nas respetivas áreas, bem como para a operacionalização das Forças Armadas no âmbito do Dia da Defesa nacional (DDN).

OE1 - Reforçar a eficiência dos recursos e dos instrumentos de gestão da DGPRM, bem como a valorização dos recursos humanos da Defesa Nacional.

- O1. (OE1) - (Eficácia) Produção de um estudo relacionado com as questões do ensino e formação das Forças Armadas e do impacto do mesmo no sistema de profissionalização;
- O3. (OE1) - (Eficácia) Monitorizar a evolução dos efetivos militares em 2013 por forma a verificar a sua conformidade com os quantitativos máximos fixados na Lei;
- O4. (OE1) - (Eficácia) Formação dos trabalhadores em áreas reveladas estratégicas para a DGPRM;
- O5. (OE1) - (Eficiência) Reduzir os custos de manutenção e operação

OE2 -Preparar a implementação do Órgão Central de Recrutamento que possa munir a DGPRM da capacidade de coordenação e de monitorização das dinâmicas de recrutamento militar

- O2. (OE2) - (Eficácia) Coordenação da equipa de trabalho para a implementação do órgão central de recrutamento.

OE3 - Promover a divulgação de informação sobre a legislação em vigor destinada a militares e ex-militares .

- O6. (OE3) - (Qualidade) Attingir um nível de satisfação dos Antigos Combatentes igual ou superior a 75%, após a Elaboração de guia prático sobre os benefícios a eles destinados, junto das Associações dos Antigos Combatentes.

Cumprimento dos Objetivos Operacionais

Importa destacar que 5 dos 6 objetivos acima referidos evidenciam desvios positivos e por isso superados.



Avaliação Global do Grau do Cumprimento dos Objetivos Operacionais

No mapa seguinte, apresenta-se um resumo da avaliação global relativa a 2013, indicando a taxa de realização de cada objetivo e indicador, bem como a taxa de realização por parâmetro (Eficácia, Eficiência e Qualidade) e avaliação final, tendo em conta as respetivas ponderações.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

QUADRO RESUMO

	EFICÁCIA							EFICIÊNCIA		QUALIDADE
	30%							40%		30%
	30%	40%		30%				50%	50%	100%
	OB1	OB2		OB3				OB4	OB5	OB6
	Produção de um estudo relacionado com as questões do ensino e formação das Forças Armadas e do impacto do mesmo no sistema de profissionalização	Coordenação da equipa de trabalho para a implementação do órgão central de recrutamento		Monitorizar a evolução dos efetivos militares em 2013 por forma a verificar a sua conformidade com os quantitativos máximos fixados na Lei				Formação dos trabalhadores em áreas reveladas estratégicas para a DGPRM	Reduzir os custos de manutenção e operação	Atingir um nível de satisfação dos Antigos Combatentes igual ou superior a 75%, após a Elaboração de guia prático sobre os benefícios a eles destinados, junto das Associações dos Antigos Combatentes
Indicador	Ind1	Ind2	Ind3	Ind4	Ind5	Ind6	Ind7	Ind8	Ind9	Ind10
	Data de entrega do relatório final do estudo da formação profissional certificada nos Ramos da Forças Armadas (em dias)	Data da apresentação da estrutura do órgão central de recrutamento (em dias)	Data de entrega do estudo sobre os recursos necessários à implementação do órgão central de recrutamento (em dias)	Elaboração do relatório do 4º trimestre 2012 (em dias)	Elaboração do relatório do 1º trimestre 2013 (em dias)	Elaboração do relatório do 2º trimestre 2013 (em dias)	Elaboração do relatório do 3º trimestre 2013 (em dias)	Nº de colaboradores abrangidos por acções de formação até 31 de dezembro	Redução de custos (%)	% de satisfação das associações de Antigos Combatentes
Peso	100	50	50	25	25	25	25	100	100	100



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Metas	90	90	181	31	120	122	123	56	2,5	75
Tolerância	10	10	30	2	2	2	2	5	0,30	5
Valor Crítico	65	65	146	21	110	112	113	70	4	95
Resultados	95	65	145	30	113	109	117	71	13,16	100
Classificação	Atingiu	Superou	Superou	Atingiu	Superou	Superou	Superou	Superou	Superou	Superou
Taxa realização/Ind	100%	125%	125%	100%	117,5%	132,5%	115%	126,8%	277,7%	131,3%
Desvio/Indicador	0%	25%	25%	0%	17,5%	32,5%	15%	26,8%	177,7%	31,3%
Realização/Objetivo	100%	125%		116,25%				126,8%	277,7%	131,3%
Taxa realiz./Obj – peso do indicador	30%	50%		34,87%				63,4%	138,85%	131,3%
Taxa exec./parâmetro	114,87%							202,25%		131,3%
Execução/peso do parâmetro	34,46%							80,9%		39,39%

TAXA DE REALIZAÇÃO - 146,17%

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013*Descrição da Concretização dos Objetivos Operacionais*

Relatórios de concretização relacionados com cada objetivo operacional, apresentados pelos dirigentes de cada serviço a que foram atribuídos os objetivos do QUAR 2013.

Objetivos Operacionais de Eficácia

Objetivo 1: (OE 1) Produção de um estudo relacionado com as questões do ensino e formação das Forças Armadas e do impacto do mesmo no sistema de profissionalização

• **Indicador 1 - Data de entrega do relatório final do estudo da formação profissional certificada nos Ramos da Forças Armadas (em dias)**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
90	10	65	95	0%	100%	Atingiu

Fontes de Verificação: Relatório técnico

Breve Análise: Foi feita a recolha e análise da informação situacional sobre formação certificada junto dos três ramos das Forças Armadas, tendo em vista não só uma abordagem comparativa interna, como também face ao Catálogo Nacional de Qualificações. Assente nos resultados deste trabalho foi apresentada uma proposta de atualização do Acordo de Cooperação interministerial para as áreas da formação e qualificação.

Síntese das Atividades: Elaboração de grelhas de recolha de informação; Análise de informação, Elaboração de relatório situacional

Recursos Humanos:

1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013**Objetivo 2 - (OE 2) Coordenação da equipa de trabalho para a implementação do órgão central de recrutamento****• Indicador 2 - Data da apresentação da estrutura do órgão central de recrutamento (em dias)**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
90	10	65	65	25%	125%	Superou

Fontes de Verificação: Ofício n.º 2906/CG-2013-07-30; Ofício n.º 11284/DGPRM-2013-10-07; Documento da Conceção Estrutural e Plano Funcional do Órgão Central de Recrutamento;

Breve Análise: Apresentou-se a 07 de outubro uma proposta de Conceção Estrutural e Plano Funcional para o Órgão Central de Recrutamento (OCR) elaborado pela equipa de trabalho para o OCR (ET-OCR), coordenada pela DGPRM e com a representação dos ramos das FA, e tendo como documentos orientadores de referência os seguintes:

- Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, de 21 de junho de 2012, relativo ao estudo acima mencionado;
- Memorando do Conselho de Chefes de Estado-Maior n.º 009/CCEM/2012, de 12 de outubro;
- Diretiva para a Reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, aprovada pelo Despacho n.º 149/MDN/2012, de 12 de junho de 2012;
- Linhas de Orientação Estratégica e Linhas de Ação para a Equipa de Trabalho, definidas pelo Excelentíssimo Diretor-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, em 10 de janeiro de 2013;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/13, de 11 de abril, que aprova as Linhas de Orientação para a execução da reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas, designada Reforma “Defesa 2020”;
- Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas - Reforma “Defesa 2020”, de 31 de maio de 2013.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Síntese das Atividades: Na elaboração da proposta foram realizadas cerca de 12 reuniões com representantes dos Ramos divididas por 3 grupos de trabalho responsáveis pela elaboração do projeto de portaria para a comissão de planeamento e coordenação do recrutamento militar, do Programa de Comunicação Integrada para o Serviço Militar e do projeto relativo à vertente tecnológica do Sistema de Informação do Serviço Militar. Na estrutura da proposta foi feito o levantamento de Dados relativos à Estrutura de Recrutamento Militar dos ramos das Forças Armadas, dos processos de divulgação e recrutamento.

Justificação do Desvio: O profícuo andamento dos trabalhos, que decorreu das 12 reuniões realizadas com os representantes dos 3 ramos, foi relevante para que o objetivo em causa fosse superado.

• **Indicador 3 - Data de entrega do estudo sobre os recursos necessários à implementação do órgão central de recrutamento (em dias)**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
181	30	146	145	25%	125%	Superou

Fontes de Verificação: Ofício n.º 2906/CG-2013-07-30; Ofício n.º 11284/DGPRM-2013-10-07; Documento da Conceção Estrutural e Plano Funcional do Órgão Central de Recrutamento;

Breve Análise: Foi elaborada num mesmo documento a Conceção Estrutural e Plano Funcional do Órgão Central de Recrutamento fazendo-se o levantamento dos recursos existentes ao nível dos ramos e a possibilidade de criação de grupos de trabalho que visam articular o planeamento estratégico com o operacional baseando-se em Comissões.

Síntese das Atividades: Na elaboração da proposta foram realizadas cerca de 12 reuniões com representantes dos Ramos divididas por 3 grupos de trabalho responsáveis pela elaboração do projeto de portaria para a comissão de planeamento e coordenação do recrutamento militar, do Programa de Comunicação Integrada para o Serviço Militar e do projeto relativo à vertente tecnológica do Sistema de Informação do Serviço Militar. Na estrutura da proposta foi feito o levantamento de Dados relativos à Estrutura de Recrutamento Militar dos ramos das Forças Armadas, dos processos de divulgação e recrutamento.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Justificação do Desvio: O andamento dos trabalhos, nomeadamente, o consenso, que decorreu das 12 reuniões realizadas com os representantes dos 3 ramos, foi relevante para que o objetivo em causa fosse superado.

Recursos Humanos:

1 diretor-serviço, 1 chefe de divisão e 4 técnicos superiores

Objetivo 3 - (OE 1) Monitorizar a evolução dos efetivos militares em 2013 por forma a verificar a sua conformidade com os quantitativos máximos fixados na Lei

•Indicador 4 - *Elaboração do relatório do 4º trimestre 2012 (em dias)*

Meta	Tolerância	Valor		Desvio	Taxa de Realização	Classificação
		Critico	Resultado			
31	2	21	30	0	100%	Atingiu

Fontes de Verificação: Marinha - email de 14Jan.2012, remetido às 17h08m por Duarte.carvalho@marinha.pt.

Exército - Ofício n.º 691, de 23Jan.2013, do GABCEME.

Força Aérea - email de 15Jan.2012, remetido às 10h53m por pjhenriques@emfa.pt.

Breve Análise: objetivo contém o indicador 4 “elaboração do relatório do 4.º trimestre 2012 (em dias)”, sendo que a meta era garantir a sua produção em 31 dias. O objetivo foi atingido podendo a realização do indicador ser constatado nas fontes de verificação acima descritas.

Síntese das Atividades: ramos das Forças Armadas disponibilizaram à DGPRM, em instrumento de recolha de informação os dados indicados no art.º 51.º da LOE 2012 até ao dia 15 do mês seguinte ao fim do 4.º trimestre de 2012. Seguidamente, após recolha desta informação, a DCRE analisou estatisticamente os elementos para produção do relatório.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013**•Indicador 5 - Elaboração do relatório do 1º trimestre 2013 (em dias)**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
120	2	110	113	17,5%	117,5%	Superou

Fontes de Verificação: Marinha - Ofício n.º 1020, de 16Abril.2013, do GABCEMA.

Exército - Ofício n.º 3976, de 19Abr.2013, do GABCEME.

Força Aérea - email de 11Abr.2013, remetido às 16h08m por pjhenriques@emfa.pt.

Breve Análise: objetivo contém o indicador 5 “elaboração do relatório do 1º trimestre 2013 (em dias)”, sendo que a meta era garantir a sua produção em 120 dias. O objetivo foi alcançado com um resultado de 113 dias.

Síntese das Atividades: objetivo contém o indicador 5 “elaboração do relatório do 1º trimestre 2013 (em dias)”, sendo que a meta era garantir a sua produção em 120 dias. O objetivo foi alcançado com um resultado de 113 dias.

•Indicador 6 - Elaboração do relatório do 2º trimestre 2013 (em dias)

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
122	2	112	109	32,5%	132,5%	Superou

Fontes de Verificação: Marinha - Ofício n.º 1941, de 12Jul.2013, do GABCEMA.

Exército - Ofício n.º 6830, de 12Jul.2013, do GABCEME.

Força Aérea - email de 12Jul.2013, remetido às 15h59m por pjhenriques@emfa.pt.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Breve Análise: objetivo contém o indicador 6 “elaboração do relatório do 2º trimestre 2013 (em dias)”, sendo que a meta era garantir a sua produção em 122 dias. O objetivo foi superado tendo-se alcançado um resultado de produção de 109 dias, cuja superação era de 112 dias com tolerância de 2 dias.

Síntese das Atividades: ramos das Forças Armadas disponibilizaram à DGPRM, em instrumento de recolha de informação os dados indicados no art.º 71.º da LOE 2013 até ao dia 15 do mês seguinte ao fim do 2.º trimestre de 2013. Mediante a recolha desta informação, a DCRE analisou estatisticamente os elementos para produção do relatório.

Justificação do Desvio: Receção de dados das entidades envolvidas no processo antes do prazo acordado, em suporte digital, o que permitiu uma maior celeridade na análise dos dados.

•Indicador 7 - *Elaboração do relatório do 3º trimestre 2013 (em dias)*

Meta	Tolerância	Valor		Desvio	Taxa de Realização	Classificação
		Critico	Resultado			
123	2	113	117	15%	115%	Superou

Fontes de Verificação: Marinha - Ofício n.º 2726, de 11Out.2013, do GABCEMA.

Exército - Ofício n.º 9680, de 18Out.2013, do GABCEME.

Força Aérea - email de 11Out.2013, remetido às 13h44m por pjhenriques@emfa.pt.

Breve Análise: objetivo 1 contém o indicador 7 “Elaboração do relatório do 3º trimestre 2013 (em dias)”, sendo que a meta era garantir a sua elaboração em 123 dias. O objetivo foi superado tendo-se alcançado um resultado de produção em 92 dias, cuja superação era de 113 dias com tolerância de 2 dias

Síntese das Atividades: Os ramos das Forças Armadas disponibilizaram à DGPRM, em instrumento de recolha de informação os dados indicados no art.º 71.º da LOE 2013 até ao dia 15 do mês seguinte ao fim do 3.º trimestre de 2013. Seguidamente, após recolha desta informação, a DCRE analisou estatisticamente os elementos para produção do relatório.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013**Recursos Humanos:**

1 Chefe de Divisão e 2 técnico superiores

Objetivos Operacionais de Eficiência**Objetivo 4. (OE1) Formação dos trabalhadores em áreas reveladas estratégicas para a DGPRM****•Indicador 8 - Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação até 31 de dezembro**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
56	5	70	71	26,8%	126,8%	Superou

Fontes de Verificação: Mapa excel elaborado para controlo das formações realizadas, custos associados, horas despendidas pelo serviço e trabalhador e respetiva carreira/cargo na DG. Adicionalmente, será remetida a mesma informação à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (antigo INA) em ficheiro próprio com os dados agora apresentados.

Breve Análise e Síntese das Atividades: Foi efetuado um levantamento de necessidades de formação para o triénio 2011/2013 a todos os trabalhadores, devidamente distribuído por Direção de Serviço através de quotas. Foram, igualmente, aproveitadas formações de custo zero por forma a cumprir o objetivo e permitir um leque mais alargado de formações aos restantes trabalhadores.

Justificação do Desvio: O desvio deve-se ao facto de se ter conseguido para os trabalhadores que não se incluíam no 1/3 (RCM 89/2010), formação gratuita e assim possibilitar Formação a um número maior de trabalhadores.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Recursos Humanos:

1 Chefe de Divisão e 1 Técnico Superior

Objetivo 5. (OE1) Reduzir os custos de manutenção e operação

•Indicador 9 - Redução de custos (%)

Meta	Tolerância	Valor Critico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
2,5%	0,30%	4%	13,16%	177,7%	277,7%	Superou

Fontes de Verificação: Balancetes e Mapas de Controlo Orçamental - Despesa relativos ao período de tempo de 01-01-2013 a 31-12-2013

Breve Análise: A redução tem como base de referência o valor final executado em 2012, sendo de 4 576 614,33 €. Em 2013 esta Direção-Geral teve uma execução total de 3 974 316,54 o que significa uma redução de 602 297,79€, em termos percentuais de 13,6%.

Síntese das Atividades: As atividades com maior impacto na execução orçamental relacionadas com o Dia da Defesa Nacional, as atividades de Apoio aos Antigos Combatentes, nomeadamente com as ONG, o pagamento aos PALOP's e os Subsídios para Estudos.

Justificação do Desvio: A redução de 13% verificada relativamente ao ano de 2012 é devida, basicamente, ao facto de o DDN ter sido suspenso, e de não se ter realizado as despesas com a 1ª Fase do ciclo de 2013/2014, as despesas que se realizaram durante este período foram para a preparação do novo ciclo que teve início em 2014.

No entanto esta redução deve-se também, tal como sucedeu no ano anterior a uma forte contenção nas despesas, atentas as fortes medidas de contenção orçamental impostas. Neste contexto a DGPRM adotou medidas no sentido de permitir uma maior otimização dos recursos existentes, contudo não foi impeditiva para a execução das atividades propostas.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013**Recursos Humanos:**

1 Chefe de Divisão, 1 técnico superior, 1 coordenador técnico, 2 assistentes técnicos.

Objetivos Operacionais de Qualidade

Objetivo 6. (OE3) Atingir um nível de satisfação dos Antigos Combatentes igual ou superior a 75%, após a elaboração de guia prático sobre os benefícios a eles destinados, junto das Associações dos Antigos Combatentes

• **Indicador 10 - % de satisfação das associações de Antigos Combatentes**

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
75	5	95	100	31,3%	131,3%	Superou

Fontes de Verificação: Foi elaborado um relatório final com base na resposta aos inquéritos realizados junto das Associações de Antigos Combatentes.

Breve Análise/ Síntese das Atividades: Após a elaboração do Guia prático de acesso aos benefícios a que os Antigos Combatentes têm direito, por efeito da aplicação das Leis nº 9/2002, de 11 de fevereiro, e nº 21/2004, de 5 de junho, foi realizado um inquérito de satisfação junto das Associações de Antigos Combatentes. Das respostas ao inquérito resultou um **elevado nível de satisfação**.

Justificação do Desvio: O desvio deveu-se ao facto da informação disponibilizada no Guia prático, em apreço, ser de tal forma relevante, que o seu impacto junto do público-alvo teve uma receção muito satisfatória, segundo o inquérito efectuado às associações de Antigos Combatentes.

Recursos Humanos:

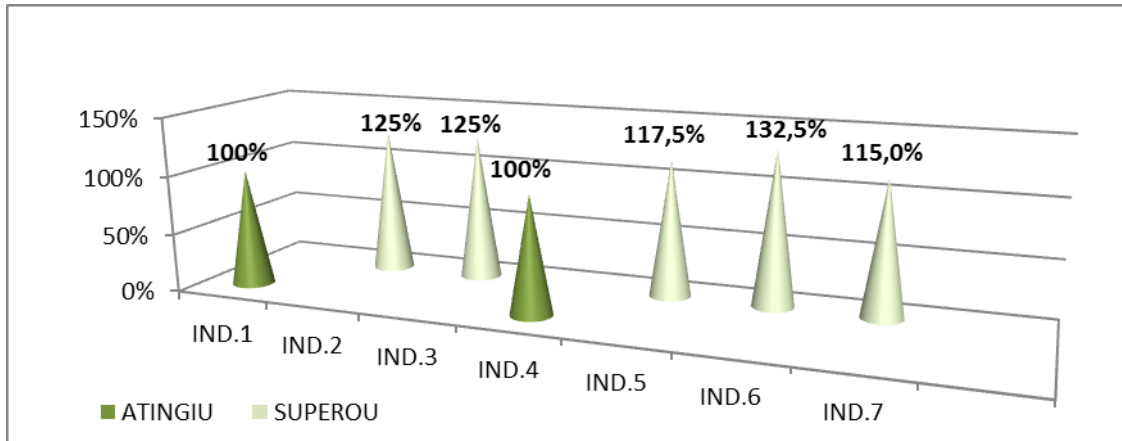
1 Chefe de Divisão e 2 técnicos superiores



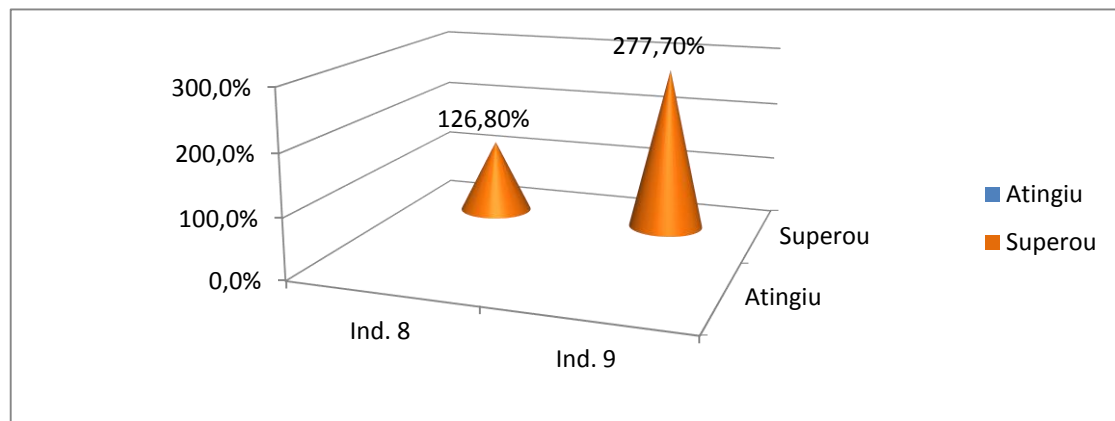
D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Gráficos com o grau de concretização por parâmetros

Eficácia



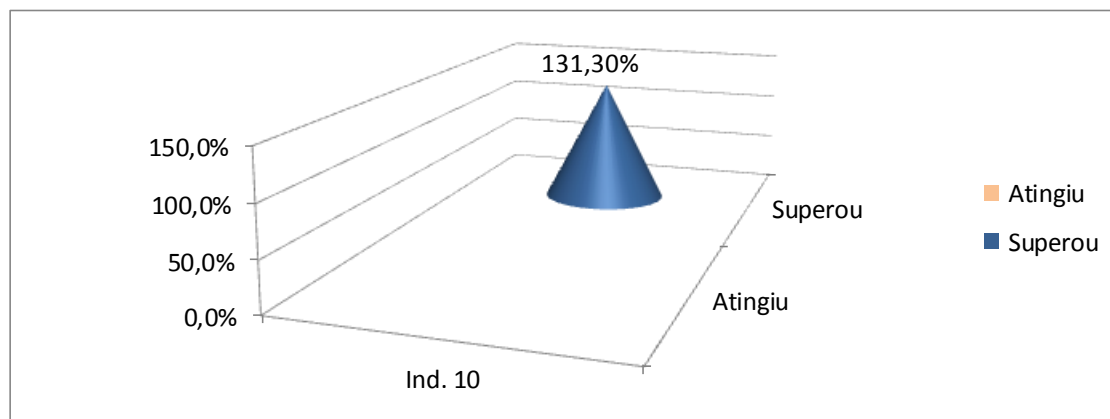
Eficiência





D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Qualidade



Recursos Humanos

Para a realização da missão da DGPRM, é decisiva a existência de uma estrutura de recursos humanos (RH) adequada e multidisciplinar.

Partindo da pontuação atribuída para cada dirigente ou carreira, foram planeados 1367 pontos de acordo com a natureza dos recursos humanos existentes. Nesta Direção aquando da realização do QUAR 2013, calculando os dias úteis de trabalho efetivo previsíveis (229), sem contabilização dos dias de férias, fins-de-semana e feriados, destes foram executados 1172 pontos, o que significa um desvio de 195.

Através da apresentação destes cálculos é possível aferir a pontuação planeada e a pontuação executada por carreiras e, conseqüentemente obter informações relativas à assiduidade dos dirigentes e trabalhadores para o cumprimento da missão, bem como identificar o nível de absentismo.

Assim, em 31 de Dezembro de 2013, a DGPRM conta com um efetivo 154 elementos, que se distribuem da seguinte forma:

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Carreira/Categoria	Quantidade
•Dirigentes - Direção Superior	1
•Dirigentes - Direção Intermédia	10
•Técnicos Superiores	78
•Coordenador Técnico	1
•Assistentes Técnicos	36
•Assistentes Operacionais	28
•	
TOTAL	154

O número global de efetivos era de 154 trabalhadores, os quais se encontravam distribuídos por dois grupos de pessoal, 75 civis e 79 militares:

- 75 Pessoal Civil = 48,7 %
- 79 Pessoal Militar = 51,3 %.

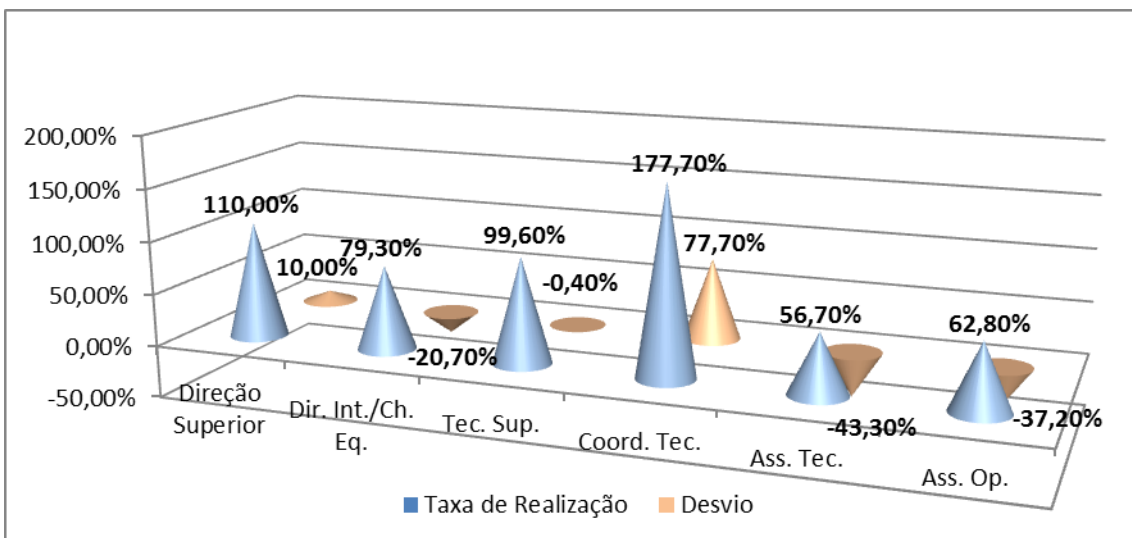
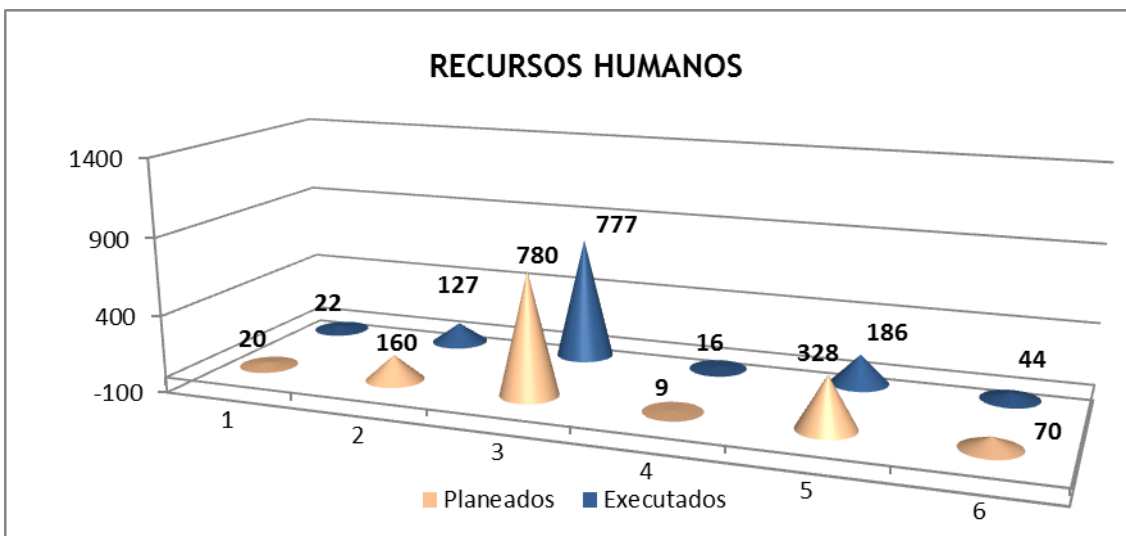
De salientar, que no respetivo universo estão contabilizados os 47 militares que integram as equipas de divulgação do Dia da Defesa Nacional (DDN).

Afetação Real e Prevista dos Recursos Humanos

RH	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio	Taxa de utilização	Taxa Desvio
Dirigentes superiores	20	20	22	+2	110%	10%
Dirigentes Intermédios	16	160	127	- 33	79,30%	-20,70%
Técnicos Superiores	12	780	777	-3	99,60%	-0,40%
Coordenadores Técnicos	9	9	16	+7	177,70%	77,70%
Assistentes Técnicos	8	328	186	-142	56,70%	-43,30%
Assistentes Operacionais	5	70	44	- 26	62,80%	-37,20%
Total		1367	1172	-195	85,70%	-14,30%



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013



Planeados	Executados	Taxa de Execução%	Desvio%
1367	1172	85,5%	14,5%



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Justificação dos desvios:

1. O desvio positivo do dirigente superior, deve-se ao facto do mesmo não ter gozado as férias previstas.
2. Relativamente às categorias de coordenador técnico, assistente técnico e assistentes operacionais, os devidos negativos devem-se faltas por doença, a saída de trabalhador da mobilidade interna intercategorias e de militares que regressaram ao ramo no decorrer do ano.

Análise da produtividade

O desempenho da DGPRM foi superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do QUAR de 146,17% para uma taxa de utilização dos recursos humanos abaixo do planeado que se situou nos 85,5%, tendo em conta que dos 10 indicadores, 6 tem um desvio igual ou superior a 25%.

Recursos Financeiros

A DGPRM, no início de cada ano propõe-se a uma série de atividades, as quais se encontram associadas a verbas que estão devidamente previstas no Orçamento de Estado.

A Direcção-Geral tem o seu orçamento dividido em duas subdivisões sendo a 01 que corresponde aos serviços próprios, e a 02 que corresponde à Direcção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes (DSSASAC).

Saliente-se ainda o facto, das despesas decorrentes das atribuições consagradas na Lei do Serviço Militar, na Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, designadamente, os encargos referentes ao Recrutamento Militar, ao CIOFE, à organização e realização do DDN, bem como as verbas a atribuir de acordo com Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, apoio prestado aos cidadãos Deficientes das Forças Armadas e dos cidadãos dos PALOP's, não se encontrarem, por decisão política, refletidas na proposta de orçamento ordinária.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Nenhuma das atividades previstas nos instrumentos de gestão ficou por realizar, resultado do recurso à gestão flexível do orçamento.

Assim, a dotação orçamental inicial da DGPRM (01 serviços próprios), **2.407.692 €**, para despesas com pessoal e funcionamento teve uma taxa de execução foi de 89,54 %; Quanto à DSSASAC, a dotação inicial foi de **698 000 €**, e a respetiva taxa de execução foi de 86,00 %. Palop's com a taxa de execução de 92,1% e para os incentivos uma taxa de 99,13%.

Relativamente à dotação atribuída de 962 604,00€, tendo em vista o cumprimento das atividades decorrente do cumprimento do Dia da Defesa Nacional, a taxa de execução foi de 78,94%.

	ORÇAMENTO			Taxa Executado
	Inicial	Corrigido	Executado	
DSSASAC	698 000,00 €	519 180,00 €	446 497,37 €	86,00
DGPRM	2 407 692,00 €	2 696 968,00 €	2 414 785,56 €	89,54
DDN		962 604,00 €	759 890,19 €	78,94
PALOP's		275 807,00 €	254 015,82 €	92,10
INCENTIVOS		100 000,00 €	99 127,60 €	99,13

Planeados	Corrigido	Executados	Taxa de execução %	Desvio %
3 105 692,00	3 216 148,00	2 861 282,93	88,97	- 11,03



Análise “Custo-Eficácia”

Uma análise do custo - eficácia pretende avaliar em que medida o custo inerente ao desempenho global foi o menor possível. O desempenho da DGPRM foi superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do QUAR de 146,17% em comparação com a taxa de utilização dos recursos financeiros (88,97%).

Sistema de Controlo Interno (SCI)

A Portaria nº 93/2012, de 3 de abril, expressa de forma clara as competências de cada unidade orgânica a par do determinado na Carta de Missão, prevista no Decreto Regulamentar nº 6/2012, de 18 de Janeiro. Constituindo a base de avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI). O SCI dispõe de um conjunto de meios que permite efetuar o controlo da gestão interna do serviço particularmente pelo acompanhamento dos instrumentos de gestão (Planeamento de programas e ações através do Plano de Atividades, análise previsional de pessoal no Balanço Social, Relatório de Atividades e monitorizações do QUAR, bem como o recurso à lista de verificação disponibilizada (Quadro abaixo). Da análise da lista de verificação, constata-se que a DGPRM cumpre grande parte dos requisitos enunciados, embora, formalmente, determinados procedimentos e instrumentos ainda não estejam implementados.

A DGPRM desenvolveu e agilizou a normalização de circuitos, procedimentos e minutas relativas aos documentos de apoio, existindo uma plataforma interna de gestão documental.

As impressoras instaladas na DGPRM são comuns, pré-definidas com escala de cinza e impressão frente e verso, cujo acesso se faz através do cartão pessoal de cada trabalhador, ficando registado o número de fotocópias/trabalhador.

A DEPGR (Divisão de Estudos, Planeamento de Recursos Humanos), tem a seu cargo a *gestão do economato*. Existe uma aplicação, acedida pela rede interna, em que as



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

unidades orgânicas solicitam os materiais de aprovisionamento, através de requisição de material, sendo entregue em dia fixo preestabelecido.

Gestão da assiduidade, está implementado o sistema de registo de assiduidade que se faz através da passagem do cartão pessoal, que regista a hora de entrada e saída de cada trabalhador, bem como o registo diário da situação em que cada trabalhador se encontra, no que se refere a ausências, nomeadamente, faltas e de licenças.

Não se encontra implementado um sistema de controlo interno no âmbito da contratação pública ou norma interna que defina responsabilidades dos respetivos intervenientes neste âmbito.

Todavia, encontram-se instituídos, ainda que a título informal, mecanismos de controlo interno que garantem uma adequada segregação de funções no que tange aos atos de autorização, aprovação, execução e controlo da despesa. Para além do facto, destacamos a intervenção da Secretaria-Geral nesta matéria, como seja, nas fases do cabimento, compromisso e processamento de pagamento.

Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) e elaboração do respetivo Relatório de Execução, no qual foram abordadas matérias na área da contratação pública. Neste âmbito, constatou-se que, em termos gerais, se identificaram riscos inerentes e medidas a adotar com vista à prevenção da sua ocorrência.

O planeamento das necessidades de pessoal é um aspeto que tem merecido da parte da DGPRM uma atenção especial, dadas as restrições para contratação de novos elementos, por imposição do programa de assistência a Portugal, bem como o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) e por último, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que através da Resolução do Conselho de Ministros nº 22/2012, de 9 de março, aprovou um conjunto de obrigações de reporte de informação para efeitos de redução de trabalhadores na administração central do Estado e de acompanhamento e controlo de execução, reporte esse que é efetuado trimestralmente com os movimentos de pessoal.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Em 2013, a DGPRM continuou a diligenciar, no sentido de reforçar o seu sistema de controlo interno, apesar de ainda persistirem formas de controlo informais, devendo a sua formalização constituir uma prioridade para o novo ciclo de gestão.

Foi realizada uma **auditoria de Avaliação dos procedimentos da contratação pública** (nº 2/2012) pela Inspeção-Geral da Defesa Nacional, com o objetivo de avaliar a legalidade, regularidade e qualidade do processo administrativo de contratação pública, bem como, avaliar o grau de eficácia e fiabilidade do sistema de controlo e dos procedimentos instituídos.

Embora tenha sido efetuada em 2012, não constou do relatório de auto-avaliação do serviço referente a 2012, uma vez que até à conclusão do mesmo, não tínhamos rececionado o respetivo relatório, tendo este sido enviado por aquela Inspeção-Geral, em anexo ao ofício nº 204, de 19 de junho de 2013, procedendo-se às correções apresentadas.

Quanto aos **Fundos de Maneio**, anualmente são afetos às rubricas de classificação económica constantes no mapa de constituição do Fundo, autorizadas superiormente no início de cada ano, não podendo a sua constituição ser feita por montantes superiores a um duodécimo das dotações do respetivo orçamento.

É elaborada uma informação no início de cada ano, na qual é indicado o montante a constituir, bem como o responsável pela movimentação do mesmo e o seu substituto legal, posteriormente estes elementos são fornecidos à Secretaria-Geral, após despacho do Diretor-Geral.

A liquidação do Fundo de Maneio terá que ser efetuada até à data definida no decreto-lei de execução orçamental do ano respetivo e terá que ser obrigatoriamente igual ao montante da sua constituição.

Para o efeito deve o responsável do Fundo de Maneio entregar:

Documentos de despesa efetuada utilizando o mapa de liquidação do Fundo de Maneio;

Documento comprovativo de depósito bancário;

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

A verba não utilizada, para que a mesma seja entregue através de Guia de reposição na Repartição de Finanças.

Inquérito Sistema de Controlo Interno (SCI)

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
1 - Ambiente de controlo				
1.1 A fiscalização interna do sistema de controlo interno é regida por lei?		X		
1.2 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		Não existe equipa de controlo e auditoria autónoma
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, princípios de bom governo)?	X			Os valores éticos e de integridade que regem o serviços estão definidos no Estatuto Disciplinar que Exercem Funções Públicas (Lei nº 58/2008, de 9 de setembro e código de ética e conduta da DGPRM.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			Existe um plano de formação na DGPRM
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Realizam-se reuniões semanais de dirigentes e com despacho diário
1.7 O arquivo de documentos é organizado e permite a fácil localização?	X			Existe na DGPRM um classificador, segundo o qual toda a documentação é arquivada nos respetivos processos. Sobre o volume de documentação produzida e recebida na DG consultar anexo.
2 - Estrutura organizacional				
2.1 - Existe um organograma legal da				

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

entidade? Corresponde ao organograma real?	X			
2.2 - Existe uma definição clara de funções e responsabilidades por unidade orgânica e por cada dirigente e trabalhador?	X			As funções de cada unidade correspondem exatamente aquelas que constam na legislação.
2.3 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Decreto Regulamentar nº 6/2012 de 18 de Janeiro, Portaria nº 93/2012, de 3 de abril e Despacho nº 7790/2012 de 6 de junho
2.4 Os colaboradores do serviço foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			Foram definidos os objetivos para o biénio 2013/2014.
2.5 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentam pelo menos uma ação de formação	X			46% (Pelo menos 1/3 dos funcionários frequenta uma ação de formação de acordo com a RCM nº 89/2010), mas o nº aumenta quando as formações são gratuitas.
2.6 - São elaborados Planos de Atividade?	X			São elaborados anualmente e sempre nos prazos legais estipulados para o efeito.
2.7 - São elaborados Relatórios de Atividade?	X			São elaborados anualmente com elevado grau de detalhe.
3 - Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existe manual de procedimentos interno e/ou de contabilidade?	X			Existe apenas manual de procedimento da aplicação dos SIADAP
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Direção
3.3 A realização de despesa ocorre sempre atendendo aos limites das dotações disponíveis?	X			Orçamento da DGPRM

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

3.4 É elaborado anualmente um plano de compras?	X		É elaborado um plano anual de compras, tendo em conta as necessidades por unidade orgânica e de acordo com o orçamento da DGPRM
3.5 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X		Dentro da unidade orgânica e entre unidades orgânicas
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X		Existe manual de viaturas e de fundo de maneiio funcional
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X		A informação segue um único circuito, sendo encaminhada para o respetivo serviço através de protocolo, devidamente registado
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X		Foi elaborado em 2013 o plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e publicado na página da intranet
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X		O Plano é acompanhado por todos os trabalhadores.
4 - Fiabilidade dos sistemas de informação			
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X		No âmbito das aplicações de gestão de recursos financeiros, a DGPRM utiliza a plataforma disponibilizada em modo partilhado pela SG/MDN e denominada SAP. Relativamente às restantes áreas, essas são suportadas por aplicações produzidas internamente.
4.2 - As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X	As aplicações produzidas internamente partilham um sistema integrado de credenciação, contudo, relativamente à manipulação dos dados, esta integração não se aplica pelo facto de tratarem informação díspar.
4.3 - Encontra-se instituído um mecanismo			Os mecanismos relativos à fiabilidade da informação encontram-se integrados nas aplicações sob a forma de procedimentos

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			internos, contudo recorre-se igualmente à decomposição da informação e conferência dos dados.
4.4 - A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			Através de relatórios
4.5 - Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Os requisitos de segurança definidos internamente assentam sobre os princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade e controlo de acessos. Aliada a estas premissas, existe uma cuidada política de cópias de segurança.
4.6 - A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			As aplicações encontram-se protegidas por mecanismos de autenticação, evitando desta forma o acesso por utilizadores não autorizados.
5 - Pessoal				
5.1 - Quem tem competência para autorizar e quais as formalidades a cumprir na admissão de novos trabalhadores?	X			Quem tem competência à o Diretor-Geral e sempre através de concurso ou mobilidade interna.
5.2 - Existe para cada trabalhador um processo individual e estão atualizados?	X			Cada trabalhador e dirigente tem um processo individual, sempre atualizado, devidamente numerador e onde são arquivados todos os documentos relacionados com os mesmos, encontram-se neste momento a serem digitalizados.
5.3 - Está controlado o acesso a estes processos?	X			Os processos encontram-se em armários de arquivo sempre fechados à chave.
5.4 - Existe controlo de horários?	X			O controlo é efetuado através de cartão magnético que regista as entradas e as saídas, havendo controlo sobre as horas de presença e as horas trabalhadas.
5.5 - A realização de horas extraordinárias está previamente autorizada e enquadrada legalmente?	X			Anualmente é elaborada uma informação acompanhada de despacho do Diretor-geral com a previsão eventual da necessidade de se realizar horas extraordinárias, normalmente para o motorista e secretária.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

5.6 - É efectuado anualmente o Balanço Social do Serviço?	X		Anualmente o Balanço Social é efectuado dentro dos prazos legais.
---	---	--	---

Legenda: S - sim; N - não; NA - Não aplicável

Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho

Proposta de implementação do Órgão Central de Recrutamento

No âmbito da implementação da reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas, Reforma «Defesa 2020», a DGPRM, em articulação com os ramos das FA, a DGPRM apresentou a proposta de Conceção Estrutural e o Plano Funcional do Órgão Central de Recrutamento, no sentido deste órgão vir a assumir centralmente a função recrutamento a partir de 31 de julho de 2014, assegurando o planeamento, a direção e a coordenação do processo em estreita articulação com os órgãos próprios dos Ramos ao nível da execução.

Implementação de um novo modelo do DDN

Ainda no âmbito da reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas, Reforma «Defesa 2020», já foi implementado um novo modelo do Dia da Defesa Nacional, de acordo com o Despacho n.º 155/MDN/2013 e dando cumprimento ao disposto na Lei de Serviço Militar e respetivo Regulamento, que atribui explicitamente esta competência à DGPRM, na qualidade de órgão central de recrutamento.

Promoção do CIOFE a Centro para a Qualificação e Ensino Profissional

Foi aprovada a candidatura do Centro de Informação e Orientação para a Formação e o Emprego (CIOFE) a Centro para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP) e foi emitida a respetiva autorização de funcionamento por Despacho n.º 217/2014 de 7 de janeiro, do Presidente do Conselho Diretivo da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, Dr. Gonçalo Xufre da Silva. Esta promoção do



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

CIOFE a CQEP é importante pois permite dar resposta ao baixo perfil de qualificações de alguns militares e ex-militares e torná-los mais aptos para o regresso no mercado de trabalho reforçando a imagem das FA junto da sociedade.

Implementação do Balcão Único da Defesa

No final de dezembro foi efetuada a mudança de instalações dos serviços da DGPRM de atendimento ao público, da Braamcamp para o Palácio Bensaúde, promovendo-se uma reorganização dos diferentes serviços que se traduziram numa abordagem integrada ao cidadão implementando-se o Balcão Único da Defesa.

Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação

Na Administração Pública não existe outro organismo que prossiga os mesmos objetivos, portanto, não existem organismos homogéneos com os quais a DGPRM se possa comparar.

Audição Externa e Interna

Inquéritos externos

Na área do apoio aos antigos combatentes relativamente à satisfação percebida pelos utentes do trabalho efetuado, foi realizada a consolidação da monitorização do atendimento presencial e telefónico, através da realização de inquéritos de satisfação. Tem-se constatado a melhoria da qualidade do atendimento presencial, telefónico e via eletrónica no Centro de Atendimento com um grau de satisfação dos utentes de 97,54% (muito bom) (medido através da realização de 2118 inquéritos).

A escala utilizada foi a seguinte: (Graus: Mau, insuficiente, suficiente, bom e muito bom) (ver quadro).

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

ELEMENTO ESTATÍSTICO	TRIMESTRE				ANO
	1.º	2.º	3.º	4.º	2013
EQUIPA DE ATENDIMENTO					
◆ Nº de atendimentos presenciais	534	497	512	577	2120
◆ Nº de atendimentos telefónicos	1920	1715	1663	2181	7479
■ TOTAIS	2454	2212	2175	2758	9599

No espaço de atuação do Centro de Informação e Orientação para a Formação e o Emprego (CIOFE) foi realizado um inquérito de satisfação no qual foi possível recolher a opinião de 241 inscritos, em que 73,4% revelaram que a existência de um organismo deste tipo é «Muito Importante» apresentando índices de satisfação elevados (75,6% de respostas no «Bastante Satisfeito» ou no «Muito Satisfeito»).

O Dia da Defesa Nacional, tanto pelos seus objetivos como pela abrangência associada à sua implementação, constitui-se como campo fundamental para recolha de informação passível de enformar uma análise sobre a relação dos jovens com as Forças Armadas. Tem sido este o pressuposto de bases para o continuar a encarar como objeto de estudo com valor próprio, mas também como momento de estudo para outras dimensões análise.

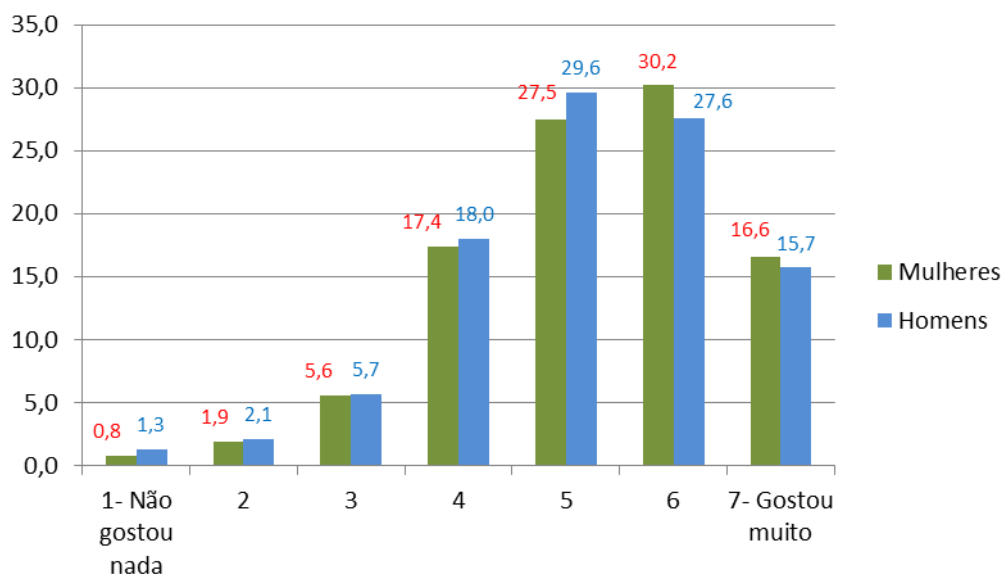
Enquanto objeto de estudo, e com intentos de avaliar a **forma como é percecionado pelos jovens** que nele participam, podemos dizer que em 2013 se continuou a assistir a uma estabilização da apreciação. O modelo tinha mostrado capacidade de se ajustar à reconfiguração do público participante, nomeadamente ao alargamento às mulheres, e neste ano confirmou essa capacidade. Os valores médios de apreciaram mantiveram estáveis face ao ano anterior (5.23, quando em 2013 foi de 5.19), e a tendência para as mulheres apreciarem ligeiramente mais o evento que os homens também apresentou a mesma configuração (mulheres 74.3% gostaram ou gostaram muito, ao passo que nos homens o valor foi de 72.9%). Trata-se por isso de um evento



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

que tem tido apreciação muito positiva e estabilizada, revelando ainda boa capacidade de resposta face à heterogeneidade da população participante (aplicados 97.256 questionários no ciclo 2012/2013).

Apreciação global do Dia da Defesa Nacional



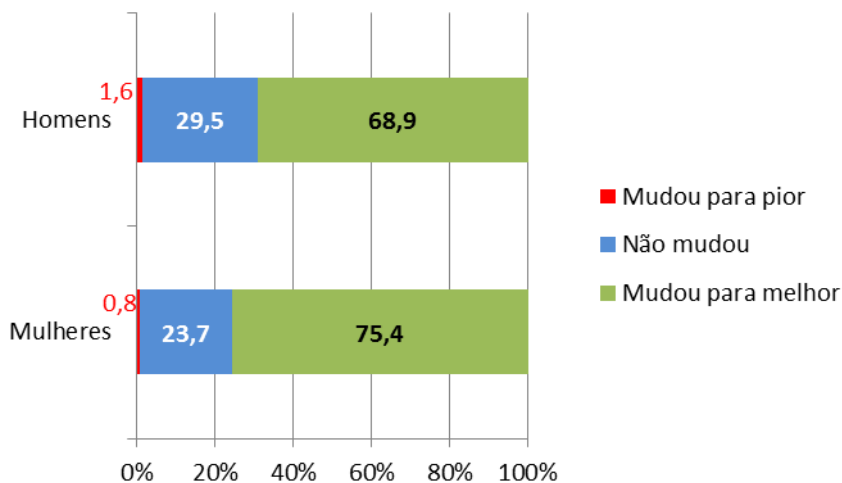
N (2013)= Mulheres:26 608 Homens: 27 393

Em termos de efeito do Dia da Defesa Nacional na **formulação ou estruturação de opiniões sobre Forças Armadas**, e entendendo apenas os dados como uma possibilidade de captação do prestígio atribuído ao evento e à instituição militar, podemos dizer que também aqui se assiste à estabilização. As mulheres tendem a considerar mais que a sua opinião sobre as Forças Armadas mudou para melhor (75.4%, quando nos homens o valor é de 68.9%), mas estamos a falar de valores muito positivos. Tal como referimos, sem ser possível ou aconselhável estabelecer nexos de causalidade entre participação no DDN e opinião sobre as Forças Armadas, é de referenciar o efeito desta participação é estável e muito positivo.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

O Dia da Defesa Nacional e a opinião sobre as Forças Armadas



N (2013)= Mulheres:26 608 Homens: 27 393

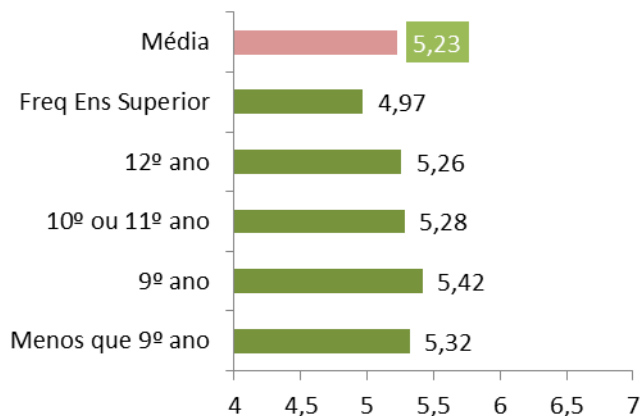
No entanto, apesar das capacidades do modelo de DDN e do seu grau de adequação à diversidade social e sociológica da população participante, 2013 ficou marcado pela suspensão do evento no final do ciclo. Os pressupostos dessa suspensão prenderam-se com a necessidade detetada de rever a sua configuração, não só para o ajustar mais às contingências financeiras que assolam o país (o que não será aqui tratado), mas também para o tornar mais robusto face às características da população participante.

Apesar de estarmos perante valores de apreciação positivos, tanto o modelo de DDN como as próprias representações gerais dos jovens acerca das Forças Armadas, estavam a evidenciar alguma dificuldade de penetração junto da população mais escolarizada, como é passível de ser visualizado nos gráficos seguintes. Ora, tendo em consideração que a escolaridade dos jovens portugueses tem vindo a registar uma elevação progressiva, entendeu-se como oportuno e necessário encarar esta dificuldade e proceder a algumas alterações de estrutura e de conteúdo que possibilitassem a sua atenuação. Como referimos, não se trata de um problema do DDN, mas sim da relação das próprias Forças Armadas com os jovens, mas espera-se que o DDN atue e, na dimensão que lhe cabe, consiga fazer face a esta tendência.

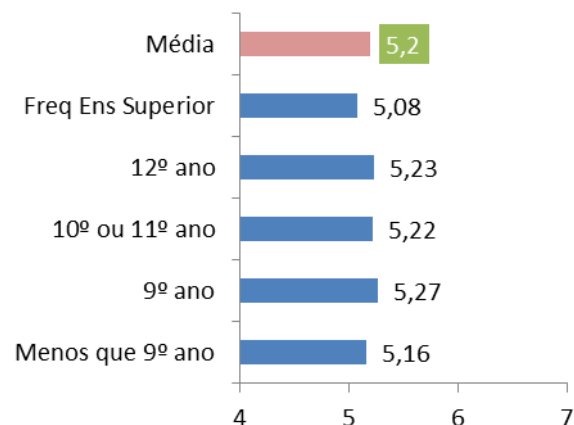


D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Apreciação do Dia da Defesa Nacional



Representações sobre as Forças Armadas



Inquéritos internos

No que respeita aos inquéritos destinados aos trabalhadores da DGPRM para avaliação do grau de satisfação no serviço, aplicaram-se dois questionários

- Para dirigentes intermédios 1º grau (ou que dependem diretamente do DG);
- Para os restantes trabalhadores.

A escala contínua que mede o grau de satisfação é a seguinte: 1 (muito insatisfeito) a 6 (muito satisfeito).

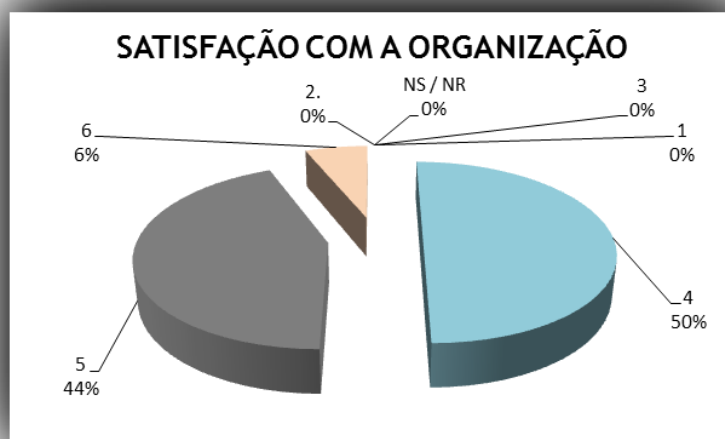
O “Questionário de satisfação para Dirigentes” que dependam diretamente do Diretor-Geral (cf. nº 4 do Artº 31 da Lei 66-B/2007, de 28 de Dezembro) abrangeu temáticas da organização de modo a aferir o nível de satisfação com o serviço e de motivação sobre as atividades que desenvolve. Compõe-se de 6 questões base: satisfação com o processo de avaliação (SIADAP), satisfação global dos dirigentes com a organização, satisfação com a gestão e sistemas de gestão, condições de trabalho, estilo de liderança superior e fatores motivacionais para o exercício de funções na DGPRM.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Distribuíram-se 5 questionários e foram devolvidos 4 (80%). O quadro seguinte sintetiza os principais valores obtidos.

Grau de satisfação/Questões	1	2	3 e 4	5	6	Valor médio da questão
Processo de avaliação SIADAP	0,0%	6,3%	62,5%	31,3%	0,0%	4,1
Com a Organização	0,0%	0,0%	50,0%	43,8%	6,3%	4,6
Gestão e sistemas de gestão	0,0%	0,0%	41,6%	16,7%	41,7%	4,9
Condições de trabalho	0,0%	0,0%	35,0%	15,0%	50,0%	5,1
Estilo de liderança superior	0,0%	3,6%	32,1%	21,4%	42,9%	4,9
Fatores motivacionais	0,0%	10,0%	70,0%	10,0%	10,0%	4,0
Satisfação global	0,0%	2,0%	44,3%	25,6%	28,2%	4,7

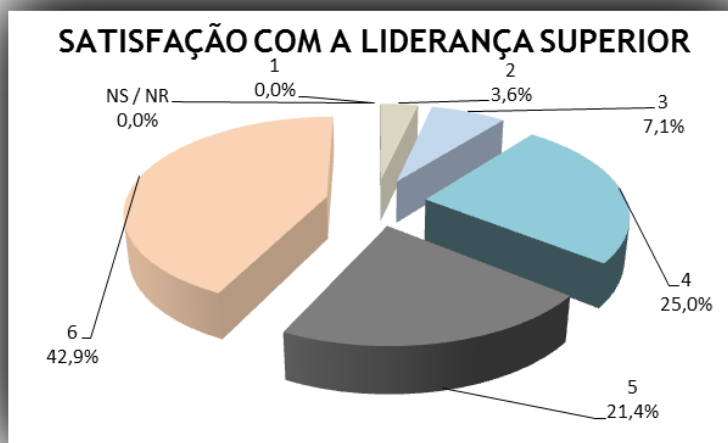
Apresentam-se graficamente os resultados mais significativos: a resposta à questão “satisfação global com a organização” que versava sobre a imagem da organização, seu desempenho global, nível de envolvimento dos colaboradores na organização e missão do serviço e, envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria (v. gráfico).



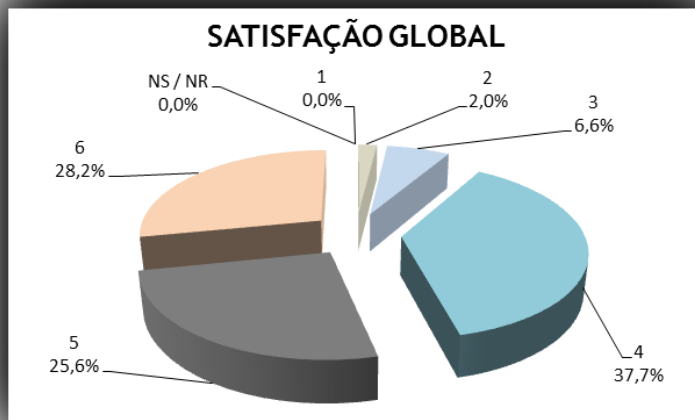


D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Verifica-se um resultado positivo de respostas favoráveis à perceção que os dirigentes intermédios 1º grau (ou dependentes diretamente do DG) têm da Direção-Geral.



Em relação à questão sobre o estilo de liderança do Diretor-Geral os resultados são também positivos. Considerando as respostas a todas as questões base, as opiniões são favoráveis (v. gráfico).



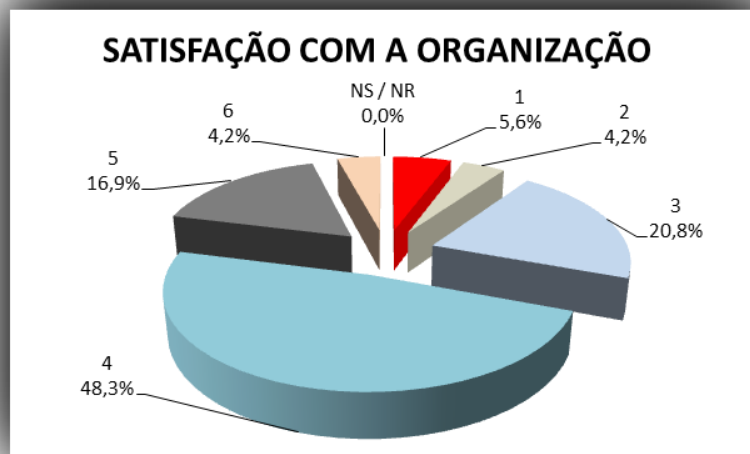
D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

O “Questionário de satisfação para trabalhadores” valorou os seguintes aspetos de satisfação: perceção geral dos colaboradores com a organização, gestão e sistemas de gestão, condições de trabalho, desenvolvimento da carreira, motivação, estilo de liderança, e, condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços. Foram distribuídos 156 questionários e devolvidos 102 (65%). O quadro seguinte resume os principais resultados percentuais obtidos.

Grau de satisfação/Questões	NS/NR	1	2	3 e 4	5	6	Valor médio da questão
Com a Organização	0,0%	5,6%	4,2%	69,1%	16,9%	4,2%	3,8
Gestão e sistemas de gestão	0,6%	4,7%	3,7%	64,3%	11,0%	15,7%	4,0
Condições de trabalho	0,3%	4,8%	4,6%	63,3%	14,7%	12,3%	4,0
Desenvolvimento da carreira	0,6%	3,7%	5,7%	74,5%	11,0%	4,5%	3,6
Motivação	0,2%	4,4%	5,1%	72,5%	9,6%	8,1%	3,7
Estilo de liderança (Dirigente superior)	1,7%	5,5%	2,5%	65,0%	12,9%	12,5%	3,9
Estilo de liderança (Ch. Divisão ou equiparado)	3,7%	6,0%	2,4%	65,9%	12,9%	9,0%	3,8
Higiene, segurança, equipamentos e serviços	20,6%	1,8%	2,2%	55,7%	13,9%	5,9%	3,9
Satisfação global	3,5%	4,6%	3,8%	66,3%	12,9%	9,0%	3,8

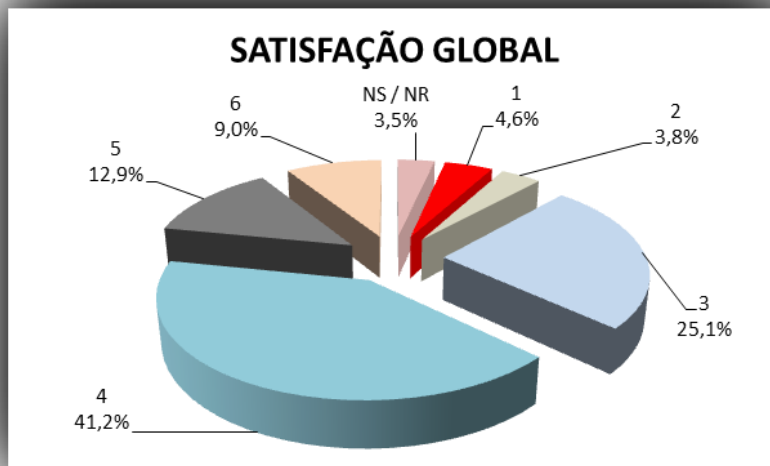
A resposta à questão “satisfação global com a organização” que se apresenta no gráfico abaixo, incide em sub-questões como a imagem da organização, seu desempenho global, nível de envolvimento dos trabalhadores na organização e missão do serviço e, envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013



O resultado alcançado é positivo.

Considerando as respostas a todas as questões base (8), os resultados são também positivos (v. gráfico).





Balanço Social

O Balanço Social, é um instrumento de gestão de avaliação e planeamento na área dos recursos humanos, procurando refletir dos diversos organismos públicos, uma visão clara e inequívoca da caracterização dos trabalhadores que os integram. O Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro, determinou para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores, a sua realização.

Para além do cumprimento do referido DL e respetivos elementos estatísticos formais solicitados, o documento elaborado pela Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) analisa, compara e informa a situação socioprofissional do serviço, na ótica de obter o aperfeiçoamento qualitativo das funções realizadas, quantitativos e obrigações concedidas.

O prosseguimento de uma política de pessoal baseada no avanço organizacional em geral e nos dirigentes e trabalhadores em particular, tem-se manifestado na prática em:

- Melhoramento das condições gerais de trabalho, designadamente instalações e equipamentos;
- Valorização das pessoas contemplando o acesso à formação profissional como incentivo e aumento da motivação;
- Controlo efetivo da assiduidade;
- Gestão e racionalização eficiente dos encargos com pessoal, considerando as verdadeiras necessidades de funcionamento.

O número de efetivos em 31 de Dezembro era de **154 trabalhadores** (+0,65% que 2012).

Caracterização do perfil profissional do pessoal da DGPRM:

- Grupo de pessoal - militar (51%);
- Grupos profissionais (dominância) - militar (51,3%) e técnico superior (24%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) - técnicas (52,6%);
- Sexo - masculino (58,4%);
- Idade - média 38,8 anos

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

(grupo etário dominante 30 a 34 anos - 21%);

- Antiguidade na FP - 13 anos e meio (média);
- Habilitações - formação superior (60%);
- Assiduidade - 11,1 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional - 68,9 h (média horas de formação/trabalhador).

O Balanço Social da DG constitui um documento próprio, já apresentado superiormente mas que se junta ao presente Relatório (vide anexos).

Apreciação dos Objetivos Específicos das Unidades Orgânicas

Para além da avaliação detalhada do QUAR (objetivos estratégicos e decorrentes objetivos operacionais) já apresentada, as unidades orgânicas da DGPRM definem complementarmente outros objetivos específicos/operacionais que procuram cumprir (desenvolvimento em detalhe neste Relatório de Atividades). Resumem-se os resultados obtidos.

Unidade orgânica	Nº objetivos definidos	Nº de iniciativas	Atingidas	Superadas	Não atingidas
DSRHDN	9	23	12	10	1
DSRASM	4	8	1	6	1
DSSASAC	10	23	3	20	-
DEPGR (GAT)	4	10	2	7	1
Totais	27	64	18	43	3

Considerando todas as iniciativas planeadas, foram atingidas e superadas 95% o que se pode considerar um resultado bastante positivo.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação

Conforme disposto no artigo 18.º, n.º 3, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, compete ao dirigente máximo do serviço propor, como resultado da autoavaliação, a menção respeitante à avaliação final do serviço.

De acordo com o exposto no presente relatório quanto à apreciação quantitativa dos resultados alcançados, a avaliação final da DGPRM no que respeita à concretização do QUAR é de 146,17%. Em termos qualitativos a DGPRM, dos objetivos constantes do seu QUAR, superou 7 e atingiu 2.

Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do mesmo diploma legal, propõe-se a atribuição da menção de BOM para o desempenho da DGPRM, visto que superou/atingiu os objetivos mais relevantes.

Objetivos	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	30%	40%	30%
Taxa de Realização	114,87%	202,25%	131,3%

Avaliação final do Serviço	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Taxa Média de Realização	146,17%		



Avaliação dos Objectivos Operacionais das Unidades Orgânicas

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013Unidade Orgânica - *Direção de Serviços dos Recursos Humanos da Defesa Nacional*

Objetivo 1 - Elaborar projetos legislativos e assegurar o respetivo acompanhamento, e elaborar pareceres técnicos na área de atribuições da Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Elaboração de projetos de diploma	Concluídos para decisão superior dentro do prazo estabelecido	Antecipação do prazo estabelecido em 2 dias	Cumprir no prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido em 2 dias
	RESULTADOS		X	
2 - Elaboração de pareceres técnicos e outros documentos de análise técnica	n.º de pareceres e documentos técnicos produzidos no tempo médio de 14 dias úteis, exceto casos de excecional complexidade	Menos 1 dia útil	No tempo médio - 14 dias úteis	Mais do que o tempo médio
	RESULTADOS	X		

Objetivo 2 - Efetivos militares

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Recolha e tratamento dos dados reportados pelos ramos relativos aos militares nas diferentes situações e aos civis Monitorização dos	Tratamento dos dados reportados no prazo de 15 dias após a sua receção.	Conclusão do tratamento 2 dias antes do prazo.	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 15 dias.	Conclusão do tratamento dos dados após o prazo.

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

efetivos				
	RESULTADOS	X		
2 - Acompanhamento da conformidade dos efetivos existentes nas FA com dos quantitativos máximos previstos na Lei	Acompanhamento trimestral	Produção de um mapa comparativo, até três semanas após a receção dos dados	Produção de um mapa comparativo, entre três e quatro semanas após a receção dos dados	Produção de um mapa comparativo, quatro semanas após a receção dos dados
	RESULTADOS	X		

Objetivo 3 - Acompanhar a aplicação do regime estatutário e remuneratório dos militares das FA, por forma a identificar e reportar à Tutela as dificuldades decorrentes da sua aplicação.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Reuniões bimestrais com as associações representativas dos militares (conforme Despacho da tutela)	Elaboração das notícias de reunião no prazo de 15 dias contados a partir do dia da realização da reunião.	Antecipação em 2 dias do prazo estabelecido	Realizado dentro do prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido em 2 dias
	RESULTADOS	X		

Objetivo 4 - Acompanhamento das medidas de execução constantes do Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325, aprovado pela RCM n.º 71/2009, de 25 de Agosto.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Participação em reuniões convocadas pela PCM, CIG ou	Elaboração de notícias de reunião no prazo de 7	Antecipação em 2 dias do prazo estabelecido	Conclusão no prazo	Conclusão depois do prazo



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Gabinete	dias			
	RESULTADOS	X		
2 - Acompanhamento das medidas de execução no âmbito da DGPRM	Documento de avaliação semestral da execução das medidas	Elaboração do documento quinze dias até o termo do semestre	Elaboração do documento na segunda quinzena após o termo do semestre	Elaboração do documento depois da segunda quinzena depois da segunda quinzena do termo do semestre
	RESULTADOS		X	
3- Monitorização das atividades desenvolvidas pelas diferentes entidades e elaboração de relatórios	Elaboração de relatórios com a periodicidade determinada pela CIG	Conclusão do relatório 2 dias antes do prazo fixado.	Conclusão do relatório no prazo fixado.	Conclusão do relatório depois do prazo fixado.
	RESULTADOS		X	

Nota: Os resultados dependentes da colaboração de entidades externas pressupõem o cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos.

Objetivo 5 - Assegurar o acompanhamento pelo MDN das matérias tratadas no *Committee on Gender Perspectives* da NATO e assegurar a representação do MDN no Conselho Consultivo da CIG.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Elaboração da documentação solicitada pelo Comité no âmbito da respetiva atividade	N.º de documentos produzidos/n.º de documentos solicitados pelo Comité	Envio dos documentos antes do prazo fixado pelo Comité	Envio dos documentos no prazo fixado pelo Comité	Envio dos documentos fora do prazo fixado pelo Comité



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

	RESULTADOS		X	
2 - Participação nas reuniões do Conselho Consultivo da CIG	N.º de reuniões convocadas pela CIG	Participação em todas as reuniões	Participação em 90% das reuniões	Participação em menos de 90% das reuniões
	RESULTADOS	X		
3 - Coordenação da atividade dos ramos no âmbito da implementação das medidas constantes dos Planos Nacionais para a Igualdade e Cidadania de Género, Contra a Violência Doméstica e Contra o Tráfico de Seres Humanos	N.º de documentos produzidos/n.º de elementos recebidos/n.º de contributos pedidos	Envio do(s) relatório(s) de execução antes do prazo fixado	Envio do(s) relatório(s) de execução dentro do prazo fixado	Envio do(s) relatórios fora do prazo fixado
	RESULTADOS		X	
4 - Monitorização da aplicação do plano sectorial do MDN	Elaboração de ponto da situação semestral	Conclusão de ponto da situação três semanas após o termo do semestre	Conclusão de ponto da situação entre três e quatro semanas após o semestre	Conclusão de ponto da situação quatro semanas após o termo do semestre
	RESULTADOS		X	
Nota: Os resultados dependentes da colaboração de entidades externas pressupõem o cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data da receção dos mesmos.				

Objetivo 6 - Promover a caracterização dos estabelecimentos de ensino superior militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Elaboração de estudo de caracterização multidimensional (atividade; estruturas e recursos)	Relatório	Finalização até julho	Finalização até Setembro	Finalização depois de setembro
	RESULTADOS		X	

Objetivo 7 - Promover o desenvolvimento da oferta educativa do ensino básico e secundário desenvolvida no âmbito da Defesa Nacional

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Acompanhar a implementação do plano de medidas de reestruturação aprovado	Relatório bimestral	Apresentação até 10 dias após o término do período de monitorização	Apresentação até 20 dias após o término do período de monitorização	Não apresentação ou apresentação fora de prazo
	RESULTADOS		X	
Monitorizar a atividade desenvolvida pelos EMEs	Relatório	Elaboração de relatório até 30 Outubro	Elaboração de relatório até 30 de Novembro	Elaboração de relatório após 30 de Novembro
	RESULTADOS		X	
Desenvolvimento do processo de consolidação jurídica dos EME's	Projeto de diploma legal	Até 30 dias após o relatório final da CTA	Até 60 dias após o relatório final da CTA	Não apresentação ou apresentação após 60 dias
	RESULTADOS		X	



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Objetivo 8 - Potenciar o apoio à empregabilidade dos militares após a prestação de serviço militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização (face a 2011)		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Desenvolver os serviços de apoio ao emprego	Número de ofertas de emprego divulgadas Peso: 30%	Aumento do Nr Ofertas em 35%	Aumento do Nr Ofertas em 20%	Aumento do Nr Ofertas em menos de 20%
	RESULTADOS			X
	Capacidade de resposta em 3 dias às solicitações de documentação (declarações) Peso: 20%	Aumento do Nr respostas dentro do prazo em 5%	Aumento do Nr respostas dentro do prazo em 3%	Aumento do Nr respostas dentro do prazo em menos de 3%
	RESULTADOS		X	
2 - Desenvolver os serviços de apoio à qualificação (escolar e profissional)	Ações de formação desenvolvidas e nº de formandos Peso: 20%	Aumento do Nr ações em 20%	Aumento do Nr ações em 10%	Aumento do Nr ações em menos 10%
	RESULTADOS	X		
	Preparação da execução do subsídio de pagamento de propinas Peso: 10%	Preparação da fixação de verbas até Julho	Preparação da fixação de verbas até Outubro	Preparação da fixação de verbas depois de Outubro
	RESULTADOS	X		

Objetivo 9 - Promover a adequação do Regulamento de incentivos às necessidades do público-alvo e à sustentabilidade da profissionalização do serviço militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização
-------------	-------------	---------------



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Prestar apoio técnico aos militares e unidades no âmbito da aplicação dos incentivos	Número de pedidos satisfeitos dentro dos prazos úteis (variam em função do assunto) Peso: 30%	> 90%	> 85%	<= 85%
	RESULTADOS	X		
2 - Realizar estudo de monitorização do funcionamento do Regulamento de Incentivos de 2008 a 2011	Apresentação de relatório Peso: 30%	Relatório apresentado até 30 Julho	Relatório apresentado até 30 Agosto	Relatório apresentado depois de 30 Agosto
	RESULTADOS		X	
3 - Divulgar os incentivos à prestação de serviço militar	Aumentar nível de informação sobre o RI Peso: 20%	Aumentar em 20% as ações de divulgação (ou em 40% o número de visitas ao Portal)	Aumentar em 10%	Aumentar em menos de 10%
	RESULTADOS	X		



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Unidade Orgânica - *Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos do Serviço Militar*

Objetivo 1 - Desenvolver o modelo de implementação do Dia da Defesa Nacional, tendo em consideração o reforçar da dimensão de cidadania

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1-Promover o cumprimento do DDN	A taxa de participação no DDN durante a 8ª Edição Peso 40%	>= 85%	>83%	<=83%
	RESULTADOS	X		
2-Melhorar os níveis de interesse da participação do DDN	Nível global de satisfação dos jovens durante a 8ª Edição do DDN (comparação com a 7ª Edição) Peso 30%	Aumentar o nível de satisfação	Manter o nível de satisfação	Diminuir o nível de satisfação
	RESULTADOS	X		
3-Ação de sensibilização em Primeiros Socorros no DDN (colaboração da CVP)	Nível de apreciação da Ação de Sensibilização (escala 1 a 7) Peso 40%	A moda da apreciação situa-se em 5 ou mais	A moda da apreciação situa-se entre 4 e 5	A moda da apreciação é inferior a 4
	RESULTADOS	X		

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Objetivo 2 - Melhorar os procedimentos relativos à apreciação dos pedidos de dispensa e adiamentos

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1-Agilizar as respostas aos pedidos de Dispensas	Tempo de resposta após data de entrada Peso 50%	90% dos pedidos inferior a 20 dias	90% dos pedidos inferior a 30 dias	90% dos pedidos superior a 30 dias
	RESULTADOS			X
2-Agilizar as respostas aos pedidos de Adiamentos	Tempo de resposta após data de entrada Peso 50%	90% dos pedidos inferior a 5 dias	90% dos pedidos inferior a 10 dias	90% dos pedidos superior a 10 dias
	RESULTADOS	X		

Objetivo 3 - Desenvolvimento da capacidade informativa nas áreas dos deveres militares, recrutamento e reinserção profissional.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Melhorar a capacidade de atendimento integrado da Linha Azul.	Taxa de eficiência da linha Peso: 60%	Aumento da taxa de eficiência em 30%	Aumento da taxa de eficiência em 20%, ou mais.	Aumento inferior a 20%.
	RESULTADOS		X	
2- Eventos de Divulgação	Participação em eventos de divulgação com os ramos: 40%	Mais de um evento	Um evento	Nenhum evento
	RESULTADOS	X		



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Objetivo 4 - Estudo sobre o órgão central de recrutamento nos termos do Despacho de SEXA o MDN de 12/06/2012

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1- Apresentar as conclusões do Grupo de Trabalho nos termos do Despacho referido	Estudo apresentado até final do 1º semestre	Relatório apresentado até 30Jun2013	Relatório apresentado até Novembro	Relatório apresentado depois de Novembro
	RESULTADOS	X		

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Unidade Orgânica - *Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes*

Objetivo 1 - Apoiar a reestruturação da saúde militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Realizar ou colaborar na realização de estudos no âmbito do processo de reforma da Saúde Militar e disponibilizar informação ao COSM	Nº de iniciativas Peso: 35%	10	8	<8
	RESULTADOS	X		
2 - Tomar diligências no âmbito da aplicação do Protocolo entre o MDN e o MS sobre o internato médico	Nº de iniciativas Peso: 35%	12	10	<10
	RESULTADOS	X		
3 - Assegurar a recolha de informação estatística no domínio da Saúde Militar	Prazo de concretização Peso: 30%	Até 31JUL	Até 31AGO	Após 31 AGO
	RESULTADOS	X		

Objetivo 2 - Apoiar a CNA e acompanhar a execução dos protocolos entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 –Preparar as reuniões da CNA, elaborar atas e propor modalidades	Nº de iniciativas Peso: 25%	5	4	<4



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

de ação				
	RESULTADOS	X		
2 - Analisar os PAs, as Propostas de Orçamento e os RAs das ONGs e a sua conformidade aos protocolos	Nº de iniciativas Peso: 50%	10	8	<8
	RESULTADOS	X		
3 - Registo provisório de utentes da RNA	Nº de iniciativas Peso: 25%	10	8	<8
	RESULTADOS	X		

Objetivo 3 - Aprofundar a cooperação com entidades parceiras no âmbito da saúde

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Ações de cooperação	Nº de iniciativas desenvolvidas Peso: 75%	7	5	<5
	RESULTADOS	X		
2 - Participar em ações de cooperação	Nº de participações efetivadas Peso: 25%	5	3	<3
	RESULTADOS	X		

Objetivo 4 - Garantir a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados, o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares	Data de entrega do Relatório Anual Peso: 100%	30NOV	31DEZ	Após 31 DEZ
	RESULTADOS	X		

Objetivo 5 - Melhorar o apoio social a prestar aos ex-militares incapacitados ao serviço das FA's e familiares

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Consolidar a atividade do Núcleatividade Social (NAS)	Nº de novos casos objeto de acompanhamento Peso: 50%	>5	>2<=5	<3
	RESULTADOS	X		
2 - Prosseguir estudo que promova a codificação dos vários regimes visando a elaboração do Estatuto do Deficiente Militar (EDM)	Data de conclusão do Estudo Peso: 50%	30NOV	31DEZ	Após 31 DEZ
	RESULTADOS		X	

Objetivo 6 - Promover a melhoria contínua do regime de proteção social dos militares

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

1 - Prosseguir estudo de impacto das reformas da segurança social no regime aplicável aos militares	Data de conclusão do Estudo Peso: 50%	30NOV	31DEZ	Após 31 DEZ
	RESULTADOS	X		
2 - Aprofundar o estudo relativo aos regimes de segurança social aplicáveis a militares de países congéneres	Data de conclusão do Estudo Peso: 50%	30NOV	31DEZ	Após 31 DEZ
	RESULTADOS		X	

Objetivo 7 - Melhorar o padrão de serviço - áreas da saúde e assuntos sociais

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1- Atingir um padrão de serviço que possibilite fixar um período razoável para elaboração de projetos de medidas legislativas, bem como de informações e pareceres (comum)	Demora média Peso: 25%	<6 dias úteis	>=6<10 dias úteis	>=10 dias úteis
	RESULTADOS	X		
2 - Reduzir tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (comum)	Prazo de elaboração de respostas a solicitações institucionais e a particulares Peso: 25%	<5 dias úteis	>=5<8 dias úteis	>=8 dias úteis
	RESULTADOS	X		
3 - Incrementar a frequência de ações de	Nº de ações de formação	2	1	0



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

formação especializada (comum)	especializada frequentadas Peso: 10%			
	RESULTADOS	X		
4 - Conceber projeto de conteúdos e sistema de alimentação que divulgue iniciativas e temáticas da Saúde Militar e dos Assuntos Sociais, quer na Intranet quer na Internet do MDN no Portal da DGPRM	Data de apresentação do Estudo Peso: 40%	30NOV	31DEZ	Após 31 DEZ
	RESULTADOS	X		

Objetivo 8 - Melhorar o índice de satisfação dos antigos combatentes em relação ao modo como são atendidos no Centro de Atendimento

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Medir a satisfação dos antigos combatentes	NÍVEL DE SATISFAÇÃO PERCEBIDA = (Resposta Inquérito Satisfação x 0,25) x 100 (Total de respostas x 4)	> 92 %	92 %	< 92 %
	RESULTADOS	X		

Objetivo 9 - Aumentar a produtividade - área dos antigos combatentes

Iniciativas	Indicadores	Concretização
-------------	-------------	---------------

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Medir o Índice de eficiência processual	<p>TAXA DE REALIZAÇÃO TOTAL =</p> $\frac{\sum (\text{N}^\circ \text{ de Processos Despachados})}{100} \times \sum (\text{N}^\circ \text{ de Processos Distribuídos})$ <p>TAXA DE OTIMIZAÇÃO =</p> $\frac{(\text{N}^\circ \text{ de Processos Despachados})}{100} \times (\text{N}^\circ \text{ de Processos Entrados})$	> 85 %	85 %	< 85 %
RESULTADOS		X		
Ajustar os processos, métodos e técnicas utilizadas tendentes à agilização da tramitação processual interna (tempo médio de conclusão de processos)	<p>TEMPO MÉDIO POR PROCESSO / COLABORADOR =</p> $\frac{(\text{Data do Despacho} - \text{Data de Distribuição})}{20 \text{ Dias Úteis}}$ <p>Tipo de processo:</p>	<p>< 2 DIAS</p> <p>< 5 DIAS</p>	<p>2 DIAS</p> <p>5 DIAS</p>	<p>> 2 DIAS</p> <p>> 5 DIAS</p>



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

	a) URGENTE b) NORMAL			
RESULTADOS		X		
Reduzir o tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (tempo médio de espera no atendimento)	a) Tipo de Atendimento: - PRESENCIAL	< 10 Min.	10 Min.	> 10 Min.
	b) Tipo de Atendimento: - NÃO PRESENCIAL	< 2 Min.	2 Min.	> 2 Min.
RESULTADOS		X		

Objetivo 10 - Tornar mais acessível a informação sobre os benefícios destinados aos Antigos Combatentes

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborar um Guia Prático sobre os benefícios destinados aos Antigos Combatentes	Apresentar proposta em formato digital	31 MAI	30 JUN	Após 30 JUN
	RESULTADOS		X	
	Promover divulgação do Guia por entidades de fácil acesso aos AC	< 30 dias após aprovação da proposta	30 dias após aprovação da proposta	> 30 dias após aprovação da proposta
	RESULTADOS	X		

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Unidade Orgânica - *Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos (participação do Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-Geral nos objetivos 2 e 4)*

Objetivo 1 - Garantir a execução e o acompanhamento permanente ao nível da contabilidade orçamental e reduzir os custos de operação e manutenção

Iniciativa(s)	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Reduzir em 2,5% os custos de operação e manutenção.	Taxa de Execução Orçamental	<95%	95%	>95%
	RESULTADOS	X (13,2%)		

Objetivo 2 - Coordenação e acompanhamento do processo SIADAP 1 2 3

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Elaboração e monitorização do QUAR (SIADAP 1)	Cumprimento dos prazos legalmente previstos	Construção- QUAR (até 25 de Novembro) Monitorização- QUAR (até 10 de Maio, 10 Set e 10 Jan)	Construção- QUAR (até 30 de Novembro) Monitorização- QUAR (até 15 de Maio, 15 Set e 15 Jan)	Construção- QUAR (após 30 de Novembro) Monitorização- QUAR (após 15 de Maio, 15 Set e 15 Jan)
	RESULTADOS	X		
2 - Coordenação e acompanhamento do SIADAP 2 e 3	Cumprimento dos prazos legalmente previstos	Anterior a 30 de Março	Até 30 de Março	Após 30 de Março

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

	RESULTADOS			X
--	-------------------	--	--	---

Objetivo 3 - Desenvolvimento de plataforma informática que vise assegurar a simplificação de procedimentos e a reorganização da informação, através da implementação de um repositório documental, com o objetivo de garantir uma maior flexibilidade na gestão dos documentos atinentes a este organismo.

Iniciativa(s)	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Análise de critérios tecnológicos relativos à solução.	Cumprimento da calendarização definida.	Anterior a 01 de Março 2013	Até 15 Março 2013	Após 29 Março 2013
	RESULTADOS	X		
2 - Instalação e configuração da solução informática.	Cumprimento da calendarização definida.	Anterior a 03 Junho 2013	Até 14 Junho 2013	Após 28 Junho 2013
	RESULTADOS	X		
3 - Início da fase de testes conducentes à identificação e redução de deficiências de carácter aplicacional.	Cumprimento da calendarização definida.	Anterior a 2 Setembro 2013	Até 13 Setembro 2013	Após 27 Setembro 2013
	RESULTADOS		X	
4 - Conclusão dos testes e entrada em produção da solução final.	Cumprimento da calendarização definida.	Anterior a 02 Dezembro 2013	Até 13 Dezembro 2013	Após 27 Dezembro 2013
	RESULTADOS	X		

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Objetivo 4 - Manter atualizados e otimizados os principais instrumentos de gestão e apoio à decisão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (Plano de Atividades, Relatório de Atividades e Balanço Social).

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Elaborar o Plano de Atividades 2014	Apresentar o Plano no prazo previsto	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013
	RESULTADOS		X	
2 - Elaborar o Relatório de Atividades 2012	Apresentar o Relatório no prazo legalmente previsto	Até 15 de Março 2013	Até 31 Março 2013	Após 31 Março 2013
	RESULTADOS	X		
3 - Elaborar o Balanço Social 2012	Apresentar o Balanço Social no prazo legalmente previsto	Até 15 de Março 2013	Até 31 Março 2013	Após 31 Março 2013
	RESULTADOS	X		



Glossário

Listagem síntese de Programas e Ações



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

GLOSSÁRIO*

Objectivos estratégicos – resultados globais a atingir pela DGPRM para o desempenho da sua missão (função social). Materializam-se no Plano de Actividades através de Programas.

Estratégia – meios e processos considerados pelo serviço para a prossecução dos objectivos definidos (orientações de gestão, recursos, distribuição de responsabilidades...).

Programa – conjunto interdependente de actividades e projectos (acções) com vista a alcançar um ou vários objectivos estratégicos previamente enunciados pela Direcção-Geral.

Acção – modo ou processo de actuação (concreto, pragmático) dos programas, através da realização de projectos ou de diversos tipos de actividades. Enunciam-se para cada uma os resultados esperados a obter.

Actividade – conjunto de tarefas que concorrem articuladamente para a realização de um ou mais objectivos de cada serviço, que afecta recursos e possibilita identificar resultados.

Tipificação das actividades:

- *periódicas* (ocasionais; sazonais);
- *correntes* (rotineiras, de execução permanente e indispensáveis para a produção de serviços numa área pré-determinada: jurídica, pessoal, contabilidade...);
- *manutenção* (de conservação e/ou apoio a serviços, equipamentos, programas informáticos (...)) concorrendo para o seu normal funcionamento).

Projecto – forma de acção ou processo organizativo temporário e delimitado no tempo (início/fim), que mobiliza recursos (humanos, financeiros materiais), possui um núcleo responsável criado para o efeito (gestor/equipa) e procura uma solução concreta e específica para uma necessidade (objectivos).

Os projectos distinguem-se normalmente das actividades (cf. anteriormente definidas) pela sua natureza, i. é., serem originados para um fim particular e possuírem um «ciclo de vida» (definição, concepção, planeamento, implementação, conclusão e avaliação).

A *complexidade dos projectos* é em regra “proporcional” ao grau crescente de envolvimento de diversos factores, nomeadamente: meios (humanos, financeiros), duração prevista, organismos envolvidos, dificuldades de gestão e riscos previsíveis (bloqueios, constrangimentos, situações adversas).

Avaliação – apreciação (qualitativa e quantitativa) do grau de execução das acções, de acordo com os resultados esperados previamente enunciados.

* Explicitação de conceitos aplicados nos Planos e Relatórios de Actividades da DGPRM

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

LISTAGEM SÍNTESE DE PROGRAMAS E AÇÕES

Programa 01

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Qualificação e Formação

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade

Ações

01-01	Ensino Superior Público Militar
01-02	Ensino Básico e Secundário
01-03	Qualificação profissional dos militares do RV/RC
01-04	Sistema de Certificação das Entidades formadoras dos Ramos
01-05	Representação da Defesa nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação (Sistema Nacional de Qualificação - ANQ)
01-06	Apoio à coordenação da implementação do Acordo de Cooperação Interministerial nas áreas de Educação e Formação no âmbito das Forças Armadas
01-07	Representações do Ministério da Defesa Nacional no âmbito do Ensino e Formação
01-08	Coordenação nacional da iniciativa europeia de intercâmbio de oficiais durante a sua formação militar "Erasmus Militar"
01-09	Formação em organismos internacionais e estrangeiros
01-10	Nato Training Group (NTG)
01-11	Elaboração do relatório final do Estudo das políticas de ensino e formação das Forças Armadas em países NATO
01-12	Desenvolvimento de estudos temáticos sobre a integração das mulheres nas Forças Armadas
01-13	Elaboração de um estudo comparado de caracterização do processo formativo da categoria de sargentos, tendo em vista a elevação das qualificações respetivas
01-14	Consultadoria

Programa 02

Dimensionar os Recursos Humanos

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos

Ações

02-01	Dimensionamento dos Efetivos
02-02	Controlo dos Efetivos Militares
02-03	Efetivos dos Quadros Permanentes
02-04	Efetivos em Regime de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV) de cada ramo das Forças Armadas
02-05	Ciclo de Planeamento das Forças
02-06	NATO Annual Defense Review - DPQ

Programa 03

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos

Ações

03-01	Assistência Religiosa das Forças Armadas
03-02	Regulamento de Continências e Honras Militares
03-03	Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada
03-04	Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas
03-05	Lei de Defesa Nacional
03-06	Representação do MDN no Gabinete do Ministro da Presidência
03-07	Representação do MDN na CIG

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

03-08	Legislação no âmbito internacional
03-09	Committee on Gender Perspectives da NATO Forces
03-10	Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH
03-11	Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais
03-12	Carreiras e Regime Retributivo do Pessoal Civil
03-13	Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris do Exército
03-14	Carreiras e Regime Retributivo do pessoal militarizado
03-15	Estatuto do Pessoal e Regime Retributivo do Pessoal da Polícia Marítima
03-16	Regime Retributivo dos militares
03-17	Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos do pessoal militar
03-18	Representações do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências da DCRE
03-19	Audição das associações socioprofissionais e sindicais
03-20	Sistema Integrado de Gestão - SIGRHV
03-21	Assessorias exteriores
03-22	Consultadoria

Programa 04**Participar na Cooperação Técnico-Militar**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos

Ações

04-01	Cooperação Técnico-Militar com os PALOPs
-------	--

Programa 05**Promover a consolidação da Profissionalização do Serviço Militar e a Empregabilidade**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade

Ações

05-01	Promover o papel do Regulamento de Incentivos na consolidação do processo de profissionalização do serviço militar
05-02	Apoio à inserção dos militares e ex-militares contratados no mercado de trabalho (CIOFE)
05-03	Subsídios para Estudos Superiores e pagamento de Propinas
05-04	Monitorização dos processos de (re)inserção socioprofissional dos ex-militares em RC/RV
05-05	Fomentar a capacidade de análise relativamente à informação recolhida no âmbito do Dia da Defesa Nacional tendo em vista a monitorização da relação dos jovens com as FA
05-06	Consultadoria

Programa 06**Assegurar o cumprimento dos Deveres Militares**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e Deveres Militares

Ações

06-01	Recenseamento Militar
06-02	Dia da Defesa Nacional
06-03	Informar, promover e divulgar os deveres militares e as formas de prestação de serviço militar
06-04	Coordenar a política de recrutamento e o desenvolvimento do processo de Recrutamento Militar
06-05	Gerir a situação militar dos cidadãos perante os deveres militares
06-06	Cooperação Bilateral no Âmbito de Projetos de Cooperação com Países pertencentes a Organizações das quais Portugal faz parte
06-07	Boletim SERVIÇO Militar
06-08	Consultadoria

Programa 07

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013**Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes/Divisão de Saúde Militar

Ações

07-01	Reestruturação da Saúde Militar
07-02	Vigilância Epidemiológica
07-03	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar
07-04	Grupo OTAN/Saúde
07-05	Normalização na área da Saúde
07-06	Quadros Especiais das áreas da Saúde
07-07	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN
07-08	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar
07-09	Saúde Mental
07-10	Coordenação do Programa para a Prevenção e Combate às Toxicodependências nas Forças Armadas
07-11	Segurança, Higiene e Saúde em meio laboral
07-12	Consultadoria

Programa 08**Fomentar o Bem-Estar Social dos RH**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes / Divisão de Assuntos Sociais

Ações

08-01	Assistência na Doença aos Militares (ADM)
08-02	Apoio Social aos Militares ex-Militares e suas Famílias
08-03	Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA)
08-04	Ação Social Complementar/Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA, I.P.)
08-05	Reabilitação dos deficientes militares
08-06	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais
08-07	Consultadoria

Programa 09**Apoiar os Antigos Combatentes**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes

Ações

09-01	Medição da satisfação dos Antigos Combatentes
09-02	Medir o índice de eficiência processual
09-03	Ajustar os processos, métodos e técnicas utilizadas tendentes à agilização da tramitação processual interna (tempo médio de conclusão dos processos)
09-04	Reduzir o tempo de resposta a solicitações institucionais e particulares (tempo médio de espera no atendimento)
09-05	Promover a melhoria da qualidade da informação dirigida aos AC

Programa 10**Promover a Divulgação de Estudos, o Planeamento e a Modernização da DGPRM**

Unidade responsável - Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos

Ações

10-01	Controlo de Execução da Atividade da DGPRM
10-02	Divulgar informação de interesse da DGPRM
10-03	Modernização e simplificação administrativa da DGPRM
10-04	Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa (SIMPLEX) da DGPRM
10-05	Consultadoria

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013**Programa 11****Gerir os Recursos da DG de Pessoal e Recrutamento Militar***Unidade responsável - Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos**Ações*

11-01	Gerir os Recursos Humanos afetos à DGPRM
11-02	Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos colaboradores da DGPRM
11-03	Gerir os recursos financeiros da DGPRM
11-04	Gerir os recursos patrimoniais
11-05	Análise da execução orçamental
11-06	Gestão de economato
11-07	SIADAP (área técnica e administrativa)
11-08	Consultadoria

Programa 12**Explorar os Sistemas de Informação da DGPRM***Unidade responsável - Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos**Ações*

12-01	Gestão e controlo de Pessoal
12-02	Sistema de Gestão Documental
12-03	Sistema de Informação e Gestão (SIG)
12-04	SIADAP (informatização)
12-05	Base de Dados Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)
12-06	Gestão das Bases de Dados
12-07	Desenvolvimento de soluções informáticas
12-08	Desenvolvimento, gestão e atualização dos SI/TIC

Programa 13**Fomentar a Educação Física e Desporto Militar***Unidade responsável - Comissão de Educação Física e Desporto Militar**Ações*

13-01	Campeonatos Nacionais de Desporto Militar
13-02	Política Desportiva Militar
13-03	Torneios e Campeonatos Mundiais de Desporto Militar
13-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)

Programa 14**Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)***Unidade responsável - Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança**Ações*

14-01	Atividades do SARFAFS em Portugal
14-02	Atividade internacional do SARFAFS
14-03	Atividades editoriais da SARFAFS

Programa 15**Gestão de Projetos***Unidade responsável - Gabinete de Gestão de Projetos (Equipa Multidisciplinar)*



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Ações

15-01	Revisão da legislação enquadrante da Defesa Nacional
-------	--



Programas e Ações

(Avaliação detalhada das Ações - Resultados)



PROGRAMA 01

**Promover o Aperfeiçoamento
do Sistema de Qualificação e Formação**



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 01

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Qualificação e Formação

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade

Ações

01-01 | Ensino Superior Público Militar

Objetivo

Potenciar a eficiência do sistema de ensino superior militar e a respetiva acreditação

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - Universidades/MCTES-DGES

Subações

1. Desenvolver estudo de caracterização do sistema de Ensino Superior Público Militar (estruturas; recursos; ensino; investigação);
2. Emissão de pareceres técnicos sobre o edifício legislativo e funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior militar, tendo em vista a sua acreditação;
3. Assegurar o apoio técnico ao Conselho do Ensino Superior Militar

Resultados

Todas as subações que estavam previstas foram executadas dentro dos prazos estipulados. Foi elaborado o trabalho de caracterização dos estabelecimentos de ensino superior, no âmbito do apoio técnico ao CESH, assim como foram finalizados os trabalhos de preparação legislativa dos regulamentos internos da AM, EN e AFA. Para além disso foram também desenvolvidos os trabalhos técnicos associados à elaboração de uma proposta de modelo de governação comum para os EESPUM.

01-02 | Ensino básico e secundário

Objetivo

Reorganizar e potenciar a eficiência do ensino militar não superior

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - EXE/SG

Subações

1. Dar apoio técnico à Comissão técnica de acompanhamento no processo de implementação das medidas de reestruturação dos EME's;
2. Participar na elaboração de estudos sobre a oferta educativa dos EME's (regular e profissional);
3. Promover a atualização do edifício legislativo dos EME's (regulamentos)



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Resultados

A atividade dos EMES foi acompanhada por esta Direção-geral, no âmbito do apoio técnico à Comissão Técnica de Acompanhamento. Foram desenvolvidos todos os trabalhos conducentes à preparação da configuração do ano letivo 2013/2014, foram elaborados os relatórios de acompanhamento previstos, assim como todos os estudos previstos no despacho 4785/MDN (nomeadamente, atividades extra-curriculares; mensalidades; currículo próprio do IPE). No que concerne ao edifício legislativo, foram revistos os regulamentos e os projetos educativos, falta apenas a revisão dos estatutos (que depende de orientações da tutela).

01-03 | Qualificação profissional dos militares do RV/RC

Objetivo

Acompanhar a reforma da Formação Profissional em curso, bem como coordenar a conceção e implementação de programas e ações de qualificação (de dupla certificação) orientadas para as necessidades dos Ramos da Forças Armadas e do mercado de emprego Armadas e rentabilidade dos investimentos em formação.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT

Outras entidades intervenientes - Ramos/Entidades certificadoras e formadoras/ANQ/IEFP

Resultados

O acompanhamento foi feito, assim como a atualização da caracterização da situação. Foram também desenvolvidos todos os trabalhos associados à revisão do acordo de cooperação interministerial que irá conferir suporte e enquadramento ao desenvolvimento de ações no terreno. No entanto, a assinatura do acordo transitou para o início de 2014.

01-04 | Sistema de Certificação das Entidades formadoras dos Ramos

Objetivo

Implementação de um sistema de Gestão da Qualidade das Entidades Formadoras da Defesa Nacional, tendo em vista a sua certificação.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT

Outras entidades intervenientes - Ramos/ANQ/IEFP

Resultados

Foi elaborada uma proposta de estrutura de sistema que carece agora de sancionamento superior e de apoio técnico por parte da Direção-geral de emprego e relações de trabalho no âmbito do acordo de cooperação interministerial (que está em revisão).

01-05 | Representação da Defesa nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação (Sistema Nacional de Qualificação - ANQ)

Objetivo

Assegurar a representação da Defesa nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação considerados estratégicos para os Ramos.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - Ramos

Resultados

A DGPRM fez-se representar em todas as reuniões de CSQ para as quais foi convocada.

01-06 Apoio à coordenação da implementação do Acordo de Cooperação Interministerial nas áreas de Educação e Formação no âmbito das Forças Armadas

Objetivo

Apoio à coordenação pela DGPRM das ações necessárias para a implementação do Acordo e consequente cumprimento dos objetivos neles assumidos.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - Ramos/ME/MTSS/ANQ/IEFP

Resultados

Este acordo, assinado inicialmente em 2006, apresenta-se desajustado face aos instrumentos de qualificação existentes. Foi analisada a situação e foi apresentada uma proposta de atualização que chegou a ser concertada com todas as entidades parceiras (educação e trabalho). Faltou apenas o agendamento da assinatura por parte das tutelas.

01-07 Representações do Ministério da Defesa Nacional no âmbito do Ensino e Formação

Objetivo

Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CIN
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Não foi desenvolvida atividade neste âmbito.

01-08 Coordenação nacional da iniciativa europeia de intercâmbio de oficiais durante a sua formação militar "Erasmus Militar"

Objetivo

Assegurar a participação nacional nas reuniões internacionais, bem como a coordenação dos subsequentes trabalhos nacionais.

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - Ramos/DGPDN/MNE

Resultados

A DGPRM participou em duas reuniões ordinárias realizadas em Bruxelas.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

01-09 | Formação em organismos internacionais e estrangeiros

Objetivo

Proceder à divulgação de cursos promovidos por entidades internacionais e estrangeiras. Coordenar e providenciar a prévia marcação das vagas necessárias à participação em cursos, congressos, estágios e reuniões internacionais. Divulgar a documentação respeitante a estas realizações (JSSG - Joint Service Sub-Group NTGWG/IT&ED - NATO Training Group / Individual Training and Education Developing NBC - Nuclear, Biological and Chemical)

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - DIV
Outras entidades intervenientes - EMGFA/Ramos/SG/DGPDN/CNPCE

Resultados

Foi gerida toda a participação de elementos do universo da Defesa Nacional em cursos de formação da NATO SCHOOL do ano de 2013. Desde a fase de planeamento da formação (77 cursos), gestão de cancelamentos e de pedidos adicionais (mais 80 cursos). Foi também elaborado o planeamento da formação para 2014, do qual constam 107 cursos pedidos pelas várias entidades da Defesa Nacional.

01-10 | Nato Training Group (NTG)

Objetivo

Assegurar a representação nacional no âmbito do NTG.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes - Ramos

Resultados

Não foi desenvolvida atividade neste âmbito.

01-11 | Elaboração do relatório final do Estudo das políticas de ensino e formação das Forças Armadas em países NATO

Objetivo

Estudo de direito comparado relativo ao ensino e formação militar na fase de recrutamento.

Tipo de ação - Projeto **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Foi elaborada uma grelha de recolha de informação junto dos adidos militares em países Nato. Foi analisada a informação recebida, mas a mesma não se revelou suficiente para produzir um relatório comparável.

01-12 | Desenvolvimento de estudos temáticos sobre a participação das mulheres nas missões internacionais de apoio e manutenção de paz

Objetivo

Produzir informação que permita compreender o processo da integração das mulheres nas missões internacionais.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - DGPRM

Sub-ações:

1. Definição do projeto de estudo;
2. Conceção dos instrumentos de recolha de informação;
3. Elaboração de relatório.

Resultados

Foram realizadas as duas primeiras subações. A fase de implementação do projeto (aplicação do inquérito) por questões relacionadas com a disponibilidade dos ramos transitou para o primeiro semestre de 2014.

01-13 | Elaboração de um estudo comparado de caracterização do processo formativo da categoria de Sargentos, tendo em vista a elevação das qualificações respetivas

Objetivo

Caracterizar a formação dos sargentos nos três ramos e avaliar as possibilidades/necessidades de elevação das respetivas qualificações

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Relativamente ao processo formativo associado à carreira de Sargentos, foram revistos os regulamentos escolares de CFS, tanto da Força Aérea como do Exército. Foram também apreciadas 3 propostas de desenvolvimento de cursos de especialização tecnológica. Para além disso, os técnicos da DEFE participaram no desenvolvimento do estudo situacional dos sargentos enfermeiros, assim como na revisão do EMFAR (nestas matérias).

01-14 | Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito da Qualificação e Formação e certificação profissional, quando solicitados.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CON
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Foi analisado um vasto conjunto de projetos de diploma, nos domínios do ensino, ensino superior e formação profissional.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 02
Dimensionar os RH



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 02

Dimensionar os Recursos Humanos

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/ Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos

Ações

02-01 | Dimensionamento dos Efetivos Militares

Objetivo

Estudar e propor medidas relativas ao dimensionamento de efetivos.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - EMGFA e Ramos

Resultados

Monitorização do quantitativo máximo de militares em RV/RC para o ano de 2013 nos termos do art.º 70.º da LOE 2013.

02-02 | Controlo dos Efetivos Militares

Objetivo

Promover a atualização permanente do registo de efetivos do pessoal das Forças Armadas, nos diferentes regimes, situações e formas de prestação de serviço. Comparar os efetivos autorizados através de diploma legal com os efetivos existentes. Proceder à análise estatística dos efetivos militares.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - EMGFA e Ramos

Resultados

Atividade permanente e em execução. Análise estatística, elaboração de relatórios trimestrais com base nos mapas de controlo trimestral nos termos do art.º 71.º da LOE 2013 e subsequente envio dos mapas à DGO, SG/MDN e DGAEP.

02-03 | Efetivos dos Quadros Permanentes

Objetivo

Analisar as propostas do CCEM e dos ramos relativas à prestação de serviço por militares no ativo e na reserva, nos ramos, na estrutura orgânica das Forças Armadas e fora dela, e ultimar os respetivos projetos de diplomas (n.ºs 2, 3, 4 e 5 do artigo 42º do EMFAR).

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - EMGFA e Ramos

Resultados



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Apreciação e análise de projeto de Decreto-Lei que visa fixar os efetivos máximos dos quadros permanentes das Forças Armadas, na situação de ativo, para desempenho de cargos militares na estrutura orgânica das Forças Armadas fora dos respetivos ramos (com exceção do Hospital das Forças Armadas), bem como na situação de ativo e de reserva na efetividade de serviço, autorizados a desempenhar cargos militares fora da estrutura orgânica das Forças Armadas, nos termos do disposto nos n.º 3 e 4 do artigo 42.º do EMFAR

Análise de projeto de Portaria que fixa os quantitativos máximos de militares na reserva na efetividade de serviço, nos termos do disposto nos n.º 2 e 3 do artigo 42.º do EMFAR, e da respetiva nota justificativa.

02-04 | Efetivos em Regime de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV) de cada ramo das Forças Armadas

Objetivo

Apreciar a proposta do CCEM e submeter à consideração superior o projeto de Decreto Regulamentar. Verificar e analisar a observância dos procedimentos instituídos relativos aos mecanismos de controlo prévio das admissões e das renovações nestes regimes.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes - EMGFA e Ramos

Resultados

Monitorização das propostas para admissões em 2013. Elaboração de:
- propostas fundamentadas de admissões para 2013 dos três ramos das FA;
- proposta fundamentada de admissões para 2014 do Exército;
- renovações de contrato para o segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014, nos termos de Despacho Conjunto n.º 9031/2007, de 23 de Abril, do MEF e do MDN, conjugado com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto assim como o art.º 69.º da LOE 2013.

02-05 | Ciclo de Planeamento das Forças

Objetivo

Colaborar com o EMGFA/Ramos no âmbito do ciclo de planeamento das forças, nomeadamente através da participação nas respetivas reuniões de trabalho.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes - DGPDN e EMGFA

Resultados

Nada a referir.

02-06 | NATO Annual Defense Review - DPQ

Objetivo

Representação da DGPRM nas atividades relacionadas com a NATO Annual Defense Review - DPQ.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CII
Outras entidades intervenientes - N ATO e DGPDN

Resultados

Representação da DGPRM nas atividades relacionadas com o NATO Defence Planning Process 2013, incluindo reuniões de coordenação com a DGPDN.

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 03

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 03

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos

Ações

03-01 | Assistência Religiosa das Forças Armadas

Objetivo

Acompanhamento da implementação do Decreto-Lei n.º 251/2009, de 23 de Setembro, diploma que regula o exercício da assistência religiosa nas Forças Armadas e nas Forças de Segurança.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - ES

Outras entidades intervenientes - Gab/SEDNAM, EMGFA, Ramos, Cap. Mor, MNE e MAI

Resultados

No decurso do ano de 2013, foram elaboradas diversas notas, informações e pareceres no âmbito da Assistência Religiosa, que constituíram suporte técnico quer para a Capelania Mor quer para o Gab. MDN e SEADN. Esta Direção de Serviços, em conjunto com o Gab. MNE, participou em 3 reuniões que decorreram no MNE e nas quais estiveram presentes representantes daquele Ministério, do MAI e da Comissão Paritária, com o objetivo de clarificar o Estatuto do Ordinário Castrense face ao regime de Assistência Religiosa consagrado pelo D.L. n.º 251/2009.

Elaboração de uma proposta de alteração ao limite de idade para ingresso no RCE por forma a permitir a aplicação efetiva deste regime aos capelães.

Envio de um parecer à tutela tendo em vista a obtenção de orientações relativamente à reestruturação dos Serviços de Assistência Religiosa como determinado na RCM "Reforma Defesa 2020".

Nota - Dependente de articulação com o MAI.

03-02 | Regulamento de Continências e Honras Militares

Objetivo

Eventual atualização do projeto de diploma.

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - CAT

Outras entidades intervenientes - EMGFA/Ramos

Resultados

Não houve qualquer desenvolvimento.

03-03 | Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada

Objetivo



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Colaborar com o MAI e Ramos das FAs no procedimento de aprovação dos uniformes das empresas de segurança privada.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - MAI/Ramos

Resultados

Foram remetidos à DGPRM 28 pedidos de aprovação/alteração de modelos de uniformes de empresas de segurança. Foram elaborados os respetivos processos (28), remetendo os mesmos para análise dos 3 ramos das Forças Armadas, comunicando o parecer dado pelos 3 ramos das FA à Polícia de Segurança Pública.

03-04 | Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas

Objetivo

Colaboração na alteração dos diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas e respetiva regulamentação.

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - CCEM/Ramos

Resultados

Análise das propostas de reestruturação da estrutura superior das Forças Armadas apresentadas pelo EMGFA e pelos ramos, assente na criação do posto de comodoro/brigadeiro general.

03-05 | Lei de Defesa Nacional

Objetivo

Estudar, conceber e propor alterações à LDN e respetiva regulamentação.

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - ES
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Atualização e divulgação dos dados relativos às Associações no site do MDN e comunicação dos mesmos ao EMGFA e aos ramos.

Resultados

Nada a referir

03-06 | Representação do MDN no Gabinete do Ministro da Presidência

Objetivo

Assegurar a representação do MDN/DGPRM no Gabinete do Ministro da Presidência.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CIN
Outras entidades intervenientes - Várias entidades



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Subações

1. Representação do MDN no âmbito do Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução CSNU 1325/2000, aprovada pela RCM nº 71/2009. Acompanhamento da implementação do Plano pelo EMGFA, ramos e demais serviços envolvidos. Monitorização do Plano Setorial do MDN.
2. Adaptação e aplicação de Diretivas e Recomendações no âmbito do MDN.
3. Transposição de instrumentos de direito internacional.
4. Colaboração com o Gabinete.

Resultados

No âmbito da subação 1, participámos em todas as reuniões realizadas, procedeu-se à elaboração do Planeamento para 2013, e respetiva monitorização, e à elaboração do relatório de 2012. No final de 2013 deu-se início à avaliação da execução desse mesmo ano e à conceção das medidas que deverão constar do novo Plano Nacional de Acção que deverá entrar em vigor em Agosto de 2014. Realizaram-se reuniões de trabalho com o EMGFA e os ramos com vista à elaboração da documentação solicitada.

03-07 Representação do MDN na CIG

Objetivo

Assegurar a representação do MDN/DGPRM no Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CIN
Outras entidades intervenientes - Ramos e várias entidades

Subações

1. Acompanhamento da execução da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.
2. Acompanhar a avaliação da implementação dos Planos Nacionais pelos ramos das FA.
3. Monitorização do Plano Sectorial do MDN.

Resultados

Participação em todas as reuniões convocadas pela CIG no âmbito dos diversos Planos. Realização de reuniões com a Equipa Interministerial para acompanhamento e monitorização das medidas programadas para 2013. Elaboração de Planos de Atividades e Relatórios de Execução.

03-08 Legislação no âmbito internacional

Objetivo

Acompanhamento da produção legislativa no âmbito dos RH da Defesa ao nível internacional.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - ES
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Acompanhamento da aplicação da Carta Social Europeia (Conselho da Europa).
2. Acompanhamento da aplicação da diretiva de emprego da UE, nomeadamente do seu artº 13º.
3. Aplicação de instrumentos de direito internacional.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Resultados

Colaboração com diversos países, designadamente a Lituânia e o Brasil, através da resposta a perguntas relativas ao regime jurídico dos militares.
Contributos para a preparação das respostas às Listas de Perguntas Adicionais do Comité das Nações Unidas dos Direitos da Criança a Portugal no âmbito da análise dos 3.º e 4.º Relatórios Periódicos de Portugal de Aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança.

03-09 | Committee on Gender Perspectives da NATO Forces

Objetivo

Assegurar o acompanhamento pela DGPRM/MDN das questões colocadas pelo Committee on Gender Perspectives da NATO.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CII
Outras entidades intervenientes - NATO/Ramos

Subações

1. Responder às solicitações da Organização e dos países membros.

Resultados

Representação do MDN na reunião do Comité, realizada no Quartel General da NATO, em Bruxelas, na última semana de Maio.

03-10 | Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH

Objetivo

Colaborar na produção legislativa no âmbito dos recursos humanos da Defesa Nacional.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes - EMGFA/Ramos/SG/DGPDN

Subações

1. Elaboração de um projeto de DL que visa aprovar o regime jurídico dos adidos militares, dos cargos internacionais e das missões militares.

Resultados

Participação no Grupo de Trabalho de revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas do qual resultou um projeto de revisão deste Estatuto.
Coordenação e participação no Grupo de Trabalho que elaborou um estudo sobre a carreira de enfermagem nas Forças Armadas.
Elaboração, análise e apreciação de vários projetos de portaria relativos aos quantitativos de militares.
Elaboração de projetos de despachos para prestação de serviço por militares em várias situações em diversas entidades.
Análise de propostas relativas à revisão da Lei do Trabalho em Funções Públicas e respetivo Regulamento.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

03-11 | Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais

Objetivo

Apoio aos Ramos, aos Órgãos e Serviços Centrais e aos organismos tutelados pelo MDN na elaboração e aperfeiçoamento da sua legislação orgânica e outros diplomas legais.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - EMGFA/SCS/Ramos

Resultados

Elaboração de um Relatório sobre a caracterização dos trabalhadores civis da Defesa Nacional e das Forças Armadas e de um Plano de redução de pessoal civil da Defesa Nacional e das Forças Armadas 2013-2015, em cumprimento da determinação constante da RCM "Reforma Defesa 2020".
Realizado estudo sobre a Reserva Militar, análise evolutiva.
Clarificação do processualismo associado à transição do pessoal militar para a situação de reforma e seu relacionamento com o regime geral da aposentação.
Estudo prospetivo acerca do reenquadramento orgânico da PJM.

03-12 | Carreiras e Regime Retributivo do Pessoal Civil

Objetivo

Estudar e propor soluções no âmbito dos regimes de vinculação, de carreiras e regime retributivo do pessoal civil dos serviços departamentais das Forças Armadas.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - ES
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Elaborados diversos pareceres sobre propostas de alteração legislativa, designadamente quanto ao regime de vínculos e carreiras, requalificação, rescisão, segurança social e aposentação.

03-13 | Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris do Exército

Objetivo

Estudar e propor soluções atinentes à definição do regime de vinculação do pessoal civil dos EFE, incluindo carreiras e regime retributivo.

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - ES
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Nada a referir.

03-14 | Carreiras e Regime Retributivo do pessoal militarizado

Objetivo



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Estudar e promover a reformulação dos regimes jurídicos, carreiras e sistemas retributivos do pessoal militarizado das FA.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - ES
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Nada a referir.

03-15 | Estatuto do Pessoal e Regime Retributivo do Pessoal da Polícia Marítima

Objetivo

Estudar e promover a regulamentação do estatuto de pessoal da PM, no contexto do Sistema da Autoridade Marítima (SAM).

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - ES
Outras entidades intervenientes - Marinha

Resultados

Elaborada Informação relativa às temáticas abordadas pelas publicações elaboradas pela Associação Sócio-profissional da Polícia Marítima entre 2012 e 2015.

03-16 | Regime Retributivo dos militares

Objetivo

Desenvolver e participar nos estudos relativos ao sistema retributivo dos militares dos quadros permanentes, identificar assimetrias e propor eventuais medidas corretivas.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - ES
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Nada a referir.

03-17 | Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos do pessoal militar

Objetivo

Desenvolver e participar nos estudos relativos à revisão dos suplementos remuneratórios e abonos gerais e específicos atinentes à condição militar.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - ES
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Elaboração de vários quadros sobre os suplementos militares, relativamente à identificação/designação dos vários suplementos, legislação aplicável, base de cálculo, incidência de descontos para CGA e estimativa de encargos.

03-18 | Representações do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências da



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

DCRE

Objetivo

Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CIN
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Representação do MDN nas reuniões realizadas no MNE sobre o Estatuto do Ordinário Castrense.

03-19 | Audição das associações socioprofissionais e sindicais

Objetivo

Auscultar as associações e as organizações sindicais representativas dos militares e dos trabalhadores em matérias relativas aos respetivos estatutos profissionais.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - ES
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Realização de reuniões.
2. Elaboração de notas de reunião e de relatórios.

Resultados

Foram realizadas reuniões com os representantes da ASMIR, AOFA, ANS e AP, tendo sido remetidos superiormente as notas de reuniões.

03-20 | Sistema Integrado de Gestão - SIGRHV

Objetivo

Acompanhar a implementação do projeto SIG, na componente dos recursos humanos e vencimentos

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - DSRAM/DGPRM

Resultados

Dentro das várias fases que constituem o projeto SIG, foi dado o devido acompanhamento ao projeto, analisando sistemas de gestão de bases de dados, elaborando o relatório para se proceder à migração de dados. Foram realizadas reuniões de acompanhamento no CDD. A DGPRM concluiu todas as fases (análise, elaboração dos *templates* e relatório de preparação para a migração de dados) até ao momento com sucesso e dentro do prazo previsto.

03-21 | Assessorias exteriores

Objetivo



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Participar em ações inseridas no âmbito da cooperação bilateral instituída com países terceiros, no domínio das competências atribuídas à DSRHDN.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CII
Outras entidades intervenientes - DGPDN

Resultados

Foi elaborada resposta ao pedido formulado pelo adido militar do Brasil relativo ao sistema de ensino militar português. Foram elaboradas várias respostas a pedidos do Adido Militar da Lituania.

03-22 Consultadoria

Objetivo

Apreciar requerimentos e exposições dos cidadãos em sede de procedimento administrativo no âmbito da área de atribuições da DCRE.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CON
Outras entidades intervenientes - Ramos e várias entidades

Resultados

Elaborados Pareceres, Notas e Memorandos sobre diversas temáticas inseridas no âmbito das competências da DCRE.

03-np Atividades/projetos não previstos

Resultados

Análise de propostas de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2014.

Análise de proposta de acordo coletivo a celebrar entre a FESAP e a Marinha.

Análise das alterações introduzidas ao regime jurídico dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do MNE.

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 04

Participar na Cooperação Técnico-Militar



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 04

Participar na Cooperação Técnico-Militar

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/ Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos

Ações

04-01 | Cooperação Técnico-Militar com os PALOPs

Objetivo

Colaborar na área do regime jurídico e da organização de estruturas de gestão do pessoal militar dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT

Outras entidades intervenientes - DGPDN/Ramos

Resultados

Sem desenvolvimento.

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 05

**Promover a Profissionalização
do Serviço Militar e Empregabilidade**



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 05

Promover a consolidação da Profissionalização do Serviço Militar e Empregabilidade

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/ Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade

Ações

05-01	Promover o papel do Regulamento de Incentivos na consolidação do processo de profissionalização do serviço militar
--------------	---

Objetivo

Monitorizar o funcionamento da utilização do Regulamento de incentivos, assim como assegurar a sua adequação às características do seu público-alvo, bem como com toda a legislação com que se inter-relaciona.

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - DGPRM

Subações

1. Analisar impactos no RI das alterações legislativas que ocorram em matérias com ele conexas
2. Elaborar estudos de desenvolvimento conceptual e funcional do RI
3. Monitorizar e avaliar o funcionamento e aplicação do RI
4. Promover ações de divulgação dos incentivos junto do público-alvo
5. Desenvolver ações de (in)formação sobre os incentivos junto das secções de pessoal das unidades militares
6. Desenvolvimento de atividades de apoio técnico e consultadoria aos militares e a outras entidades no âmbito da aplicação do Regulamento de Incentivos
7. Acompanhar o funcionamento de uma Comissão de Acompanhamento dos Incentivos (com os ramos e com as restantes entidades intervenientes nos mesmos).

Resultados

Foram realizadas 9 ações de (in)formação sobre o Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar (RIPSM) e 10 ações sobre o quadro legal de proteção no desemprego para os militares, ex-militares e elementos da seção de pessoal.

Foi realizado um documento denominado de «Perguntas Frequentes - Prestação Do Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV) e Respetivos Incentivos» que foi difundido pelos 3 ramos das FA.

Foram emitidos 104 pareceres técnicos sobre a aplicação do Regulamento de Incentivos.

Foram emitidas 264 Declarações de Equiparação Funcional (na modalidade de declaração única) no âmbito do artigo n.º 30 do RIPSM.

Foi realizada 1 reunião com o IEFP no sentido de esclarecer a aplicação do artigo n.º 12 a 14 do RIPSM no âmbito da contigênciação de vagas para acesso aos cursos de formação profissional pelos militares e ex-militares.

05-02	Apoio à inserção dos militares e ex-militares contratados no mercado de
--------------	--

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013**trabalho (CIOFE)****Objetivo**

Promover a (in)formação e empregabilidade dos militares que prestaram serviço militar em Regime de contrato

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Desenvolvimento dos serviços de informação (incentivos; escolar e profissional)
2. Desenvolvimento dos serviços de apoio ao emprego e à formação
3. Desenvolvimento do serviço de informação e apoio técnico sobre a criação do próprio emprego
4. Desenvolvimento do programa CIOFE Iniciativa no sentido de aumentar a rede de entidades parceiras à ação do CIOFE
5. Dar continuidade à implementação de um programa de apoio ao empreendedorismo na Defesa
6. Assegurar a caracterização do público que utiliza os serviços do CIOFE e monitorizar os seus níveis de satisfação

Resultados

O CIOFE atingiu 1806 inscritos no final de 2013 o que corresponde a um aumento de 31% face ao ano anterior.

Foram efetuados 1914 atendimentos presenciais, 4146 atendimentos telefónicos e 6783 atendimentos eletrónicos.

No total o CIOFE desenvolveu 44 ações de formação que totalizaram 1108 horas de formação para 924 formandos. Destas, 20 ações de formação correspondem a Unidades de Formação de Curta Duração inscritas no Catálogo Nacional de Qualificações. Foram realizadas 2 ações de formação em parceria com a RAVEN no âmbito da Segurança Privada (módulo 3 e 4), totalizando 200 horas e abrangendo 23 ex-militares permitindo o acesso à carreira de vigilante. Em parceria com o IEFP foi realizado um Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores num total de 90 horas para 13 formandos permitindo acesso ao Certificado de Competências Pedagógicas.

Foram divulgadas 678 ofertas de emprego (209 de natureza privada e 469 de natureza pública).

Foram assinados 4 protocolos com entidades parceiras na área da formação: RAVEN, CENFOP, Associação DIANOVA e CECO.A.

Foram efetuadas visitas às duas Start-Up Lisboa (tecnológica e serviços).

No âmbito do programa de apoio ao empreendedorismo o CIOFE estabeleceu diversos contactos com a João sem medo Center for Entrepreneurship, entidade com a qual estabeleceu parceria e realizou o evento "Ser Empreendedor é uma alternativa para mim?" disponibilizando informação para a criação de um projeto de autoemprego colocando os 22 militares e ex-militares RC que participaram em contacto com empreendedores que criaram o seu próprio negócio. Neste evento participaram ainda 28 civis, tendo havido 2 moderadores e 7 convidados oradores. Foi também desenvolvido um Ciclo de Formação para o Empreendedorismo em parceria com o CENFOP que totalizou 100 horas para 17 formandos.

Foi realizado um inquérito de satisfação no qual foi possível recolher a opinião de 241 inscritos no CIOFE em que 73,4% revelaram que a existência de um organismo deste tipo é «Muito Importante» apresentando índices de satisfação elevados (75,6% de respostas no «Bastante Satisfeito» ou no «Muito Satisfeito»).

No âmbito do desenvolvimento dos serviços a equipa CIOFE teve a possibilidade de



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

participar em 6 ações de formação/workshops (“Job Intelligence”; “Empreendedorismo no Feminino”; “Técnicas de Procura de Emprego”; “ABC de um Plano de Negócios”; “Ser empreendedor é uma alternativa à minha situação atual?” e “Orientação profissional ao longo da vida”).

O portal do CIOFE mantém-se em atividade, registando durante o ano de 2013, 25891 visitas (média de 2158 visitas mensais) e a página do Facebook perfaz 1899 gostos (662 novos gostos em 2013) registando 177214 visualizações de 419 publicações introduzidas em 2013.

05-03 Subsídios para Estudos Superiores e pagamento de propinas

Objetivo

Apreciar as candidaturas apresentadas pelos militares e ex-militares tendo em vista a atribuição do subsídio para estudos superiores.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Assegurar a eficiência do processo de gestão de informação relacionada com a aplicação deste incentivo
2. Implementar medidas de controlo intercalar da atribuição do incentivo
3. Manter atualizados os dados referentes ao público que acede a este incentivo

Resultados

Foi acompanhado o processo de execução dos subsídios atribuídos para 2012/2013 - 107 beneficiários (109 000€]

Foi desenvolvido e executado o processo de atribuição dos subsídios para 2013/2014:

- Novas candidaturas analisadas - 61 (65 038€]
- Candidaturas que transitaram - 31 (33 052€]

05-04 Monitorização dos processos de (re)inserção sócio-profissional dos ex-militares em RC/RV

Objetivo

Manter atualizada a caracterização dos processos de (re)inserção sócio-profissional dos ex-militares em RC/RV, aferindo o seu potencial de empregabilidade.

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Atualizar a caracterização dos processos de reinserção sócio-profissional dos militares RC
2. Monitorizar o papel dos incentivos na estruturação das trajetórias de reinserção

Resultados

Este estudo é desenvolvido por uma entidade externa. Como ponto da situação em 2013 pode avançar-se que o relatório encontra-se em elaboração.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

05-05	Fomentar a capacidade de análise relativamente à informação recolhida no âmbito do Dia da Defesa Nacional, tendo em vista a monitorização da relação dos jovens com as Forças Armadas
--------------	--

Objetivo

Recolher e analisar informação no âmbito do Dia da Defesa Nacional, acerca da apreciação do evento e da relação com as Forças Armadas.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Leitura dos inquéritos recolhidos no ciclo 2012/2013
2. Elaborar relatório de apreciação do DDN ciclo 2012/2013, bem como das atitudes e representações acerca das Forças Armadas, assegurando o tratamento da dimensão de género;
3. Reformulação dos instrumentos de recolha de informação a utilizar na edição 2013/2014

Resultados

Foram processados todos os inquéritos relacionados com o ciclo de 2012/2013, num total de 97 256 inquéritos.
Foi desenvolvido o respetivo processo de análise de dados e elaborado o relatório de monitorização, consagrando o tratamento da dimensão de género.
Para a edição 2013/2014 não foram desenvolvidos novos instrumentos de análise porque a mesma foi temporariamente suspensa por despacho do MDN.

05-06	Consultadoria
--------------	----------------------

Objetivo

Apreciar requerimentos e exposições apresentados pelos particulares e assegurar assessorias exteriores no domínio das competências cometidas à DEFE.

Tipo de ação - Projeto **Natureza da ação** - CON
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Nada a referir.

05-np	Atividades/projetos não previstos
--------------	--

Resultados



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

O CIOFE apresentou à Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.) uma candidatura para constituição de um Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP).

Pela análise do plano estratégico de intervenção apresentado pela DGPRM, a ANQEP, após avaliação das várias candidaturas recebidas, selecionou a DGPRM, assim como mais 213 entidades para criação de CQEP.

Com a promoção a CQEP o CIOFE pretende proceder ao Reconhecimento e Validação das Competências adquiridas pelos militares ao longo do percurso escolar e profissional, assim como das qualificações obtidas no âmbito de percursos formativos entretanto realizados, como é o caso das Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD). Essa validação será assim uma mais-valia para muitos militares, possibilitando que os processos de reinserção profissional, após a passagem à disponibilidade tenham uma maior probabilidade de êxito.

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 06

Assegurar o cumprimento dos Deveres Militares



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 06

Assegurar o cumprimento dos Deveres Militares

*Unidade responsável - Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar /
Divisão de Recrutamento e Deveres Militares*

Ações

06-01 Recenseamento Militar

Objetivo

Assegurar o processo de recenseamento militar. Verificar e completar a morada dos jovens a convocar. Assegurar o controlo da situação dos cidadãos que integram a reserva de recrutamento e reserva de disponibilidade.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Com base nos dados de identificação e registo civil procedeu-se ao recenseamento de 131.078 cidadãos nascidos em 1995 e que foram convocados para cumprir o dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional na 10.^a edição que irá retomar as suas atividades em Janeiro de 2014 com a implementação de um novo modelo. Foi ainda assegurado o controlo da reserva de recrutamento, através da atualização da base de dados SIPORG, nomeadamente quanto à atualização e controlo do dever de comparência à 9.^a edição do Dia da Defesa Nacional. O controlo da reserva de disponibilidade é assegurado pelos Ramos das Forças Armadas.
No ano de 2013 relativo ao 2.º ciclo da 9.º edição do DDN, foram enviadas 62640 cartas recordatórias.

06-02 Dia da Defesa Nacional

Objetivo

Promover uma cultura de racionalização dos custos financeiros no Dia da Defesa Nacional (DDN)
Contribuir para a consciencialização e promoção da Defesa Nacional, Forças Armadas e cidadania através:
Do assegurar a publicação até 30Jun2013 dos Editais de Convocação para o DDN dos jovens nascidos em 1995;
Do colaborar na preparação do concurso de transportes para o ciclo 2013-2014;
Da atualização dos conteúdos dos módulos do DDN.
Da preparação e formação inicial e posterior, com vista ao reciclar dos conhecimentos dos divulgadores.
Do assegurar a emissão mensal atempada das cartas recordatórias dos jovens a convocar;
Do garantir as existências do material necessário ao regular funcionamento dos Centros de Divulgação de Defesa Nacional e do DDN.
Da gestão das Equipas de Divulgação.
Do controlar o funcionamento dos transportes do DDN e promover a retificação de anomalias.
Do controlar as presenças dos jovens e emitir as respetivas cédulas militares.
Da realização de ações de supervisão do DDN, com a finalidade de aperfeiçoar procedimentos e eliminar desperdícios.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - Ramos e outras entidades

Resultados

As atividades do Dia da Defesa Nacional foram suspensas durante a 2.ª metade do ano pela Diretiva Ministerial de 31 de maio dando azo a um processo de reflexão sobre as possibilidades de otimização e reestruturação do modelo levando em consideração os documentos estruturantes da reforma Defesa 2020 e o orçamento retificativo para 2013. Nesse sentido foram efetuadas 10 reuniões do «Grupo de Missão para o Planeamento do Dia da Defesa Nacional». Os trabalhos efetuados deram origem a uma proposta enviada à tutela a 09 de agosto sob a forma de documento intitulado «Novo Modelo Dia da Defesa Nacional - 10 iniciativas para a sua concretização» onde se preconiza, entre outras, a reestruturação do sistema de transportes, a criação de novos núcleos de divulgação, a reestruturação das equipas e dos próprios conteúdos visando uma maior economia de meios. Esta proposta teve um acolhimento favorável por parte da tutela conforme exarado no Despacho n. 155 de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional de 13 de setembro. Fruto do despacho foi constituída uma nova equipa de divulgadores, composta por 42 elementos pertencentes às 3 categorias das Forças Armadas, encetando-se um esforço de formação que resultou em 210 horas de formação para os adequar ao novo modelo. Concomitantemente, foi elaborado um novo sistema de comparticipação de transporte dos cidadãos convocados para o DDN assente na introdução da figura de requisição de transporte para os jovens que morem num raio de 50 Km do Centro ou Núcleo de Divulgação. Foi elaborado também o documento de suporte à realização do caderno de encargos do concurso de transporte para assegurar o transporte dos cidadãos que moram a mais de 50Km do Centro de Divulgação e cuja deslocação continuará a ser garantida por autocarro. Procedeu-se ainda a visitas de reconhecimento aos novos locais (núcleos) onde irá decorrer o DDN, nomeadamente: Portimão, Chaves, Viseu, Barreiro, Estremoz, Vendas Novas e Coimbra. Foram realizadas reuniões com entidades parceiras de forma a dinamizar um conjunto de atividades durante o DDN, mais especificamente com: Guarda Nacional Republicana, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Direção Geral de Educação, Serviço de Intervenção nos Comportamentos aditivos e nas dependências conjuntamente com as Administrações Regionais de Saúde e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. No que respeita à taxa de cumprimento da 9.ª edição do DDN, levando em consideração que foram convocados 114603 cidadãos residentes em Portugal e estiveram presentes 99614, esta foi de 86,92%.

06-03 | **Informar, promover e divulgar os deveres militares e as formas de prestação de serviço militar**

Objetivo

Planear e executar campanhas de promoção e divulgação visando o cumprimento dos deveres militares por parte dos cidadãos e o dar a conhecer as formas de prestação de serviço nos três Ramos das Forças Armadas, sempre que possível através de iniciativas que não impliquem encargos financeiros.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - Ramos

Resultados

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Durante o ano de 2013 ocorreu a participação em 2 ações de promoção e divulgação em parceria com os Ramos das Forças Armadas. Nestes eventos, da parte da DGPRM, procurou-se divulgar os deveres militares (em especial o dever de comparência ao Dia da Defesa Nacional) e da parte dos Ramos procurou-se efetuar a divulgação da profissão militar. A DGPRM esteve presente em Abril na Qualific@ - Feira da Educação, Formação, Juventude e Emprego, organizada pela Exponor num evento que congregou 39 541 visitantes, grande parte oriunda de 250 escolas da área metropolitana do Porto. Em Setembro e durante um mês a DGPRM participou nas Montras da Educação, evento que decorreu no edifício sede do Ministério da Educação e Ciência, em Lisboa, através da exibição de material promocional dos Ramos e do DDN. Durante este ano foi renovada a informação disponível sobre os deveres militares no site da DGPRM (www.dgprm.pt) com a disponibilização de novos requerimentos eletrónicos, sendo também atualizada a informação relativa aos deveres militares no portal do governo. O site da DGPRM relativo ao DDN teve 134 427 visitas (correspondendo a 1 255 334 visualizações) dos quais 94,1% corresponderam a cidadãos em território nacional.

06-04 | Coordenar a política de recrutamento e o desenvolvimento do processo de Recrutamento Militar**Objetivo**

Planear e coordenar a política de recrutamento dos efetivos militares necessários às Forças Armadas em geral, visando, quanto ao recrutamento normal, a satisfação das necessidades de pessoal aos regimes de voluntariado e de contrato nas Forças Armadas. Acionar, nos casos legais previstos, os procedimentos inerentes ao recrutamento excecional.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes - EMGFA e Ramos

Subações

1. Apresentar uma proposta de plano funcional do órgão central de recrutamento bem como o levantamento dos recursos humanos e materiais necessários ao seu funcionamento
2. Monitorizar os processos de recrutamento e de divulgação da profissão militar desenvolvidos pelos ramos

Resultados

Apresentou-se a 30 de setembro uma proposta de Conceção Estrutural e Plano Funcional para o Órgão Central de Recrutamento (OCR) elaborado pela equipa de trabalho para o OCR (ET-OCR), coordenada pela DGPRM e com a representação dos ramos das FA, e tendo como documentos orientadores de referência os seguintes:

- Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, de 21 de junho de 2012, relativo ao estudo acima mencionado;
- Memorando do Conselho de Chefes de Estado-Maior n.º 009/CCEM/2012, de 12 de outubro;
- Diretiva para a Reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, aprovada pelo Despacho n.º 149/MDN/2012, de 12 de junho de 2012;
- Linhas de Orientação Estratégica e Linhas de Ação para a Equipa de Trabalho, definidas pelo Excelentíssimo Diretor-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, em 10 de janeiro de 2013;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/13, de 11 de abril, que aprova as Linhas de Orientação para a execução da reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas, designada Reforma “Defesa 2020”;
- Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas -



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Reforma “Defesa 2020”, de 31 de maio de 2013.

Na elaboração da proposta foram realizadas cerca de 12 reuniões com representantes dos Ramos divididas por 3 grupos de trabalho responsáveis pela elaboração do projeto de portaria para a comissão de planeamento e coordenação do recrutamento militar, do Programa de Comunicação Integrada para o Serviço Militar e do projeto relativo à vertente tecnológica do Sistema de Informação do Serviço Militar.

Na estrutura da proposta foi feito o levantamento de Dados relativos à Estrutura de Recrutamento Militar dos ramos das Forças Armadas, dos processos de divulgação e recrutamento.

06-05 Gerir a situação militar dos cidadãos perante os deveres militares

Objetivo

Gerir a situação militar dos cidadãos perante os deveres militares, no que diz respeito aos seguintes processos:

Pedidos de adiamento do DDN;

Pedidos de dispensa dos cidadãos relativamente ao DDN;

Registar na base de dados os pedidos e respetiva decisão do IPJ relativamente aos objetores de consciência e promover a convocação para cumprimento do DDN nos casos em que haja indeferimento do pedido;

Emissão de 2.ªs vias das cédulas militares;

Emissão de Declarações de Situação Militar;

Garantir o atendimento aos cidadãos sobre matérias da responsabilidade da Direção de Serviços, através do Centro de Atendimento da Loja da Profissionalização.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT

Outras entidades intervenientes - IPJ

Resultados

Neste ano foram recebidos e tratados 18398 processos relativos ao 2.º ciclo da 9.ª edição do DDN, de acordo com a seguinte distribuição:

- Processos de Dispensa: 5006
- Processos de Adiamentos: 5235
- Emissão de Cédulas Militares: 5527
- Emissão de Declarações de Situação Militar: 2263
- Processos de Isenção de Deveres Militares: 367

O Call-Center da Loja da Profissionalização cumpriu a sua missão de atendimento telefónico e presencial com cerca de 10 525 chamadas atendidas e 291 atendimentos presenciais. Foi ainda trocada correspondência eletrónica com os cidadãos que se traduziu em 3759 e-mails recebidos e 2797 e-mails enviados.

06-06 Cooperação Bilateral no Âmbito de Projetos de Cooperação com Países pertencentes a Organizações das quais Portugal faz parte

Objetivo

Representação da DGPRM em ações de cooperação bilateral, no âmbito dos deveres, militares bem como execução destas ações.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CII

Outras entidades intervenientes -



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Resultados

Durante o ano a DSRASM participou em reuniões com os Adidos Militares que partiram durante este ano para diferentes países.

06-07 | Boletim SERVIÇO Militar

Objetivo

Promover a divulgação e a qualidade editorial deste boletim.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT

Outras entidades intervenientes -

Resultados

Por constrangimentos orçamentais não foi possível realizar mais uma edição do Boletim de Serviço Militar estando em estudo a sua desmaterialização e transformação como Newsletter a ser disponibilizada no site da DGPRM.

06-08 | Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações programadas pela DRDM.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CON

Outras entidades intervenientes -

Resultados

Neste ano foi prestada toda a colaboração, sempre que solicitado, nas áreas transversais a esta Direção-Geral.

06-np | Atividades/projetos não previstos

Resultados

Neste ano foram revistas as Normas Técnicas no âmbito do atendimento relativo aos deveres militares sendo implementada um novo manual que foi difundido pelos 3 ramos das Forças Armadas. Foram ainda realizadas 3 ações de formação (2 em Lisboa e 1 no Porto) para os elementos da DGPRM e dos Ramos das FA intervenientes no atendimento ao cidadão totalizando 18 horas de formação para 26 formandos.

No mesmo âmbito foram propostas alterações ao SIPORG no sentido de otimizar a ferramenta que suporta a gestão dos deveres militares dos cidadãos sendo realizadas 2 reuniões com elementos do Centro de Dados da Defesa.

Desenvolveu-se também uma reunião no sentido de desmaterializar a forma de comunicação entre a DGPRM e a Comissão Nacional de Objeção de Consciência (CNOOC) o que teve sucesso passando agora a DGPRM a receber os ofícios e atas da CNOOC através do e-mail.

No final do ano procedeu-se à mudança de instalações da Loja da Profissionalização (sito na Rua Braamcamp) para o Balcão Único da Defesa (sito na Estrada da Luz).



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 07

**Promover o Aperfeiçoamento do
Sistema de Saúde Militar**



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 07

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar

Unidade responsável - Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes/Divisão de Saúde Militar

Ações

07-01 Reestruturação da Saúde Militar

Objetivo

Participar, colaborar e desenvolver os estudos necessários à reestruturação da Saúde Militar.

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes - Ramos

Subações

1. Participar no estudo de medidas de racionalização dos recursos da Saúde Militar e acompanhar a respetiva implementação
2. Apoiar o Conselho da Saúde Militar (COSM)
3. Acompanhar a aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao internato médico, desenvolvendo as atividades cometidas neste âmbito ao MDN
4. Assegurar a recolha de informação estatística no domínio da Saúde Militar

Resultados

Subação 1

Equipa Técnica para o Abastecimento Sanitário Militar (Despacho n.º14710/MDN/2012): elaboração do projeto de despacho de criação da equipa técnica, participação na equipa, prestação de apoio técnico e administrativo, participação na elaboração do relatório final;

Equipa Técnica para o Programa Funcional do Polo do Porto do HFAR (Despacho n.º2659/MDN/2013): elaboração do projeto de despacho de criação da equipa técnica, participação na equipa, prestação de apoio técnico e administrativo, participação na elaboração do relatório final, elaboração do projeto de despacho final;

Apoio técnico e administrativo prestado à Equipa Técnica para a Revisitação do Programa Funcional do Polo de Lisboa do HFAR (Despacho n.º 204/MDN/2013) e participação na redação do relatório;

Equipa Técnica para o recrutamento, ensino e formação das áreas da saúde militar (Despacho n.º 13126/MDN/2012): elaboração do projeto de despacho de criação da equipa técnica, participação na equipa, prestação de apoio técnico e administrativo, participação na elaboração do relatório final;

Participação na Comissão de Acompanhamento da transferência do Centro de Medicina Subaquática Hiperbárica para o Campus de Saúde Militar (Despacho n.º 14711/MDN/2012);

Elaboração de projeto de despacho/MDN para a criação do Campus de Saúde Militar, para os processos de fusão e de expansão do HFAR/PL e criação de Comissão de Acompanhamento destes processos (Despacho n.º 7002/MDN/2013);

Participação na Comissão de Acompanhamento para a fusão do HFAR/PL (CA - HFAR/PL), criada pelo Despacho n.º 7002/MDN/2013, elaboração de quadros-síntese de *follow up* do processo e prestação de apoio técnico e administrativo, incluindo a elaboração das atas das reuniões;



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Elaboração de projetos de Recomendações da CA - HFAR/PL e dos projetos de despacho/MDN proferidos nessa sequência (Despachos/MDN n.ºs 151/2013, 194/2013 e 204/2013);

Elaboração de projeto de despacho de nomeação do Gestor de Projeto para a expansão do HFAR/PL (Despacho n.º 1160/MDN/2013);

Elaboração de projeto de despacho/MDN relativo à Reforma do Sistema de Saúde Militar;

Equipa Técnica para “apresentação de uma proposta para a implementação de um Centro de Simulação Biomédica integrado no Campus de Saúde Militar” (Despacho n.º 5055/MDN/2013): elaboração do projeto de despacho, participação na equipa, prestação de apoio técnico e administrativo, participação na elaboração do relatório final;

Elaboração de projeto de despacho a determinar o estudo para a “Definição de um modelo organizacional para os Cuidados Continuados no âmbito do HFAR / PL”, a cargo do Dr. João Quinaz Garcia e prestação de apoio técnico e administrativo;

Elaboração de projeto de despacho a determinar um estudo que vise aperfeiçoar os mecanismos de referência dos utentes dos prestadores de cuidados afetos ao MDN (Despacho n.º 5725/MDN/2013);

Apoio técnico e administrativo à proposta de solução para a Unidade Funcional de Nefrologia /Hemodiálise do antigo HMP, elaborada pelo Prof. Dr. Manuel Pestana de Vasconcelos;

Apresentação de Proposta de complementaridade de intervenção e reciprocidade técnica entre o HFAR/PL, o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa e o IASFA;

Protocolo entre o HFAR/PL e o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, para o internamento em Medicina: coordenação dos trabalhos e proposta de redação;

Protocolo entre o HFAR/PL e Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa para a hemodiálise: coordenação dos trabalhos e proposta de redação;

Protocolo entre o HFAR/PL e o Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, para o internamento de Psiquiatria: coordenação dos trabalhos e proposta de redação;

Elaboração de Proposta de solução de alojamento dos DFA's aquando da sua deslocação ao HFAR/PL;

Protocolo entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Saúde para a complementaridade de recursos e valências hospitalares;

Elaboração do Projeto de Decreto Regulamentar relativo à criação de uma Junta de Saúde Comum nas Forças Armadas;

Análise das Reclamações apresentadas pelos utentes do HFAR/PL;

Análise jurídica da questão da acumulação de funções militares e civis por elemento do HFAR/PL;

Elaboração de projeto de Regulamento de acesso ao HFAR/PL de utentes estrangeiros protocolados, em articulação com o HFAR/PL;

Análise das prestações de serviço no HFAR/PL;

Prestação de apoio à Direção do HFAR/PL na elaboração do respetivo Regulamento Interno;

Elaboração de projeto de despacho/MDN de homologação do Regulamento Interno do HFAR/PL;

Participação em estudo elaborado pela DGPRM sobre a revisão da carreira de enfermagem militar;



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Análise da proposta de Mapa de Pessoal do HFAR/PL apresentado pela respetiva Direção;

Análise de Proposta de Lei relativa ao regime jurídico das farmácias privativas militares;

Elaboração de projetos de despacho/MDN relativos a encargos do HFAR/PL suportados pelos Ramos (Despachos/MDN n.ºs 1459/2013, 5053/2013 e 9132/2013);

Análise de pedido de prorrogação de Cedência de Interesse Público de médica do Centro Hospitalar do Alto Ave EPE para o HMR1;

Apreciação de pedido de aquisição de serviços de enfermagem, auxiliares de ação médica e técnicos de diagnóstico e terapêutica para o HMR1;

Análise do pedido de aquisição de serviços clínicos e TDTs para o Centro de Saúde Militar de Coimbra;

Elaboração de projeto de despacho/MDN de aprovação da simbologia heráldica do HFAR/PL;

Subação 2 (COSM)

Preparação das convocatórias e das agendas de trabalhos para as reuniões do Conselho;

Elaboração das atas das reuniões do Conselho;

Redação e arquivo do expediente;

Subação 3

Preparação do expediente relativo à atividade que cabe à DGPRM no âmbito do Protocolo, designadamente no que concerne ao levantamento de necessidades formativas dos ramos, a cativação de vagas, a colocação dos médicos, a idoneidade/capacidade formativa dos estabelecimentos, situações de adiamento ou interrupção do internato e reafecção;

Atualização da base de dados relativa aos médicos militares a frequentar o internato médico;

Organização de processos relativos aos médicos militares a frequentar o internato médico;

Subação 4

Atualização das grelhas de recolha de informação sobre recursos humanos da Saúde Militar;

Reuniões de trabalho com POC's dos Ramos no âmbito do projeto de mapeamento dos RH da Saúde Militar;

Desenvolvimento de estudo sobre médicos do Sistema de Saúde Militar.

07-02 | Vigilância Epidemiológica

Objetivo

Cooperação Civil-Militar em matéria de Saúde no âmbito da prevenção de doenças infecciosas que, pelas suas características epidemiológicas, constituem sérios riscos para o pessoal das FFAA e dos Serviços e demais estruturas do MDN

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CIN

Outras entidades intervenientes - INEM, DGS, IPS, INFARMED, SNPC, CVP, SNB, RAutónomas, EMGFA, Ramos



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Subações

1. Acompanhar o SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica)
2. Cooperar e promover a cooperação com entidades parceiras em situações de pandemia

Resultados

Sem desenvolvimento.

07-03 | Divulgação de informação sobre a Saúde Militar

Objetivo

Assegurar a divulgação de informação no domínio da saúde militar e respetiva atualização no Portal da DGPRM.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - DIV
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Elaborar e consolidar o plano de comunicação da DSSAS

Resultados

Sem desenvolvimento.

07-04 | Grupo OTAN/Saúde

Objetivo

Acompanhamento da doutrina da OTAN imposta pelo novo conceito estratégico da Aliança com base na experiência e conhecimento adquiridos através da participação nos vários Grupos de Trabalho da OTAN no âmbito da Saúde Militar.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CIN
Outras entidades intervenientes - Ramos

Subações

1. Coordenar a representação da SM no Plenário do COMEDS
2. Coordenar a representação da SM no MMSG
3. Coordenar a representação da SM no MMSOPWG
4. Coordenar a representação da SM no NBCMEDWG
5. Coordenar a representação da SM no MEDSTDWG
6. Coordenar a representação da SM no âmbito da Cooperação Civil-Militar

Resultados

Subação 1

Participação do representante nacional no 39º Plenário COMEDS - Paris/França - 03 a 07 de junho de 2013;

Participação do representante nacional no 40º Plenário COMEDS - Bruxelas/Bélgica - 18 a 20 de novembro de 2013;



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Pedidos de informação aos Ramos e elaboração de expediente relativo a cursos e exercícios no âmbito da OTAN;
Subação 6

Participação dos representantes da DGPRM na XXVIII International Conference of the Pontifical Council for Health Care Workers - Roma/Cidade do Vaticano - 21 a 23 de novembro de 2013

07-05 | Normalização na área da Saúde

Objetivo

Participação no processo de ratificação e acompanhamento da implementação dos STANAG`s da área da Saúde Militar.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CIN
Outras entidades intervenientes - DGAIED, EMGFA, Ramos

Subações

1. Consultar os Ramos e preparar processos para ratificação do DGAIED
2. Verificar o grau de implementação dos STANAG`s
3. Coordenar a atividade inerente à custódia do STANAG 2908 - *Preventive Measures for an Occupational Health Programme*
4. Atualização da base de dados relativa aos STANAG`s
5. Arquivo de documentação relacionada com a OTAN

Resultados

Subação 1

Envio de expediente aos Ramos a solicitar parecer;

Elaboração de Informações e posterior envio à DGAIED para ratificação;

Subação 4

Atualização da base de dados;

Subação 5

Arquivo de documentação;

07-06 | Quadros Especiais das áreas da Saúde

Objetivo

Desenvolver e participar em estudos com vista a regulamentar o regime dos quadros especiais das áreas da saúde, nomeadamente no que respeita ao recrutamento, ensino, e formação nas áreas da Saúde Militar.

Tipo de ação - Projeto **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes - DVCR

Subações

1. Projetar as propostas da Equipa Técnica criada pelo Desp/MDN/ 212, de 19.09.2012, para diplomas legais/regulamentares, caso mereçam acolhimento superior.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Resultados

Recolha de informação e análise de informação estatística relativa aos enfermeiros militares;
Participação no “Estudo preliminar sobre a revisão da carreira de Enfermagem”;

07-07 Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN

Objetivo

Colaborar na definição das políticas da Saúde Militar fora do âmbito da OTAN.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CII
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Organizar/participar nos Eventos de Saúde Militar da CPLP
2. Colaborar em ações de cooperação técnico-militar no domínio da saúde
3. Acompanhar/participar na atividade do CIMM (Comité Internacional da Medicina Militar)

Resultados

Subação 1

Coordenação com os Ramos, HFAR/PL e MDN Brasil com vista à participação no XVI Encontro de Saúde Militar da CPLP - Brasil: Desenvolvimento de ações preparatórias para a viagem da Delegação Portuguesa ao Brasil;

Participação na 27ª Reunião Plenária do Secretário Permanente dos Assuntos da Defesa/CPLP;

Fórum de Saúde Militar/CPLP: Pedido efetuado aos países membros, solicitando temas a abordar no 1º Fórum; solicitação de POCs dos Ramos e HFAR/PL para a preparação do mesmo;

Subação 2

Análise e parecer sobre o Memorando de Entendimento com Angola no âmbito da Saúde Militar e sobre o projeto de Acordo Técnico Bilateral entre os Ministérios da Defesa Nacional da República de Angola e da República Portuguesa no domínio da prestação de apoio hospitalar aos militares em serviço ou em trânsito e respetivos familiares, em colaboração com DGPDN e HFAR/PL;

Apoio no processo de realização de um estágio de aperfeiçoamento de um oficial médico militar português no Hospital Militar Principal de Instrução de Tunes, no âmbito das relações bilaterais Portugal-Tunísia;

Coordenação com o Exército e DGPDN para a realização da atividade P5/13 - Estágio de aperfeiçoamento para um oficial médico tunisino do âmbito da saúde militar animal (equinos e caninos), no âmbito das relações bilaterais Portugal-Tunísia;

Coordenação com Ramos e DGPDN para a participação nas Jornadas Médico-Científicas e Visita ao Hospital Militar Mohammed V, no âmbito das relações bilaterais Portugal-Marrocos;

Coordenação com a Força Aérea e DGPDN para a realização da atividade T02/13 - Estágio de aperfeiçoamento para um oficial médico português no Hospital Militar de Instrução de Tunes ou no Centro de Especialização de Medicina Aeronáutica, no âmbito das relações bilaterais Portugal-Tunísia;



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Coordenação com a DGPDN para a realização da atividade T03/13 - Visita de uma delegação de alto nível do Serviço de Saúde Militar, no âmbito das relações bilaterais Portugal-Tunísia;

Elaboração de propostas de atividades de cooperação bilateral / áreas de interesse a debater na 18.ª Reunião da Comissão Mista Luso-Marroquina;

Coordenação com os Ramos e DGPDN para a participação nas Jornadas Médico-Cirúrgicas do ANP (Armée Nationale Populaire) na École Nationale de Santé Militaire, no âmbito das relações bilaterais Portugal-Argélia;

Participação na IV Reunião de Cooperação Estratégica de Defesa com o Brasil: apresentação de áreas de interesse no domínio da Saúde Militar;

Análise do Memorando de Intenção no âmbito da Saúde apresentado pelo Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria de Angola;

07-08 Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar

Objetivo

Participar nas reuniões e atividades decorrentes de diferentes Comissões e Grupos de Trabalho (GT) em representação do MDN ou DGPRM/MDN, designadamente:

- Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa.
- Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais.
- Grupo Multisectorial VIH/SIDA.
- Conselho Nacional do Internato Médico.
- Conselho Nacional para a Infecção VIH/SIDA.
- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA.
- Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental.
- Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e Subcomissões:
 - Despesas públicas
 - Comunicação, Informação e Formação
 - Dados e Investigação
 - Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de danos, Tratamento e Reinserção
 - Intervenção em contextos Escolar e Universitário, Laboral, Recreativo e Rodoviário
 - Redução da Oferta de Substâncias Ilícitas

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CIN

Outras entidades intervenientes -

Resultados

Participação nas reuniões da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool;

Participação nas reuniões das Subcomissões Comunicação, informação e Formação, Dados e Investigação, Prevenção, redução de Riscos e Minimização de Danos, Tratamento e Reinserção, Intervenção em Contextos Escolar e Universitário, Laboral, Recreativo e Rodoviário, Despesas Públicas e Redução da Oferta de Substância Ilícitas;

07-09 Saúde Mental



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Objetivo

Participar nas reuniões das Comissões atinentes à Saúde Mental; Cooperar com especialistas dos ramos em saúde mental e com entidades civis; e colaborar na definição das políticas de apoio aos portadores de stress pós-traumático de guerra; apoiar a CNA; e acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CIN
Outras entidades intervenientes - Ramos e entidades civis

Subações

1. Acompanhar a atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar e prestar apoio à CNA;
2. Acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs (Ass. de Antigos Combatentes) no âmbito da RNA
3. Acompanhar a implementação da Reforma da Saúde Mental

Resultados

Subação 1

Alargamento do protocolo estabelecido como a Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (ANCU);

Elaboração e envio de informação escrita aos Antigos Combatentes da zona de influência da ANCU com informação das novas atribuições decorrentes do alargamento do protocolo com esta ONG;

Redação e arquivo do expediente da CNA/RNA;

Apoio técnico e administrativo (incluindo secretariar e redigir atas) nas reuniões da CNA/RNA;

Análise de situações, esclarecimento de dúvidas e elaboração de respostas a solicitações institucionais provenientes das ONG's protocoladas com o MDN no âmbito da CNA.

Subação 2

Análise e atribuições dos números de autorização provisória de acesso à RNA solicitados pelas diferentes ONG's;

Análise e atribuição de autorização para preenchimento dos modelos 2 solicitados pelas ONG's;

Análise e apreciação dos relatórios anuais de atividade das diferentes ONG's protocoladas com o MDN;

Análise e apreciação das propostas de orçamento das diferentes ONG's protocoladas com o MDN no âmbito da RNA;

Análise crítica aos procedimentos adotados pelas ONG's no preenchimento da Proposta de Orçamento e dos relatórios de atividades e elaboração de propostas/informação com vista à uniformização dos mesmos;

Análise de solicitações/dúvidas colocadas pelas ONG's no âmbito da execução dos protocolos com elas firmados;

Reunião de trabalho com a ANCU com vista à uniformização de procedimentos decorrentes do alargamento do protocolo com esta ONG;



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

07-10 | Coordenação do Programa para a Prevenção e Combate às Toxicodependências nas Forças Armadas

Objetivo

Presidir e coordenar o Grupo Coordenador para a Prevenção e Combate às Toxicodependências nas Forças Armadas.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - ES
Outras entidades intervenientes - Ramos/PJM

Subações

1. Dinamizar ações de formação e investigação no âmbito do Programa
2. Desencadear ações tendentes à avaliação do Programa
3. Elaborar o Plano e Relatório de Atividades do Programa
4. Desenvolver reflexão crítica sobre o Programa tendente à apresentação de eventual proposta de revisão
5. Promover o intercâmbio com organismos institucionais responsáveis pela coordenação das políticas de prevenção da toxicodependência e do alcoolismo
6. Acompanhar as iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso

Resultados

Subação 1

Apresentação do PPCDAFA no âmbito do COPADT e MRO;

Subação 3

Reuniões de trabalho com vista à análise e apreciação dos planos e relatórios de atividades dos Ramos;

Redação das atas das reuniões do GCPCTFA;

Subação 4

Envio do documento “Reflexão crítica sobre o PPCDAFA” aos Ramos e solicitação de contributos;

Subação 5

Elaboração de contributos para o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências (PNRCAD), Horizonte 2020;

Participação em Reuniões e Palestras no âmbito do SICAD;

Subação 6

Participação no III e IV FNAS;

Reuniões de trabalho com o FNAS e UTITA com vista à análise e elaboração do novo compromisso do FNAS;



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

07-11 Segurança, Higiene e Saúde em meio laboral

Objetivo

Colaborar na organização das atividades de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho destinadas à prevenção de riscos profissionais e à promoção da saúde dos trabalhadores da DGPRM

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Levantamento do normativo que constitui o regime jurídico
2. Definir cronograma
3. Participação em ações formativas no âmbito desta matéria;

Resultados

Subação 1

Compilação dos diplomas referentes ao regime jurídico da SHST e, em específico, na Administração Pública;
Compilação da regulamentação da SHST;

07-12 Consultadoria

Objetivo

Consultadoria geral e jurídica ao nível do sistema de saúde militar, nomeadamente através da elaboração de informações, estudos e pareceres sobre projetos de diploma e sobre outras questões que lhe sejam apresentadas.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CON
Outras entidades intervenientes -

Resultados

07-np Atividades/projetos não previstos

Resultados

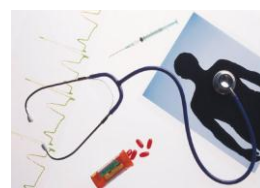
- Apoio técnico prestado no Grupo de Trabalho para o Órgão de Recrutamento Central;
- Participação no estudo de medidas a incluir no Orçamento do Estado para 2014;
- Votação, na qualidade de elemento do júri, no “Prémio Defesa Nacional e Ambiente 2012”;
- Prestação de contributos nas apresentações do DG sobre Recursos Humanos de Defesa no IESM e IDN;



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 08
Fomentar o Bem-Estar Social dos RH

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013**Programa 08****Fomentar o Bem-Estar Social dos RH**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes/Divisão de Assuntos Sociais

Ações**08-01 | Assistência na Doença aos Militares (ADM)****Objetivo**

Promover, em colaboração com a entidade gestora (IASFA, I.P.), a adequação contínua do regime da ADM, através da preparação das medidas legislativas que a concretizem.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação -** CAT
Outras entidades intervenientes - MFinanças/Ramos

Subações

1. Acompanhar os desenvolvimentos da ADM, em colaboração com a entidade gestora

Resultados

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos em sede do GT MDN (Beneficiários Protocolados), foi submetida superiormente a proposta elaborada, integrando projeto de alteração legislativa ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, e às Portarias n.ºs 284/2007, de 12 de março, e 1393/2007, de 25 de outubro;

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos em sede do GT MDN (Deficientes militares e Beneficiários Protocolados), foi submetida superiormente a proposta elaborada;

Promovida a apreciação crítica do Memorando n.º 004/CCEM/2012, respeitante ao financiamento do IASFA/ADM;

Promovida a apreciação crítica da proposta de DLEO2013, designadamente nos aspetos relativos às componentes remuneratórias sobre que incidem os descontos para a ADM;

Apreciada proposta de despacho conjunto no âmbito da comparticipação às farmácias por parte da ADM, atento o regime especial aplicável aos deficientes militares;

Promovida a apreciação crítica da proposta de OER2013, designadamente nos aspetos relativos aos subsistemas de assistência na doença (ADSE, ADM e SAD);

Apreciada a solicitação da Provedoria de Justiça relativa ao direito de opção pela inscrição na ADM e preparada proposta de resposta, em conformidade;

Promovida a avaliação da possibilidade de inscrição na ADM de ex-militares com processo de acidente/doença em serviço, ainda a decorrer.

08-02 | Apoio Social aos Militares ex-Militares e suas Famílias



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Objetivo

Promover a adoção de medidas necessárias para a melhoria do bem-estar social da família militar.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes - Ramos/IASFA/Associações

Subações

1. Prosseguir estudo de impacto das reformas da segurança social no regime aplicável aos militares
2. Desenvolver, em sede da Comissão de Acompanhamento, as ações necessárias sobre o seguro de vida aos militares integrados em missões humanitárias e de paz
3. Prosseguir o estudo relativo aos regimes de segurança social aplicáveis a militares de países congéneres
4. Consolidar a atividade do Núcleo de Apoio Social dinamizando parcerias que possam materializar respostas para os casos sociais objeto de acompanhamento
5. Conceber projeto de conteúdos e sistema de alimentação que divulgue iniciativas e temáticas da DAS, quer na Intranet da DGPRM quer no Portal da DGPRM

Resultados

Subação 1

Em desenvolvimento, tendo-se promovido o acompanhamento das alterações dos regimes legais de segurança social e suas implicações no regime aplicável aos militares;

Subação 2

Participação em uma reunião da Comissão de Acompanhamento e assegurada a colaboração solicitada;

Subação 3

Atualização dos dados com base na legislação entretanto publicada;

Subação 4

A consolidação do Núcleo de Apoio Social (NAS), durante praticamente todo o ano, teve como objetivo principal a saída dos PALOPs das Unidades Militares (UM) mas também o seu bem-estar, bem como, minimizar-se, sempre que possível, as restantes situações que foram surgindo.

Obteve-se despacho favorável de SEXASEADN, de 5 de fevereiro de 2013, relativo à proposta apresentada referente aos PALOPs alojados nas Unidades Militares (UM). Foi formada uma equipa de ação com dois elementos de cada parceiro - Exército, ADFA e DGPRM que prepararam e efetuaram uma reunião, no dia 30 de setembro, p.p., no Regimento de Transmissões com todos os residentes nas UM. Posteriormente, foram notificados, os considerados como o primeiro grupo com a presença de todos os elementos da equipa, para que saíssem das UM até final do mês de outubro. Um dos elementos que se encontrava hospitalizado foi também notificado, com a presença de três técnicas, uma de cada parceiro, após a opinião médica, havendo o compromisso de abandonar a unidade só quando tivesse permissão médica (após ter efetuado os tratamentos).

Foram, também, notificados mais dois ex-militares, cuja saída se verificou no final do mês de dezembro, pp. Presentemente estão, apenas, nas UM 15 ex-militares com o processo a decorrer.

No início de 2013 foi ainda efetuado ofício para o Gab. CEME solicitando que todas as despesas relativamente aos alojados nas UM passassem a ser discriminadas

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

(alojamento/alimentação e saúde) individualizadas, o que passou a acontecer. O NAS tem também acompanhado, todos, os ex-militares que têm solicitado apoio especialmente na área socioeconómico, oriundos especialmente da Guiné e sem o mínimo de condições para viverem, existindo também portugueses, de origem, em situação grave. Para o efeito o NAS tem contactado os serviços de ação social da área de residência dos ex-militares, Cruz Vermelha, Associações, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, Centro Nacional de Pensões, bem como os organismos internos do MDN, entre outros.

A procura de ajuda junto do NAS tem vindo a aumentar e as situações são cada vez mais, e graves. Até final de 2013 tiveram acompanhamento intensivo 11 casos sociais (não estando incluídos os alojados nas UM) considerados, depois de analisadas e avaliadas as situações, os mais graves.

- No ano de 2013 tivemos mais 13 casos sociais;
- Diligências /Contatos totalizaram 595;
- Ações Locais e Comunitário 32;
- Atendimentos presenciais 35;
- Realizadas 4 viagens ao regimento de transportes e 1 ao HMP;

Subação 5

Foram elaborados um Guia Prático de acesso aos benefícios com o objetivo de possibilitar às entidades que são próximas dos antigos combatentes (associações de antigos combatentes) quando estes a elas recorram a rápida consulta de um documento que resume, de forma acessível, os seus direitos.

De igual modo, foi concebido um Prospeto, o qual, mais imediatista, confere a quem o leia um prático conhecimento de como deverá proceder o antigo combatente para contactar os serviços do Ministério da Defesa Nacional de forma a poder ser esclarecido sobre as dúvidas que ainda possam subsistir.

08-03 Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA)**Objetivo**

Assessorar o representante da DGPRM na Comissão de Acompanhamento do FPMFA, realizando os estudos necessários ao acompanhamento dos desenvolvimentos do sistema complementar de pensões.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes - CAFPMFA/Ramos/BPI/CGA

Resultados

Promovida a apreciação crítica do «Relatório de avaliação atuarial 2012»;

Integração, no âmbito do GAB/SEADN, da “Comissão de Redação”, que procedeu ao estudo da problemática do FPMFA, tendo procedido à elaboração de proposta de alteração do regime dos complementos de pensão dos militares das Forças Armadas, a qual resultou na publicação do Decreto-Lei n.º 166-A/2013, de 27 de dezembro, bem como à regulamentação do regime de reembolso das contribuições efetuadas para o FPMFA, que veio a constar da Portaria n.º 33-A/2014, de 16 de janeiro. Foi ainda elaborada proposta de alteração ao artigo 9º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) - DL 236/99, de 25 de junho.

08-04 Ação Social Complementar/Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA, I.P.)



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Objetivo

Acompanhar a atividade do IASFA, I.P., fomentando a adoção de medidas e de práticas de modernização no domínio da ação social complementar, atentas as novas realidades sociais.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CON
Outras entidades intervenientes - IASFA/Ramos

Resultados

Elaborado «Working Paper: Ação Social Complementar - Contributos para uma reflexão».

08-05 Reabilitação dos deficientes militares

Objetivo

Estudar e propor a adoção de medidas neste âmbito e avaliar os respetivos impactos; assegurar a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - ES
Outras entidades intervenientes - Ramos/Associações

Subações

1. Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados (Ramos; IASFA, I.P./ADM CGA), o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares
2. Prosseguir estudo que promova a codificação dos vários regimes visando a elaboração do Estatuto do Deficiente Militar
3. Coordenar o processo de monitorização das medidas inscritas na Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF), da responsabilidade do MDN

Resultados

Subação 1

Concluído o tratamento estatístico dos dados quantitativos disponibilizados pelos Ramos, IASFA, I.P./ADM e CGA, procedeu-se à elaboração de Resenha de Dados Quantitativos relativa aos Deficientes Militares;

Subação 2

Em desenvolvimento;

Subação 3

Assegurada a coordenação e monitorização do estado de implementação das medidas inscritas na ENDEF 2011-2013, da responsabilidade do MDN;
Elaborados contributos vários sobre deficientes militares do recrutamento ultramarino e Caderno Reivindicativo da ADFA-PM, por ocasião da visita de SEXA o MDN a Moçambique, audiência à ADFA-PM e ao Embaixador em Moçambique;
No âmbito da qualificação de deficientes militares do recrutamento ultramarino elaborado draft de um Manual de Procedimentos - «Roadbook Circuito Procedimental - Recrutamento ultramarino»;
Acompanhamento da situação dos cidadãos dos PALOP alojados em unidades militares;
Promovida a avaliação crítica das propostas da ADFA em sede de PLOE2014;



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Promovida a apreciação crítica do Plano Operacional de 2013 da ADFA (Área Legislativa - Caderno Reivindicativo) e elaboração do correspondente «*Tableau de Bord*»;
Elaborados contributos vários preliminares a audiências tutelares concedidas à ADFA;
Participação em reunião no Ministério das Finanças relativa à aplicação do artigo 12.º do CIRS aos deficientes militares, remessa de dados do universo e acompanhamento dos procedimentos desenvolvidos pela CGA;
Acompanhamento do processo de aplicação do DL n.º 296/2009, de 14 de outubro, aos DFA;
Apreciada a PLOE2014, com especial ênfase nas respetivas implicações nos deficientes militares.

08-06 Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais

Objetivo

Participar nas reuniões e atividades das diversas Comissões e GT, em representação do MDN ou DGPRM, bem como coordenar as da sua responsabilidade.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CIN
Outras entidades intervenientes - Diversas entidades

Subações

1. Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões dos Militares das FA (FPMFA)
2. Comissão de Acompanhamento do Seguro de Vida para militares
3. Conselho Consultivo do IASFA
4. Conselho Consultivo para a Promoção do Voluntariado
5. Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD)
6. Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA)

Resultados

- 1 - Assegurada a representação e participação da DGPRM numa reunião;
- 2 - Assegurada a representação e participação da DGPRM numa reunião;
- 3 - Assegurada a representação e participação da DGPRM numa reunião;
- 4 - Assegurada a representação e participação da DGPRM em 5 reuniões. Participação na Sessão comemorativa do Dia Internacional dos Voluntários, em 5 de dezembro;
- 5 - Sem desenvolvimentos.
- 6 - Assegurada a representação e participação da DGPRM nas 2 reuniões realizadas.

08-07 Consultadoria

Objetivo

Consultadoria geral e jurídica, nomeadamente ao nível da elaboração de estudos e pareceres sobre projetos de diploma e resposta a exposições e reclamações relativas a pensões (reforma, aposentação e sobrevivência, entre outras), assistência na doença (comparticipação medicamentosa, inscrição de beneficiários, etc.), propinas, complementos de pensão e outras prestações sociais.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CON
Outras entidades intervenientes - Ramos/CGA/Outros

Subações

1. Carta Social Europeia do Conselho da Europa: coordenar os contributos, no âmbito da Defesa, para o Relatório Nacional de Aplicação da Carta



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Resultados

Promovida a apreciação crítica do 9.º Relatório Nacional de Aplicação da Carta Social Europeia Revista, no âmbito do MDN. Foi ainda assegurada a participação na reunião de coordenação promovida pelo GEP/MSSS;

Análise de impacto do Relatório FMI PT Jan2013, nomeadamente, no âmbito da Saúde e Segurança Social;

Promovida a apreciação crítica da PL 316/2013, relativa à Convergência de Pensões, atento o impacto no âmbito da FA's;

Apreciadas e preparadas respostas às solicitações de particulares, de entidades institucionais, no âmbito da assistência na doença aos militares, complementos de pensão da responsabilidade do FPMFA, processo de qualificação DFA/revisão de processos, atribuição de pensão de preço de sangue, de apoio específico para propinas, desconto na TAP para DFA's; benefícios para filhos de ex-militares agraciados com a Cruz de Guerra, entre outras matérias;

Elabora Nota enquadradora sobre conteúdo da proposta produzida no âmbito da Equipa Técnica relativa ao Balcão Único da Defesa;

Prestada colaboração pontual aos trabalhos de revisão do EMFAR, nas matérias específicas da Divisão de Assuntos Sociais;

Promovida a apreciação do Projeto de diploma que visa alterar o regime jurídico das pensões de invalidez e velhice do RGSS, adequando os regimes conexos, em conformidade;

Elaborado contributo no âmbito da apreciação da proposta de lei que aprova a LGTFP (exercício de funções públicas por beneficiários de pensões pagas pela segurança social ou por outras entidades gestoras de fundos).

08-np | Atividades/Projetos não previstos

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT

Resultados

No âmbito da Comissão da ENDEF II procedeu-se à apreciação crítica da proposta/documento para a Estratégia Nacional para a Deficiência 2014-2020 (ENDEF II), tendo sido assegurada, em substituição, a participação na 1ª reunião;

No desenvolvimento de tarefas no âmbito da Reforma "Defesa 2020", foi submetida superiormente a proposta elaborada relativa ao "Plano de Reestruturação do Apoio Social aos Militares";

Preparação e realização da Campanha de angariação de bens alimentares de primeira necessidade efetuada entre 22 de novembro e 2 de dezembro (125 produtos) e distribuídos pelas famílias mais carenciadas.

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013



PROGRAMA 09
Apoiar os Antigos Combatentes



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 09

Apoiar os Antigos Combatentes

Unidade responsável - Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes

Ações

09-01 | Medir a satisfação dos antigos combatentes

Objetivo

Melhorar o índice de satisfação dos antigos combatentes em relação ao modo como são atendidos no Centro de Atendimento

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - AA
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Nomear responsável
2. Aplicar um inquérito de satisfação aos Antigos Combatentes elaborando análise estatística trimestral

Resultados

Quanto à qualidade do atendimento presencial, telefónico e via eletrónica no Centro de Atendimento, verificou-se a manutenção de um elevado padrão de qualidade traduzido num grau de satisfação dos utentes de 97,54% (medido através da realização de 2118 inquéritos).

09-02 | Medir o índice de eficiência processual

Objetivo

Aumentar a produtividade na área dos antigos combatentes

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - AA
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Conduzir uma avaliação contínua às práticas implementadas e introduzir as necessárias correções
2. Desenvolver e implementar um sistema de práticas assente no conceito de *lessons learned*

Resultados

Foram enviados aos regimes de segurança social cerca de 6.350 processos e aos ramos das Forças Armadas foram remetidos cerca de 3.500 processos. Foram ainda efetuados cerca de 9.600 atendimentos aos utentes (telefónicos e presenciais) e processadas cerca de 5.200 contagens de tempo de serviço militar.

09-03 | Ajustar os processos, métodos e técnicas utilizadas tendentes à agilização da tramitação processual interna (tempo médio de conclusão de processos)



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Objetivo

Aumentar a produtividade na área dos antigos combatentes

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - DIV
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Conduzir uma avaliação contínua às práticas implementadas e introduzir as necessárias correções
2. Desenvolver e implementar um sistema de práticas assente no conceito de lessons learned

Resultados

O tempo médio de conclusão de processos teve uma taxa de realização global média de cerca de 98%, o que se traduz na conclusão de quase a totalidade dos processos que deram entrada durante o ano.

09-04 Reduzir o tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (tempo médio de espera no atendimento)

Objetivo

Aumentar a produtividade na área dos antigos combatentes

Tipo de ação - Projeto Natureza da ação - AA
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Conduzir uma avaliação contínua às práticas implementadas e introduzir as necessárias correções
2. Desenvolver e implementar um sistema de práticas assente no conceito de lessons learned

Resultados

O tempo de espera no Centro de Atendimento é praticamente inexistente, o que resulta numa taxa média de 98,5% de pouco tempo de espera, conforme resultados constantes dos 2118 inquéritos realizados.

09-05 Promover a melhoria da qualidade da informação dirigida aos AC

Objetivo

Tornar mais acessível a informação sobre os benefícios destinados aos AC

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Apresentação de proposta para aprovação
2. Divulgação ampla pelas entidades de fácil acessibilidade aos AC

Resultados

Foi elaborado um Guia Prático de acesso aos benefícios com o objetivo de possibilitar às entidades que são próximas dos antigos combatentes (associações de antigos combatentes) quando estes a elas recorram a rápida consulta de um documento que resuma, de forma



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

acessível, os seus direitos.

De igual modo, foi concebido um Prospeto, o qual, mais imediatista, confere a quem o leia um prático conhecimento de como deverá proceder o antigo combatente para contactar os serviços do Ministério da Defesa Nacional de forma a poder ser esclarecido sobre as dúvidas que ainda possam subsistir.

Foi ainda, elaborado um inquérito de satisfação às associações de antigos combatentes, no sentido de avaliarem o Guia Prático, sendo que o resultado se traduziu num grau de satisfação de 100%.

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 10

**Promover a divulgação de Estudos, o
Planeamento e a Modernização da DGPRM**



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 10

Promover a Divulgação de Estudos, o Planeamento e a Modernização da DGPRM

Unidade responsável - Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos (Participação do Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-Geral nas ações 10-01 a 10-03)

Ações

10-01 | Controlo de Execução da Atividade da DGPRM

Objetivo

Elaborar e coordenar os instrumentos necessários ao controlo de execução da atividade da Direção-Geral, nomeadamente aqueles que estão previstos na legislação em vigor.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - APL

Outras entidades intervenientes - Toda a DGPRM

Subações

1. Elaborar o Relatório de Atividades de 2012.
2. Elaborar e coordenar o Plano de Atividades para 2014.
3. Elaborar o Balanço Social de 2012.

Resultados

O Relatório de Atividades tem por objetivo descrever o percurso feito pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, elaborou-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades da DGPRM.

A DEPGR, elaborou o relatório de Autoavaliação do Serviço, o qual integra o Relatório de Atividades. Tem como finalidade destacar os resultados obtidos e os desvios verificados de acordo com o QUAR, face aos objetivos anualmente fixados, bem como da informação a que se referem as diversas alíneas do n.º 2 do artigo 15.º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, na sua redação atual.

A DGPRM elabora anualmente o seu Plano de Atividades apoiado na gestão previsional das suas ações que se baseiam nas diversas atribuições do serviço. Este documento enquadra-se ainda no SIADAP 1 de acordo com a Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro, especialmente na definição de objetivos estratégicos e das unidades orgânicas que se materializam em programas e ações.

O Balanço Social da DGPRM estabelece e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção. Analisa ainda retrospectivamente elementos estatísticos, estudá-los e possibilitar a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal (vide anexo 1).

10-02 | Divulgar informação de interesse da DGPRM



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Objetivo

Promover a divulgação das atividades da DGPRM ou de outras matérias ao nível dos RH's das FAs de interesse para a comunidade;
Colaborar com as demais entidades do Ministério na divulgação das suas atividades.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - DIV
Outras entidades intervenientes - Toda a DGPRM

Subações

1. Manter o «Guia Informativo» da DGPRM para dirigentes, trabalhadores e visitantes
2. Manter atualizado o sítio da DGPRM na Internet, com as informações relativas aos instrumentos de gestão
3. Prestar esclarecimentos e informações que sejam solicitados pelos diversos Órgãos e Serviços da AP

Resultados

Elaboração de Guias Informativos da DGPRM (divulgação da Direção-Geral por visitantes e acolhimento de dirigentes e trabalhadores).

Publicitados na Internet do Ministério os Planos de Atividades 2014, o Relatório de Atividades 2012 e o Balanço Social 2012.

Gestão do acervo de documentação especializada enviada a esta direção-geral e remetida ao GAT; difusão de informação especializada em matérias de defesa nacional e segurança, via correio eletrónico, à direção e às unidades orgânicas da DGPRM; divulgação de informações recolhidas através de imprensa escrita e outras fontes, nomeadamente páginas eletrónicas das seguintes estruturas: EMGFA, Exército, Marinha, Força Aérea, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, associações, revistas, clubes e blogues militares, sindicatos da administração pública, tribunais administrativos, comissão de defesa nacional, embaixadas/adidos militares, direções-gerais do MDN e de diversos departamentos governamentais que incidam nas áreas de avaliação, estudos, formação, planeamento e políticas públicas.

10-03 Modernização e simplificação administrativa da DGPRM

Objetivo

Estudar e implementar os mecanismos organizacionais e de sistemas de informação necessários à melhoria da eficácia e eficiência dos procedimentos de funcionamento da Direcção-Geral.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT
Outras entidades intervenientes - Toda a DGPRM

Subações

1. Apoiar a DGPRM na elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (estudos, mapas, cronogramas, organogramas, estatísticas e outros).
2. Participação na iniciativa “Macroestrutura funcional para a classificação de documentos e para a interoperabilidade semântica entre os sistemas de informação na Administração Pública” (Projeto MEF - DGARQ).

Resultados

Realização de organogramas, plantas de instalações, distribuição de equipamento



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

informático pelos utilizadores, mapas e outros.

Projeto MEF:

Reunião com os Diretores de Serviço e representante da SG - Planos de classificação (contributos da MEF para a produção de novos Classificadores ou adaptação dos existentes. A “série” documental). Revisão mais profunda do classificador com vista à incorporação de novas séries de acordo com as necessidades das UO; A SG vai contribuir para a descrição do 3º nível documental. Irá atender-se à reestruturação da DGPRM de acordo com a “Reforma 2020”.

10-04 Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa (SIMPLEX) da DGPRM

Objetivo

Coordenação e acompanhamento do programa SIMPLEX na DGPRM em áreas consideradas de possível desburocratização, descentralização e facilitação relacional do cidadão com o serviço.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT

Outras entidades intervenientes - Unidades orgânicas e entidades externas

Resultados

Sem desenvolvimento.

10-05 Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DEPGR, nomeadamente funções consultivas, estudo e elaboração de pareceres técnico-jurídicos no âmbito da relação jurídica de emprego público, incluindo a promoção, coordenação e apoio às ações de recrutamento, seleção e integração de recursos humanos, acompanhamento de inspeções e auditorias à Direcção-Geral

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CON

Outras entidades intervenientes -

Subações

1. De âmbito técnico-jurídico
2. De âmbito administrativo

Resultados

Foram elaborados diversos pareceres e informações sobre matérias que não se inserem no âmbito das competências da DEPGR, nomeadamente, EMFAR, SARFAS, Estatuto Remuneratório dos militares das FA e Saúde Militar.

10-06 Outras atividades/ações desenvolvidas pelo Gabinete de Assessoria Técnica à Direcção



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Resultados

No âmbito do processo da Unidade de Ação Externa na Área da Defesa Nacional, e em cumprimento do despacho de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, de 11 de novembro de 2011 a DGPRM, tem participado nas reuniões de trabalho solicitadas pela DGPDN e procedido ao envio de dados e elementos no âmbito do Plano de Ação Externa 2012. Atualização desses elementos na base de dados entretanto construída.

Colaboração na elaboração e monitorização do Quadro de Avaliação e Responsabilidade da DGPRM (QUAR).

Apoio aos concursos de Dirigentes Superiores da Administração Pública levados a cabo pela CRESAP

Apoio à Estrutura de Pilotagem da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária

Resposta a solicitações várias no âmbito da ação deste Gabinete de Assessoria Técnica

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013



PROGRAMA 11
Gerir os Recursos da DGPRM



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 11

Gerir os Recursos da DG de Pessoal e Recrutamento Militar

Unidade responsável - Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos (Participação do Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-Geral na ação 11-07)

Ações

11-01 Gerir os Recursos Humanos afetos à DGPRM

Objetivo

Contribuir para a prossecução da missão da DGPRM, garantindo o funcionamento do sistema de gestão e administração dos recursos humanos.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - APL

Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Assegurar os procedimentos relativos à administração do pessoal da DGPRM (executar os instrumentos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego)
2. Assegurar o processo de recrutamento e seleção de pessoal (elaborar propostas de recrutamento de pessoal; Organizar, acompanhar e executar os respetivos procedimentos de recrutamento e seleção)
3. Desmaterializar os processos individuais dos trabalhadores

Resultados

Foram instruídos diversos processos no âmbito da mobilidade interna, intercarreiras e intercategorias;

Quanto à 2ª subação não foram desenvolvidos quaisquer processo relativos ao recrutamento e selecção e pessoal;

No que concerne à 3ª subação continuou-se à desmaterialização dos processos individuais dos trabalhadores, através digitalização.

11-02 Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos colaboradores da DGPRM

Objetivo

Potenciar o desenvolvimento pessoal e contribuir para o aumento do nível de motivação dos trabalhadores (formação).

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - FOR

Outras entidades intervenientes - Toda a DGPRM/INA

Subações

1. Diagnosticar as necessidades de formação
2. Elaborar a proposta do Plano Anual de Formação
3. Gerir o Plano de formação
4. Promover a formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal afeto à DGPRM

Resultados

D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Foram identificadas as necessidades de formação dos trabalhadores da DGPRM. Foi elaborado um plano anual de formação. Divulgação de seminários, *workshops* e demais eventos com especial relevância para a DGPRM e seus trabalhadores;

Foram proporcionadas outras ações de formação que visaram dotar os trabalhadores de novas competências e, muitas delas, sem custo direto no orçamento afeto à formação, visto não terem tido qualquer encargo.

Cumpriu-se assim a determinação resultante da RCM nº 89/2010, de 17 de novembro, nomeadamente, garantir a formação profissional a todos os trabalhadores no triénio 2011/2013.

Formação Profissional	Carreira	Participantes		Cursos frequentados	Horas		Custos	
	Dirigentes	2	2,8%		360	3,4%	2770	19,3%
	Téc. Superiores	16	22,5%		834	7,9%	2894	20,2%
	Assistent.Técnicos	9	12,7%		375	3,5%	3250	22,7%
	Assistent.Operac.	0	0,0%		0	0,0%	0	0,0%
	Informáticos	1	1,4%		18	0,2%	2325	16,2%
	Militares	43	60,6%		9030	85,1%	3100	21,6%
	Total	71	100,0%	29	10.617	100,0%	14.339	100,0%

11-03 Gerir os recursos financeiros da DGPRM**Objetivo**

Otimização dos recursos financeiros afeto à DGPRM.

Tipo de ação - Atividade de manutenção Natureza da ação - APL

Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Elaboração de propostas de orçamento da DGPRM, DSAAC e restantes atividades de acordo com as necessidades reais
2. Elaborar a proposta de orçamento da DGPRM de acordo com as orientações da DGO e plafond atribuído superiormente e acompanhar permanentemente os níveis de execução
3. Gerir e executar o orçamento específico para o Dia da Defesa Nacional, bem como as verbas afetas à execução de outras atribuições da DGPRM no contexto da LSM
4. Organizar os processos relativos à aquisição de bens e serviços e realização de obras
5. Verificar a conformidade jurídico-financeira dos documentos de despesa, promover o respetivo pagamento e executar a contabilização de todos os movimentos financeiros

Resultados

Relativamente ao ano de 2013 a DGPRM verificou-se uma execução final total de 3 974 316,54 €, sendo que este valor é o somatório de todas as atividades que fazem parte integrante da missão desta Direção-Geral, ou seja a execução do orçamento de funcionamento da DGPRM foi de 2 414 785,56 €, o Apoio aos Antigos Combatentes foi de 446 467,37 €, o DDN foi de 759 890,19 €, os Incentivos foram de 99 127,60 € e os PALOP's foram de 254 015,82 €.

A execução orçamental foi acompanhada pelo técnico da DEPGR através de análise detalhada dos mapas emitidos pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), tendo-se verificado uma redução na despesa de 13,16 %.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

11-04 Gerir os recursos patrimoniais

Objetivo

Assegurar a disponibilização e distribuição do imobilizado, de acordo com as necessidades de cada serviço.

Tipo de ação - Atividade de manutenção **Natureza da ação** - APL
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Elaborar e manter atualizado o inventário do património da DGPRM

Resultados

A DGPRM por força da missão que lhe está atribuída ocupa um conjunto de instalações que se encontram repartidas geograficamente por todo o território nacional, continente e ilhas.

Pelo que precede, existe continuamente um esforço na racionalização dos custos de funcionamento, gestão e preservação de bens imóveis, sem que com isso haja uma degradação da relação de proximidade com o cidadão e com as demais entidades.

Nesse contexto, no que às atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2013 diz respeito, destaca-se a inventariação dos bens imóveis que existiam nas instalações ocupadas por este organismo na Rua Braamcamp, assim como nas novas instalações sito no Palácio Bensaúde.

Neste particular foram também adotadas medidas conducentes ao controlo interno da gestão do património, recorrendo para esse efeito a uma ferramenta informática desenvolvida para esse fim.

Por outro lado, identificaram as fragilidades que possam vir a afetar o regular funcionamento dos serviços no decorrer do ano de 2014, pelo que foram desenvolvidos esforços de sentido de planejar a manutenção preventiva dos espaços e demais equipamentos.

11-05 Análise da execução orçamental

Objetivo

Elaboração mensal da execução orçamental de acordo com os mapas produzidos através do Sistema Integrado de Gestão - SIG.

Tipo de ação - Atividade de manutenção **Natureza da ação** - APL
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Elaboração de mapas financeiros de apoio à gestão com a respetiva análise de desvios

Resultados

Elaboração de mapas financeiros de apoio à gestão;
Elaboração mensal dos Fundos Disponíveis no SIGO, Site da DGO;
Elaboração dos mapas mensais sobre Pagamentos em atraso, no Site da DGO;
Elaboração mensal da Unidade de Tesouraria, no Site da DGO;



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Elaboração mensal dos mapas de Deslocações em território nacional e estrangeiro, no Site da DGO;
Previsão mensal da execução e análise de desvios;
Reporte semestral do pagamento de Subvenções à Inspeção Geral de Finanças.

As ações descritas permitem uma execução da despesa o mais aproximado possível da previsão efetuada mensalmente de acordo com os fundos disponíveis, reduzindo-se assim o desvio da execução.

11-06 | Gestão de economato

Objetivo

Disponibilização e distribuição atempada do material de escritório.

Tipo de ação - Atividade de manutenção Natureza da ação - APL
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock

Resultados

No contexto da gestão da Gestão de economato, em 2013, executaram-se as seguintes medidas:

- Assegurar o bom funcionamento dos serviços através da atempada distribuição de artigos em armazém;
- Organizar e manter atualizados os dados relativos aos artigos em armazém.

11-07 | Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública - SIADAP (área técnica e administrativa)

Objetivo

Elaboração do QUAR, coordenação e monitorização do SIADAP 123.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - AA
Outras entidades intervenientes - Toda a DGPRM

Subações

1. Elaboração do QUAR 2014
2. Monitorização do QUAR 2013
3. SIADAP 2 e 3 (2013)

Resultados

Elaboração do QUAR 2014

Conforme o previsto na Lei nº 66-B/2007, 28 de 28 de Dezembro, o QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) é desenvolvido anualmente, sendo elaborado de acordo com os contributos solicitados às unidades orgânicas da DGPRM, (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo). O QUAR para



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

2014, foi remetido à Secretaria-Geral (SG) em 12 de Novembro de 2013.

A DGPRM optou por uma monitorização do QUAR quadrimestral, (Abril, Agosto e Dezembro) tendo em conta a sua missão e os objetivos estratégicos que se propôs cumprir.

A metodologia adotada para a monitorização do Quar foi a mesma para a sua construção, pelo que solicitou os contributos às diversas unidades orgânicas de forma a refletir o grau de cumprimento e os desvios de cada indicador.

A primeira monitorização de Abril foi efetuada em 10 de Maio de 2013 e enviada à Secretaria-Geral;

A segunda monitorização de Agosto foi efetuada em 05 de Setembro de 2013 e registada na plataforma GEADAP;

A terceira monitorização de Dezembro foi efetuada em 13 de Janeiro de 2014 e registada na plataforma GEADAP.

SIADAP 2 e 3

A DEPGR procedeu ao planeamento, coordenação e monitorização do SIADAP 2 e 3, relativa ao ano de 2012, partindo de um universo de 161 trabalhadores, dos quais 92 eram militares e 69 civis, e que se dividiu por dirigentes intermédios (SIADAP 2) e pelas carreiras de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional (SIADAP 3), tendo para o efeito seguido o que foi definido nos Despachos SIADAP n.ºs 1/2012, de 7 de dezembro de 2011 - Planeamento de Avaliação relativo ao ano 2012 e definição das competências e no número de objetivos para trabalhadores, 2/2012, de 7 de dezembro de 2011 - Definição e competências e número de objetivos para dirigentes intermédios de 1.º e 2.º grau, 5/2012, de 29 de novembro de 2012 - Eleição da Comissão Paritária e 6/2012 - Alteração aos Despachos SIADAP n.ºs 1 e 2/2012, de 03 de dezembro de 2012.

Já no decurso de 2013 e ainda no âmbito do referido processo foram elaborados os seguintes documentos que serviram de suporte ao mesmo:

- Despacho SIADAP 3/2013, de 03 de janeiro de 2013 - Constituição do CCA;
- Despacho SIADAP 4/2013, de 16 de janeiro de 2013 - Planeamento do processo de avaliação SIADAP 2 e 3/Carreiras, relativo ao ano de 2012;
- Orientações referentes ao SIADAP 2012 para o CCA, para os meses janeiro, fevereiro e março;
- Despachos SIADAP n.ºs 1 e 2/2013, ambos de 03 de janeiro de 2013, relativos ao planeamento da avaliação relativa ao ciclo bienal de avaliação do desempenho 2013/2014 e definição das competências e número de objetivos para os trabalhadores (SIADAP 3) e dirigentes intermédios de 1.º e 2.º Grau (SIADAP 2).
- Elaboração do Relatório de autoavaliação do serviço que integra o relatório de atividades, para efeitos de avaliação do Serviço expressando o mesmo, os resultados alcançados e os desvios verificados, tendo presente os objetivos previamente fixados no QUAR 2013.
- Elaboração do Relatório Sintético de 2012 para efeitos de avaliação intercalar do dirigentes máximo, no qual se encontram evidenciados os resultados obtidos face aos compromissos fixados na carta de missão e QUAR, na gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais, bem como aplicação do SIADAP 2 e 3, incluindo expressamente a distribuição equitativa das menções qualitativas atribuídas, no total e por carreira.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

11-08 Consultadoria

Objetivo

Elaborar estudos e emitir pareceres sobre matérias da competência da DEPGR.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CON
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Elaborar estudos e emitir pareceres sobre matérias da competência da DEPGR.

Resultados

Foram elaborados diversos pareceres e informações em matéria de recursos humanos, nomeadamente LVCR, (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual), RCTFP, (Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na redação atual); Estatuto de Pessoal Dirigente, (Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na sua redação atual) SIADAP, (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual), instrumentos de gestão estratégica, Regime de Mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da administração pública (Lei n.º 53/2006, de 7 dezembro), Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na sua redação atual (Princípios e normas da organização da administração direta do Estado, entre outros.

Elaboração de diversos procedimentos no âmbito da Contratação Pública (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual).

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 12

Explorar os Sistemas de Informação da DGPRM



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 12

Explorar os Sistemas de Informação da DGPRM

Unidade responsável - Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos

Ações

12-01 | Gestão e controlo de Pessoal

Objetivo

Manter atualizada a base de dados de Recursos Humanos da DGPRM.

Tipo de ação - Atividade de manutenção Natureza da ação - APL
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Introdução e atualização da informação relativa aos trabalhadores

Resultados

Relativamente à introdução e atualização da informação relativa aos trabalhadores no ano de 2013, além da atualização diária de todos as situações relativas aos trabalhadores da DGPRM, neste contexto foram inseridos 35 novos processos individuais (5 civis e 30 militares), nos prazos estabelecidos para a sua execução.

12-02 | Sistema de Gestão Documental

Objetivo

Controlo da entrada e saída de documentos

Tipo de ação - Atividade de manutenção Natureza da ação - APL
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Efetuar o registo das entradas e saídas dos documentos
2. Protocolar a informação

Resultados

Entradas

1. Receber correspondência
2. Abrir correspondência
3. Classificar e registar em base de dados
4. Submeter a despacho
5. Protocolar, digitalizar e enviar por e-mail/Protocolo para a Direção de Serviço respetiva
6. Arquivo do documento original

Saídas

1. Entrega dos documentos pelos técnicos/Diretor de Serviço



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

2. Numerar
3. Registrar em base de dados
4. Digitalizar e enviar por email para os técnicos/Diretor de Serviço/Chefe de Divisão
5. Envio do original para o Correio

12-03 Sistema de Informação e Gestão (SIG)

Objetivo

Planeamento orçamental no SIG, módulo "SEM-BW" do MDN, através da elaboração de diferentes cenários para o orçamento dos Serviços Próprios e para a Direção de Serviços de Apoio aos Antigos Combatentes.

Tipo de ação - Atividade de manutenção **Natureza da ação** - APL

Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Elaboração de documentos de suporte à análise de custo/benefício das atividades a desenvolver
2. Elaboração de vários cenários orçamentais a remeter à Secretaria-Geral, em cumprimento de Despacho Ministerial

Resultados

Atualização diária de todos os movimentos contabilísticos que permitem a constituição dos processos de despesa, por forma a permitir o pagamento de todas as faturas dentro do prazo de pagamento.

12-04 Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública - SIADAP (informatização)

Objetivo

Atualização e manutenção do sistema informático de suporte ao SIADAP.

Tipo de ação - Atividade de manutenção **Natureza da ação** - APL

Outras entidades intervenientes - DGPRM/GEPE

Resultados

Do planeamento e monitorização efetuado, foi possível aferir com exatidão o nível de execução de cada atividade. Ainda e neste particular, importa realçar a qualidade da informação prestada enquanto elemento de motorização, em grande medida motivado pelo eficaz acompanhamento dos objetivos e respetivos indicadores.

12-05 Base de Dados Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)

Objetivo

Recolha de dados relativos aos efetivos e prestadores de serviço na Administração Pública.

Tipo de ação - Atividade de manutenção **Natureza da ação** - APL

Outras entidades intervenientes -

Subações



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

1. Introdução dos dados relativos ao número de efetivos e suas variáveis

Resultados

Relativamente aos dados SIOE, foram cumpridos com sucesso, todos os prazos de carregamento dos dados trimestrais e semestrais, mercê de um controlo diário dos mesmos, o que faz com que seja mais expedita a resposta, quando solicitada.

12-06 | Gestão das Bases de Dados

Objetivo

Proceder à gestão das Bases de Dados em exploração.

Tipo de ação - Atividade de manutenção Natureza da ação - APL
Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Proceder de acordo com a calendarização a cópias de segurança
2. Verificação da integridade dos dados

Resultados

No âmbito destas tarefas, foram desenvolvidos esforços no sentido de se proceder à elaboração de relatórios que resultaram de necessidades identificadas pelas unidades orgânicas.
Concomitantemente executaram-se diversos procedimentos referentes à gestão dos sistemas de base de dados, particularmente a atualização e correção da informação, e verificação da integridade dessa mesma informação recorrendo a processos de comparação e cruzamento de informação.
Adicionalmente importa relevar, o cumprimento da calendarização e verificação da integridade da informação que foi alvo de cópia de segurança.

12-07 | Desenvolvimento de soluções informáticas

Objetivo

Proceder à análise e ao desenvolvimento de soluções informáticas tendo por base as necessidades dos serviços.

Tipo de ação - Atividade de manutenção Natureza da ação - APL
Outras entidades intervenientes -

Resultados

Esta ação materializa-se em grande medida na aposta que o organismo realizou na adoção de solução "Open Source", estas atividades consolidam-se devido ao esforço de permanente inovação, imprimida pelos meios humanos afetos a esta atividade, permitindo disponibilizar ao trabalhadores da DGPRM, de forma regular e atempada, um conjunto de ferramentas capazes de satisfazer as necessidades.

12-08 | Desenvolvimento, gestão e atualização dos SI/TIC



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Objetivo

Disponibilizar os meios de tratamento automático de informação necessários ao funcionamento da Direcção-Geral, proceder ao desenvolvimento e atualização dos sistemas informáticos, assim como apoiar os seus utilizadores.

Tipo de ação - Atividade de manutenção **Natureza da ação** - APL
Outras entidades intervenientes - Toda a DGPRM/SG

Subações

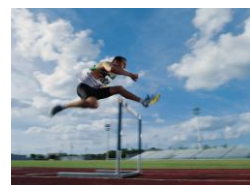
1. Gestão de processos de aquisição e manutenção de hardware
2. Gestão de processos de aquisição e contratos de licenciamento de software
3. Manutenção dos equipamentos em exploração
4. Apoio técnico ao utilizador

Resultados

A ação em apreço reveste-se de importância capital e estratégica, uma vez que influencia claramente o regular funcionamento do organismo.
Neste âmbito, e motivado por uma estratégia eficiente, não foram desenvolvidos processos aquisitivos que ocasionassem a aquisição de novos equipamentos informáticos
Torna-se importante realçar a aposta na promoção e valorização da qualidade do trabalho prestado pelos membros da equipa de informática, que conduziu à concretização, com sucesso, das ações que lhe são cometidas e que se manifestam nos resultados obtidos (v. anexo).

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 13
Fomentar a Educação Física e Desporto Militar



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 13

Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Unidade responsável - Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Ações

13-01 | Competições Desportivas Militares Nacionais

Objetivo

Promover o intercâmbio entre os militares dos Ramos das Forças Armadas e Forças de Segurança, organizando e coordenando a realização de Campeonatos Nacionais Militares, em várias modalidades desportivas.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CIN

Outras entidades intervenientes - Ramos/FS

Subações

1. XXXV CNM de Corta-Mato, de 28 de Jan a 4de Fev (GNR)
2. VI Corrida do CISM , 18 de Fev (MAR)
3. XXXVI CNM de Orientação, de 15 a 19 de Abr
4. XLIV CNM de Tiro, de 1 a 5 de Julho (PSP)
5. IV CNM de Duetlo BTT de 26 a 27 de Set (EXE)
6. IV CNM de Voleibol de Praia de 3 a 7 de Junho (FAP)
7. XXIX CNM de Futsal de 18 a 22 Nov (Marinha)

Resultados

Subações:

1. Organizado pela GNR, decorreu em 31de Jan e 01de Fev 2013, o Campeonato de Corta-Mato. As competições realizaram-se na Escola da Guarda, tendo competido em representação da Marinha, Exército, Força Aérea e Guarda Nacional Republicana e Policia de Segurança Publica 116 atletas, sendo 96 masculinos e 20 femininos.

Foram vencedores:

I Escalão - Guarda Nacional Republicana
II Escalão - Guarda Nacional Republicana
III Escalão - Guarda Nacional Republicana
IV Escalão - Guarda Nacional Republicana
V Escalão - Força Aérea Portuguesa
Escalão Feminino - Guarda Nacional Republicana
Troféu CEFDM Masculino - Guarda Nacional Republicana
Troféu CEFDM Feminino - Guarda Nacional Republicana

2. Organizado pela Polícia de Segurança Pública, decorreu de 18 a 21 de Junho de 2013, na Unidade Especial de Policia, nas modalidades de Espingarda Carabina e Pistola. As competições realizaram-se na carreira de tiro do Complexo Desportivo Nacional do Jamor (carabina e pistola) e na carreira de tiro de Belas (espingarda), tendo competido em representação da Marinha, Exército, Guarda Nacional Republicana e



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Polícia de Segurança Pública 65 atiradores, sendo 38 masculinos e 27 femininos.

Foram vencedores:

Pistola Grosso Calibre (ISSF) Masculino - Polícia de Segurança Pública
Pistola Grosso Calibre (VM) Masculino - Polícia de Segurança Pública
Pistola Standard (ISSF) Feminino - Força Aérea Portuguesa
Pistola Sport VM) Feminino - Polícia de Segurança Pública
Carabina Grosso Calibre (ISSF) Masculino - Polícia de Segurança Pública
Carabina Grosso Calibre (VM) Masculino - Polícia de Segurança Pública
Carabina Standard 50m (CD) Feminino - Exército
Carabina Standard 50m (3x20) Feminino - Guarda Nacional Republicana
Troféu CEFDM Pistola Masculino - Polícia de Segurança Pública
Troféu CEFDM Pistola Feminino - Polícia de Segurança Pública
Troféu CEFDM Espingarda Masculino - Polícia de Segurança Pública
Troféu CEFDM Espingarda Feminino - Exército

3. Organizado pela FAP, decorreu na BA6 (Montijo), de 03 a 05 de Junho de 2013 o IV Campeonato Nacional Militar de Voleibol de Praia, tendo competido em representação da Marinha, Força Aérea e PSP 52 atletas, sendo 36 masculinos e 16 femininos.
4. Organizado pelo Exército, decorreu de 26 a 27 de Setembro de 2013, no Centro Militar de Educação Física e Desportos, em Mafra, o IV Campeonato Nacional Militar de Duetlo em BTT, tendo competido em representação da Marinha, Exército, Força Aérea, GNR e PSP, 56 atletas, sendo 47 masculinos e 9 femininos.

Foram vencedores:

Escalão Feminino- Polícia de Segurança Pública
I Escalão - Polícia de Segurança Pública
II Escalão - Exército
Trofeu CEFDM - Exército

5. Organizado pela Marinha, decorreu no CEFA 8Alfeite) o XXIX Campeonato Nacional Militar de Futsal, tendo participado as equipas da Marinha FAP e PSP num total de 87 atletas sendo 54 masculinos e 33 femininos.

Foram vencedores:

I Escalão - Polícia de Segurança Pública
II Escalão - Marinha
Escalão Feminino - Força Aérea Portuguesa
Trofeu CEFDM masculino - Marinha
Trofeu CEFDM Feminino - Força Aérea Portuguesa

6. Organizado pela FAP, decorreu no dia 18 de Fevereiro de 2013, no CFMTFA (Ota), a Corrida do CISM "CISM DAY RUN" tendo participado cerca de 500 atletas em representação do Exército, GNR, Marinha FAP e PSP.
7. Esta atividade desportiva não tem carácter competitivo, servindo para assinalar o aniversário do CISM, não tendo assim qualquer tipo de classificação.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

13-02 Política Desportiva Militar

Objetivo

Estudo e elaboração de legislação e regulamentos que permita uma uniformização do sistema desportivo militar.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CAT

Outras entidades intervenientes - Ramos

Resultados

Sem desenvolvimento.

13-03 Torneios e Campeonatos Mundiais de Desporto Militar

Objetivo

Promover o intercâmbio com entidades congéneres das FAs estrangeiras, nomeadamente através da participação em Campeonatos Mundiais (CM) e Torneios Internacionais (TI) de Desporto Militar.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CII

Outras entidades intervenientes -

Subações

1. LVI CMM de Corta-Mato
2. XLVI CMM de Orientação Suécia (26 de Ago a 1 de Set)
3. CMM de Tiro

Resultados

Portugal não participou em competições Internacionais.

13-04 Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)

Objetivo

Coordenar a ação da delegação portuguesa junto do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM).

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CII

Outras entidades intervenientes -

Subações

1. Participação do presidente da CEFDM, na LXVIII Assembleia Geral do CISM, em Maio na Indonésia

Resultados

Não houve participação.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 14

**Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa
das Forças Armadas e de Segurança**



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 14

Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)

Unidade responsável - Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Ações

14-01 | Atividades do SARFAFS em Portugal

Objetivo

Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS em Portugal.

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CIN

Outras entidades intervenientes -

Resultados

- Conferências;
- Dia de S. João de Capistrano;
- Grupos de preparação para a receção dos Sacramentos da Iniciação Cristã: Batismo, Confirmação, Eucaristia;
- Encontro com os alunos dos primeiros anos das EMES;
- Construção de presépios;
- Via sacra;
- Peregrinação Militar Nacional a Fátima;
- Palestras;
- Realização de Encontros com casais militares;
- Partilha Quaresmal;
- Campanhas de Solidariedade;
- Dia mundial das missões;
- Dia mundial dos leprosos;
- Semana da Unidade dos Cristãos;
- Orientação quanto à preparação e administração dos Sacramentos da Iniciação Cristã em âmbito do Ordinariato Castrense.



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

14-02 | Atividade internacional do SARFAFS

Objetivo

Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS no Estrangeiro.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - CII
Outras entidades intervenientes -

Resultados

- Peregrinação Militar Internacional a Lourdes;
- FNDs - Forças Nacionais Destacadas.
- Participação europeia no encontro ecuménico promovido pelos irmãos de Taizé.

14-03 | Atividades editoriais da SARFAFS

Objetivo

Apoiar a publicação de edições do SARFAFS, nomeadamente o Jornal Centurião.

Tipo de ação - Atividade corrente **Natureza da ação** - DIV
Outras entidades intervenientes -

Resultados

- Planear as atividades Pastorais do Ordinariato Castrense
- Elaborar Cartazes (distribuídos a partir da Capelania-Mor)
- Publicar e distribuir o Jornal "O Centurião"
- Divulgar através de Folhas Informativas
- Divulgar as atividades pelos grandes meios de comunicação de massas: jornais diários e semanários, canais de televisão.
- Elaborar desdobrável sobre: dia mundial da paz, dia mundial dos meios de comunicação social, dia nacional das migrações, dia nacional da educação cristã, dia mundial do turismo, dia mundial dos direitos humanos, etc
- Orientar e cuidar das Celebrações Litúrgicas do Ordinariato Castrense: Dia de S. João de Capistrano, encontro de casais militares, retiro de Capelães, Missa Crismal, Peregrinação Internacional a Lourdes, Peregrinação Diocesana a Fátima...

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



PROGRAMA 15
Gestão de Projetos



D G P R M
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Programa 15

Gestão de Projetos

Unidade responsável - Gabinete de Gestão de Projetos (Equipa multidisciplinar)

Projetos

15-01 | Revisão da legislação enquadrante da Defesa Nacional

Objetivo

Revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas

Outras entidades intervenientes - DSRHDN, DSSASAC, DSRASM e DEPGR

Resultados

Integração de uma equipa permanente de acompanhamento do EMFAR.

15-np | Atividades/Projetos não previstos

Tipo de ação - Atividade corrente Natureza da ação - CAT

Resultados

Estudo comparativo das LOE/2013 e 2014, no que diz respeito às medidas com impacto no universo da Defesa Nacional;

Estudo dos impactos das medidas da PLOE/2014 no EMFAR;

Coordenação dos trabalhos de elaboração dos projetos de diplomas com vista à preparação da Lei Orgânica do MDN;

Coordenação dos Programas de Rescisões por Mútuo Acordo dos Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais e dos Trabalhadores Cívicos dos Estabelecimentos Fabris do Exército (EFE's);

Coordenação dos Programas de Rescisões por Mútuo Acordo dos Técnicos Superiores;

Desenvolvimento de uma aplicação informática para arquivo digital.

Legenda (natureza das ações)

AA - Avaliação e Análise; APL - Apoio Logístico; CAT - Conceção e Apoio Técnico; CII - Cooperação Institucional Internacional; CIN - Cooperação Institucional Nacional; CON - Consultadoria; DIV - Divulgação; ES - Estatutária; FOR - Formação.



ANEXOS

Balanço Social
Execução Orçamental da DGPRM
**Controlo de documentos recebidos e
produzidos**
Organograma
Rede informática
Instalações

BALANÇO SOCIAL

2013

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



BALANÇO SOCIAL 2013

INDICE

Nota de apresentação . . . 2

EFETIVOS E ESTRUTURA ORGÂNICA . . . 4

ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE . . . 8

ESTRUTURA HABILITACIONAL . . . 10

MOBILIDADE DE PESSOAL . . . 12

ASSIDUIDADE . . . 14

ENCARGOS COM PESSOAL E PRESTAÇÕES SOCIAIS . . . 16

FORMAÇÃO PROFISSIONAL . . . 18

PERFIL DE RH DA DGPRM . . . 21

Anexos

Anexo 1 – Mapas anexos ao DL nº 190/96, de 9 de Outubro

Anexo 2 – Índices de Pessoal

Ficha Técnica

Título – Balanço Social 2013 da DGPRM

Data de finalização – Fevereiro de 2014

Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica à Direção

Colaboração – Div. de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Av. Ilha da Madeira, 1 – 4º Piso 1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3010001 / (21)3011173

Fax: (21)3013037

E-mail: dgprm.geral@defesa.pt

URL: <http://www.mdn.gov.pt>



BALANÇO SOCIAL 2013

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O Balanço Social, é um instrumento de gestão de avaliação e planeamento na área dos recursos humanos, procurando refletir dos diversos organismos públicos, uma visão clara e inequívoca da caracterização dos trabalhadores que os integram. O Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro, determinou para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores, a sua realização (vide quadros oficiais, anexo 1).

Para além do cumprimento do referido DL e respetivos elementos estatísticos formais solicitados, o documento elaborado pela Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) analisa, compara e informa a situação socioprofissional do serviço, na ótica de obter o aperfeiçoamento qualitativo das funções realizadas, quantitativos e obrigações concedidas.

Apresentam-se assim os dados respeitantes a 2013 no âmbito dos recursos humanos da DGPRM, que têm como objetivo um planeamento fundamentado numa melhor coordenação e racionalização dos recursos disponíveis. Os indicadores expostos deverão ser o suporte de futuras tomadas de decisão nesta área.

O prosseguimento de uma política de pessoal baseada no avanço organizacional em geral e nos dirigentes e trabalhadores em particular, tem-se manifestado na prática em:

- Melhoramento das condições gerais de trabalho, designadamente instalações e equipamentos;
- Valorização das pessoas contemplando o acesso à formação profissional como incentivo e aumento da motivação;
- Controlo efetivo da assiduidade;
- Gestão e racionalização eficiente dos encargos com pessoal, considerando as verdadeiras necessidades de funcionamento.

Sintetizam-se os mais importantes resultados e indicadores no âmbito dos RH em 2013, face a 2012:

Em 31 de Dezembro o número de trabalhadores era de **154 efetivos** (+0,65%). No exercício de «funções técnicas» deparavam-se 81 trabalhadores e no de «funções administrativas», 34. O **índice de tecnicidade** foi de **52,6%**, menos 13,4%. Em relação à estrutura etária, a **idade média** do pessoal da Direcção-Geral aumentou para **38,8 anos**. A **taxa de emprego jovem** (menos de 25 anos), desceu para **5,2%**. (-1,3%). A **taxa de envelhecimento (11,7%)** manteve-se idêntica (idade igual/superior a 55 anos).



BALANÇO SOCIAL 2013

O tempo de **antiguidade** na Administração Pública é de **13 anos e meio** de serviço (+1,5%).

O **índice de formação superior** foi de **60%** e diminuiu 12%. O grupo de trabalhadores com ensino até 9 anos subiu 1,3% (5,2%) e o secundário/bacharelato aumentou aproximadamente 10% (35%).

Verificou-se a subida do indicador da **rotatividade de efetivos (0,69)** (+0,8). Esta taxa, a maior valor absoluto (entre 0 e 1) corresponde a diminuição da mobilidade externa. Os **índices de entradas e saídas** constatados, respetivamente **23,4%** (+6,4%) e **22,7%** (-9,9%) reafirma-se a relativa mobilidade de pessoal durante o ano, requerendo controlo e ponderação no acolhimento dos novos trabalhadores e sua adaptação às funções. A **taxa de cobertura** ou compensação entradas/saídas foi de **103%**.

A **taxa de absentismo** foi de **4,9%** (+1,2%). Assiduidade geral dos trabalhadores: 95,1% (presenças).

Os **encargos com pessoal** aumentaram 15,8% e as **prestações sociais** tiveram do mesmo modo um incremento da despesa de 36,4%.

As ações formativas frequentadas pelo pessoal da Direção-Geral diminuíram expressivamente: 29. No ano de 2013 o **índice de participação** na formação foi de **46%** (-13%). O encargo global com a formação aumentou significativamente (+91,7 %).

Finalizando, a análise global dos índices e taxas alcançados, revelam que a política de gestão de pessoal na DGPRM, tem sido equilibrada e envolvendo todos os trabalhadores, tendo como objetivo o aumento da motivação e melhoramento do desempenho individual e coletivo do serviço.

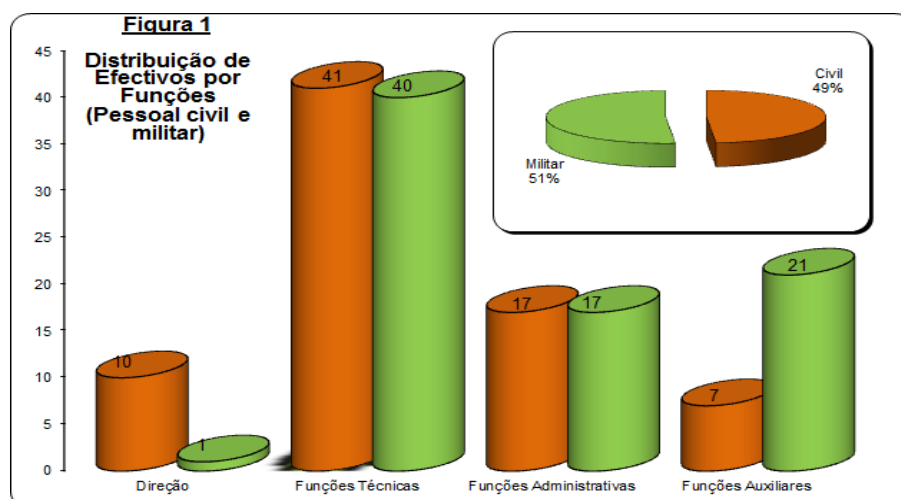
Lisboa, 14 de fevereiro de 2014

Alberto Rodrigues Coelho
Diretor-Geral
(assinatura digitalizada)

BALANÇO SOCIAL 2013
EFETIVOS E ESTRUTURA ORGÂNICA

A Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) em 2013 contava **154 trabalhadores**, repartidos por dois grandes grupos de pessoal: **civil (49%)** e **militar (51%)** (fig.1). Verificou-se um aumento de 0,65% dos efetivos (+ 1 trabalhador) relativamente a 2012 (ver gráfico da fig. 2), em que 90 trabalhadores são do sexo masculino e 64 do sexo feminino.

Exerciam **funções técnicas, 81** trabalhadores, **34** na **área administrativa (22,1%)** e **28** em **funções auxiliares (18,2%)** (informação complementar no anexo 1, quadro 1). O **índice de enquadramento** global (funções dirigentes) foi de **7,1%** (**enquadramento feminino 27,2%**).



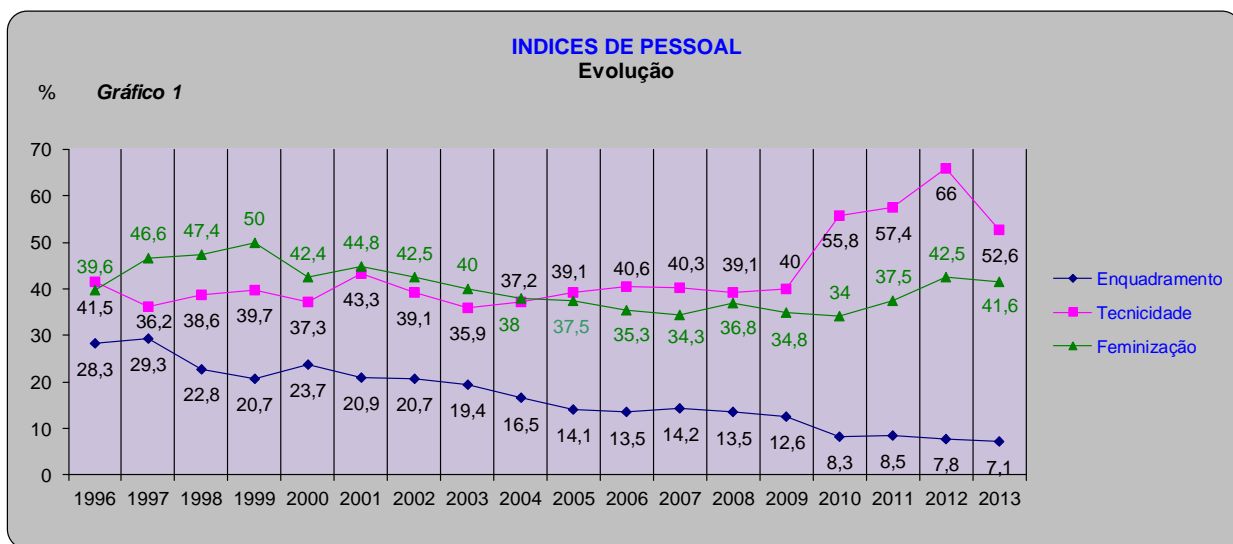
Funções	Pessoal Civil			Pessoal Militar/Militarizado					TOTAL	
	DGPRM	Outros	SubTOT	MAR	EXE	FAP	GNR	SubTOT		
Direção superior	1		1					0	1	0,6%
Direção intermédia	9		9		1			1	10	6,5%
Direção	10	0	10	0	1	0	0	1	11	7,1%
Área Técnica	37		37	9	15	16		40	77	50,0%
Área Informática	4		4					0	4	2,6%
Funções Técnicas	41	0	41	9	15	16	0	40	81	52,6%
Área Administrativa	15		15	6	10	1		17	32	20,8%
Secretariado	2		2					0	2	1,3%
Funções Administrativas	17	0	17	6	10	1	0	17	34	22,1%
Motorista	3		3	1				1	4	2,6%
Trabalho Auxiliar	4		4	6	6	8		20	24	15,6%
Funções Auxiliares	7	0	7	7	6	8	0	21	28	18,2%
Total	75	0	75	22	32	25	0	79	154	100,0%
%	48,7%	0,0%	48,7%	14,3%	20,8%	16,2%	0,0%	51,3%	100,0%	

BALANÇO SOCIAL 2013

A divisão profissional através do grupo/cargo/carreira (anexo 1, quadro 1) reparte os recursos humanos da DGPRM do modo subsequente:

- dirigente superior – 1
- dirigente intermédio – 10
- técnico superior – 37
- assistente técnico – 17
- assistente operacional – 7
- informático – 4
- forças armadas (excluindo dirigentes) – 78

A **taxa de feminização (41,6%)** decresceu 0,9% em relação a 2012 (Gráfico 1). O **índice de tecnicidade (52,6%)** (sentido lato) (52,6%), diminuiu 13,4% retratando a redução de trabalhadores no desempenho de funções técnicas (Gráfico 1).



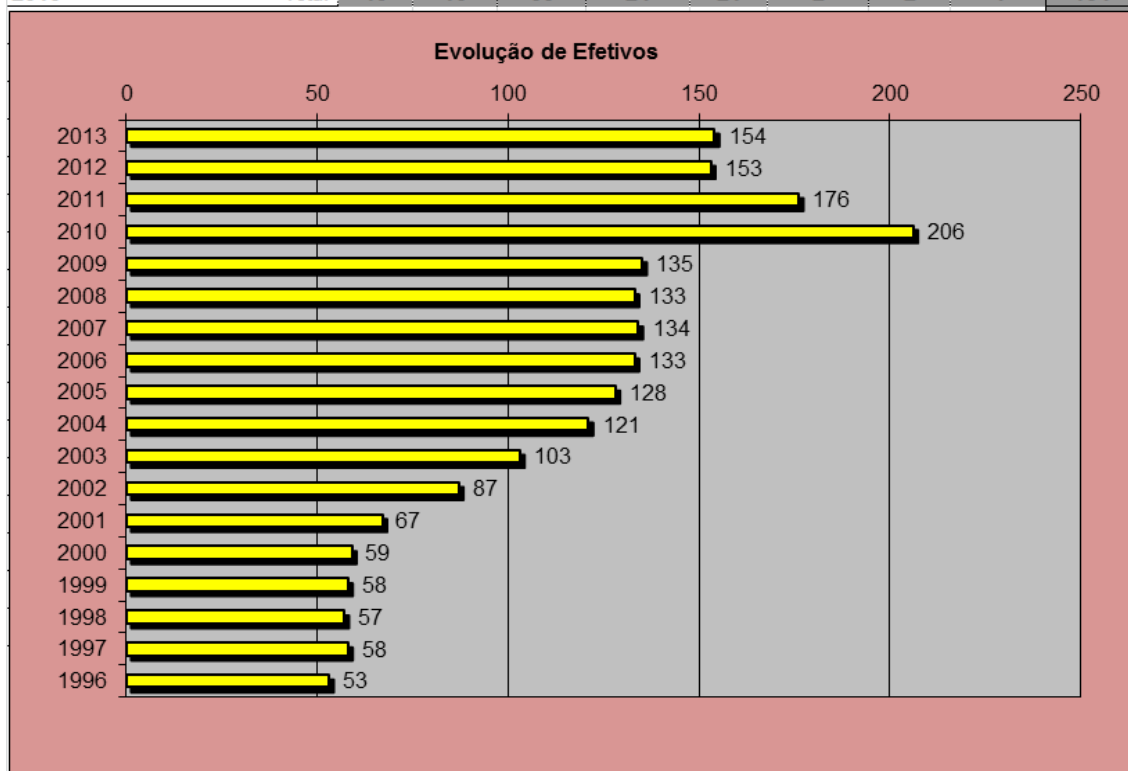
A distribuição de efetivos pela estrutura orgânica excetuando a Direção é a seguinte: a DSRASM com o maior número absoluto de trabalhadores (66), seguido pela DSSASAC (24) e DEPGR (21) (fig. 2).

BALANÇO SOCIAL 2013

O pessoal técnico prevalece na DSRASM (35), DSRHDN (12) e DSRASM (12), tal como no apoio à Direção (12). Os trabalhadores da área administrativa, exercem funções sobretudo na DSRASM (14) e DEPGR (8) (fig. 2).

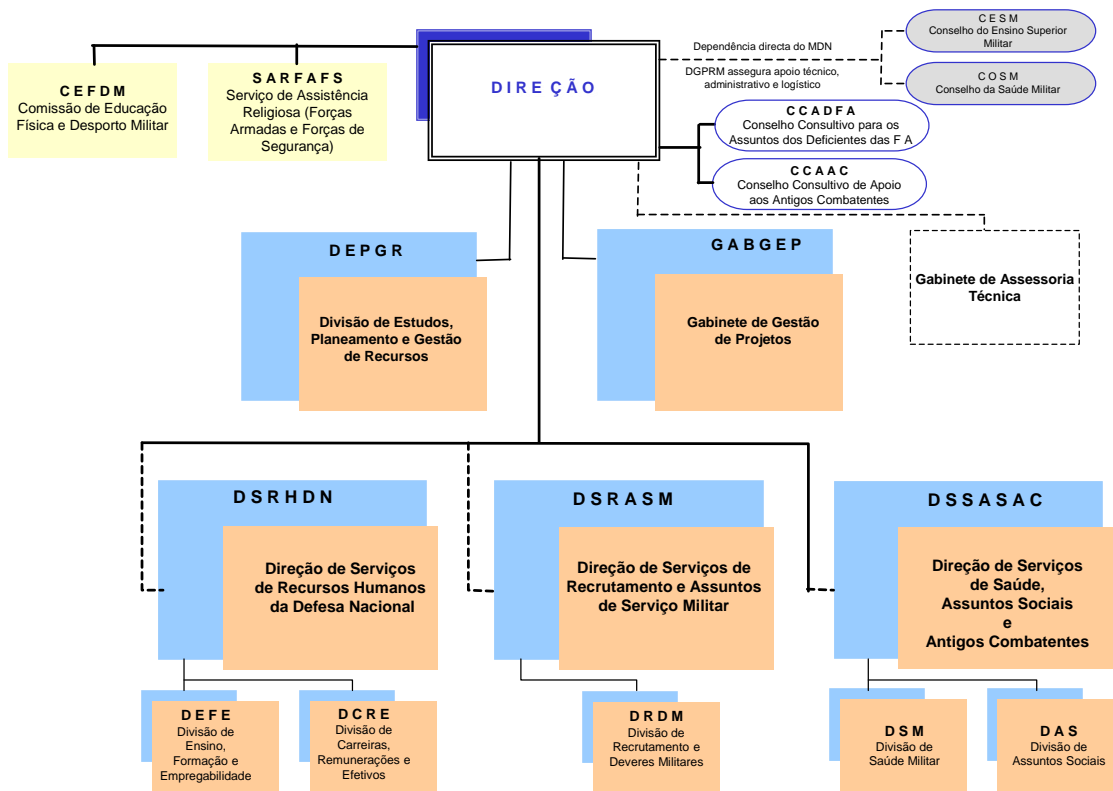
Figura 2
Distribuição de Efetivos por Funções e pela Estrutura Orgânica

FUNÇÕES	DIR	DSRHDN	DSRASM	DSSASAC	DEPGR	GABGEP	CEFDN	SARFAFS	Total
Direção superior	1								1
Direção intermédia		3	2	3	1	1			10
Direção	1	3	2	3	1	1	0	0	11
Área Técnica	12	12	35	12	3	1	2		77
Área Informática					4				4
Funções Técnicas	12	12	35	12	7	1	2	0	81
Área Administrativa	2	1	14	6	8			1	32
Secretariado	2								2
Funções Administrativas	4	1	14	6	8	0	0	1	34
Motorista	1				2			1	4
Trabalho Auxiliar	1		15	3	3			2	24
Funções Auxiliares	2	0	15	3	5	0	0	3	28
2013	Total	19	16	66	24	21	2	4	154





BALANÇO SOCIAL 2013



Segundo a modalidade de vinculação (anexo 1, quadro 1) 32 trabalhadores têm nomeação definitiva, 65 contrato de trabalho por tempo indeterminado, 46 contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e 11 em comissão de serviço no âmbito da LVCR.

BALANÇO SOCIAL 2013

ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE

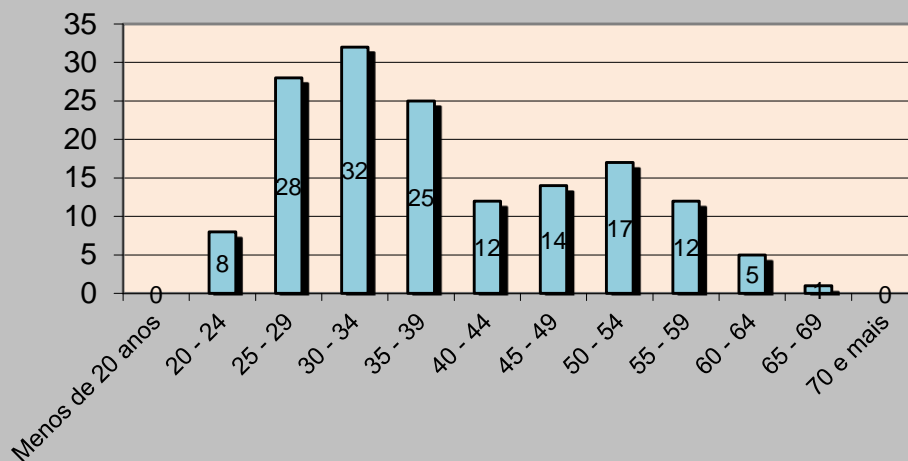
A **média de idade** dos recursos humanos da Direção-Geral é de **38,8 anos**. (anexo 1, quadro 2 e gráfico 2).

No sexo masculino a idade média é de aproximadamente 39 anos e do sexo feminino de 38,7 anos.

O mais expressivo grupo etário situa-se entre os 30 e 34 anos (21%), seguido pelo dos 25 aos 29 anos de idade, somando ambos 39% dos trabalhadores da DGPRM.

INDICES DE PESSOAL
Estrutura Etária

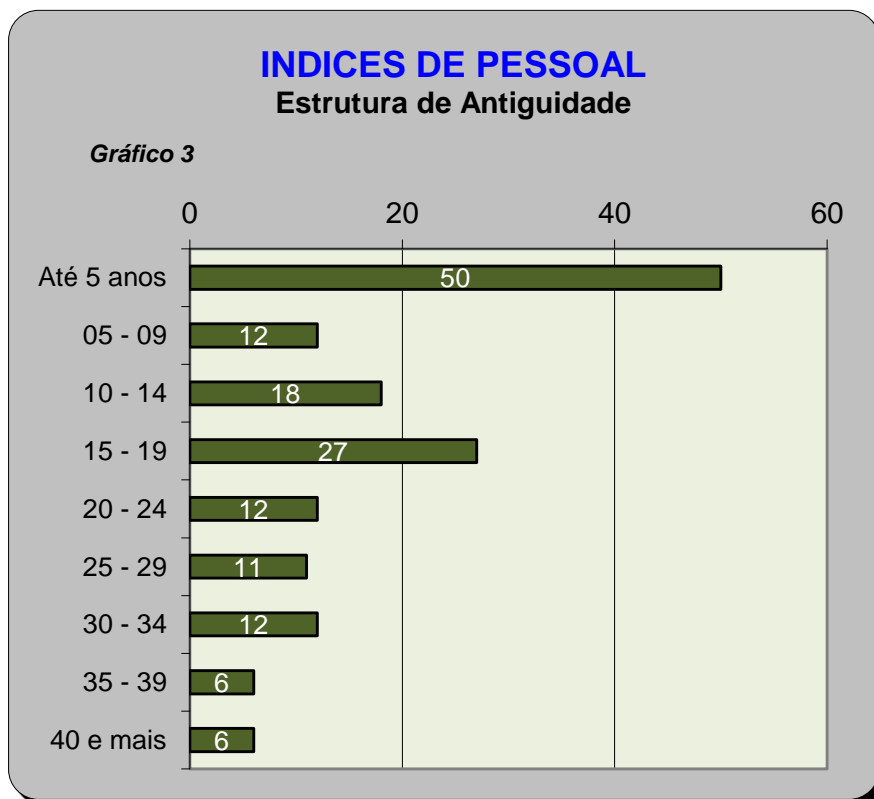
Gráfico 2



A **taxa de emprego jovem (5,2%)** verificada no grupo etário abaixo dos 25 anos, diminuiu em 1,3% face a 2012 (Gráfico 2).

A **taxa de envelhecimento (11,7%)** (idade igual ou superior a 55 anos), manteve-se estável.

BALANÇO SOCIAL 2013



Na função pública o nível médio de antiguidade é ligeiramente superior a 13 anos e meio. Aumentou um ponto e meio percentual relativamente a 2012 (anexo 1, quadro 3 e gráfico 3).

O grupo de pessoal de antiguidade até 5 anos de serviço mante-se o mais significativo (32,4%), seguido do grupo entre os 15 e 19 anos (17,5%) (Gráfico 3).

Na análise por género, a antiguidade no serviço dos trabalhadores do sexo feminino, é genericamente de 12,3 anos e dos trabalhadores do sexo masculino 13,7 anos.

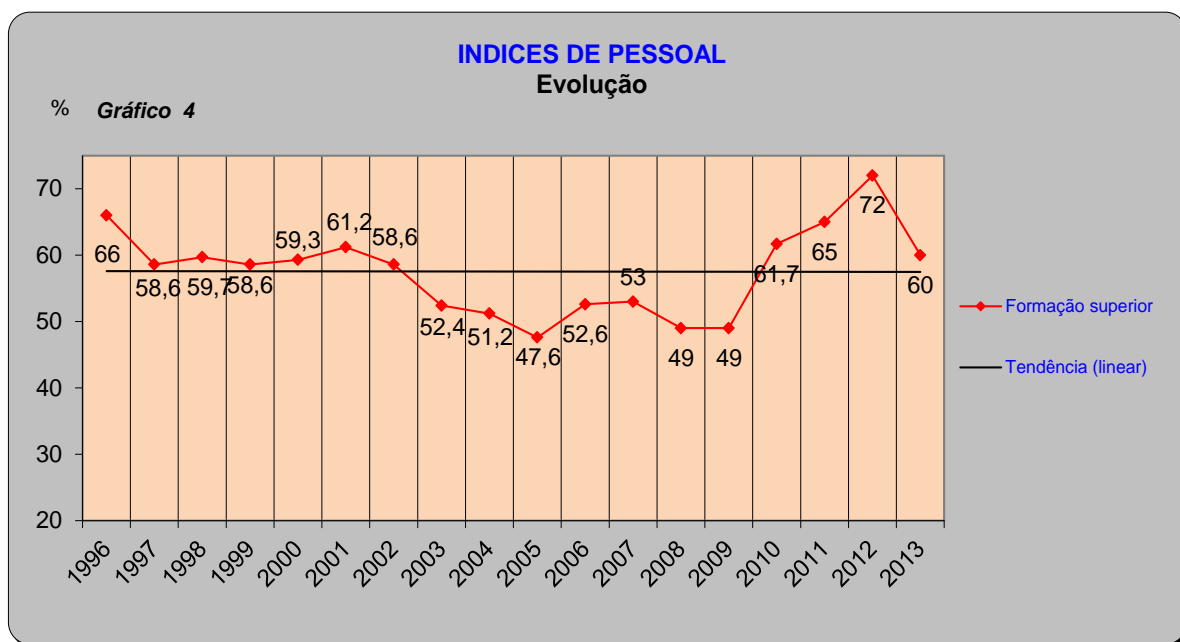
BALANÇO SOCIAL 2013

ESTRUTURA HABILITACIONAL

Em relação a 2012 o **índice de formação superior (60%)** diminuiu (-12%). A redução deste valor acompanha do mesmo modo o índice de tecnicidade (gráfico 4 e anexo 1, quadro 4). Existir uma percentagem elevada deste fator revela maior capacidade técnica e resolução de problemas de complexidade superior.

O grupo de trabalhadores com ensino até 9 anos subiu 1,3% (5,2%) e o secundário/bacharelato aumentou aproximadamente 10% (35%) (fig. 3).

Relativamente ao nível académico de formação superior a Direção-Geral detinha 8 licenciados, 8 mestres e 5 doutorados que exerciam funções de direção e/ou técnicas (fig. 3, e anexo 1, quadro 4). Houve um incremento significativo em relação a estes dois últimos graus académicos, respetivamente mais 6 e mais 2 trabalhadores.





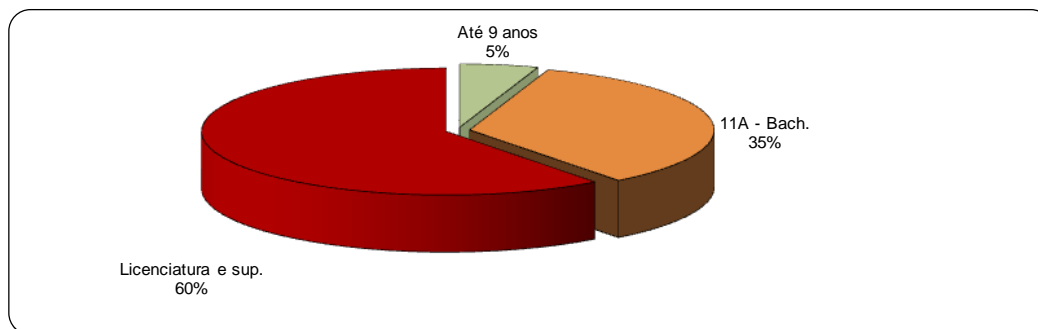
BALANÇO SOCIAL 2013

Na distribuição da estrutura habilitacional por sexo 34,4 % de recursos humanos do sexo masculino possui formação superior e 24% o ensino básico/secundário/Bach.

A taxa de formação superior no sexo feminino é de 26%. Possuem o ensino básico/secundário 15,5% de trabalhadoras.

Figura 3
Habilitações Literárias

Carreiras	Até 9 anos		11A - Bach.		Licenciatura e sup.		Total	
Dirigentes	0	0,0%	0	0,0%	11	100,0%	11	7,1%
Técnico Superior	0	0,0%	0	0,0%	37	100,0%	37	24,0%
Assistente Técnico	0	0,0%	15	88,2%	2	11,8%	17	11,0%
Assistente Operacional	5	71,4%	2	28,6%	0	0,0%	7	4,5%
Informático	0	0,0%	3	75,0%	1	25,0%	4	2,6%
Militares	3	3,8%	33	42,3%	42	53,8%	78	50,6%
Total	8	5,2%	53	34,4%	93	60,4%	154	100,0%



BALANÇO SOCIAL 2013

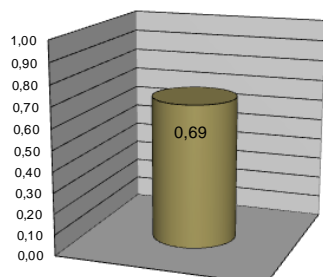
MOBILIDADE DE PESSOAL

Em 2013 a **rotatividade de efetivos** na DGPRM alcançou um índice de **0,69** (1 = nula) e a **taxa de cobertura** (avalia em que proporção a entrada de funcionários cobre a saída, refletindo o acréscimo ou diminuição do número de RH existente) de **103%** (fig. 4). Recorde-se que no ano em análise verificou-se o acréscimo de um trabalhador.

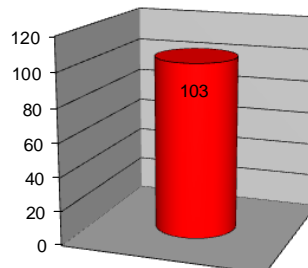
Figura 4
Movimentos
por Carreiras,
Postos
e Cargos

	Entradas/Saídas			Alterações de posição	
	Entradas	Saídas	Evol		
Director-Geral			0		
Subdirector-Geral			0		
Director de Serviços			0		
Vice-Almirante		1	-1		
Major-General			0		
Coronel/Comte. Mar-Guerra			0		1
Tenente-Coronel/Comte. Fragata		1	-1		
Major/Cap. Tenente			0		
Chefe de Divisão	2	1	1		
Capitão			0		
Tenente		9	-9		3
2º Tenente	1	6	-5		
Alferes	3	5	-2		
Aspirante		1	-1		
Técnico Superior	2	2	0		
Informático			0		
Assistente Técnico	1		1		
Assistente Operacional	2	1	1		
Sargento-Mor	1	6	-5		
Sargento-Chefe			0		
Sargento-Ajudante	1		1		
Primeiro Sargento	4	1	3		
Segundo Sargento	4		4		
Furriel	1		1		
Cabo GNR			0		
Cabo Adjunto		1	-1		
Cabo/Primeiro Cabo	8		8		
Segundo Cabo			0		
2º Marinheiro	2		2		
1º Marinheiro			0		
Soldado	4		4		
Outros			0		
Total	36	35	1	0	4

Rotatividade de Efectivos



Taxa de Cobertura Entradas/Saídas (%)





BALANÇO SOCIAL 2013

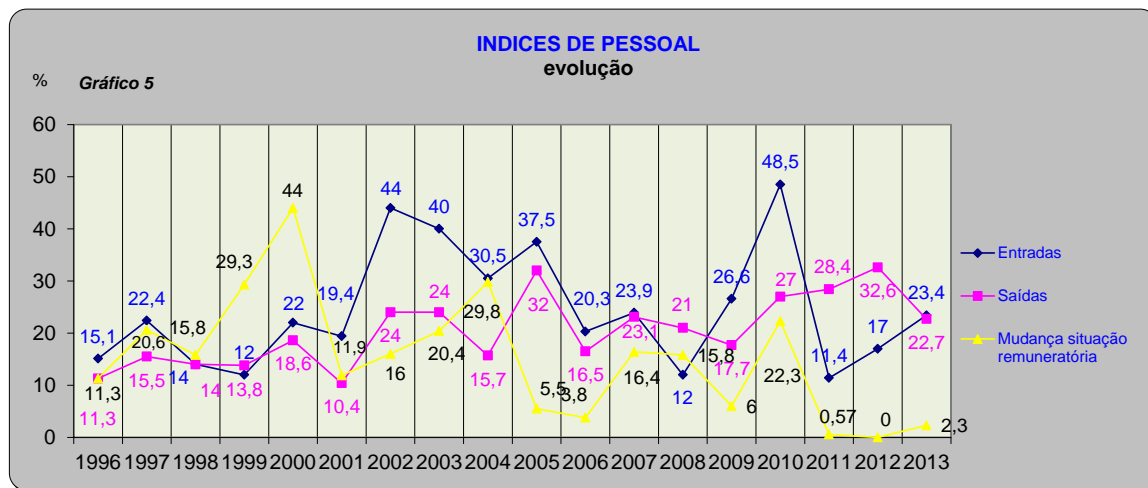
Dados retrospectivos

Rotatividade de efetivos		Taxa de cobertura	
2011	2012	2011	2012
0,64	0,61	40%	53%

Comparativamente a 2012, apurou-se aproximadamente igual mobilidade de entradas/saídas durante o ano. O **índice de entradas** foi de **23,4%** (+6,4%) e o **índice de saídas** de **22,7%** (-9,9%) (gráfico 5 e anexo 1, quadros 7, 8 e 9).

Em relação às 36 admissões, por “mobilidade interna” 5 trabalhadores, em “comissão de serviço” 2 trabalhadores e em “outras situações” 29 trabalhadores. Entraram 7 civis e 29 militares (anexo 1, quadro 7).

Considerando o motivo da saída dos 35 trabalhadores foram as seguintes as modalidades (anexo 1, quadros 8 e 9): “cessação da comissão de serviço” 1 trabalhador, “mobilidade interna” 2 trabalhadores, “cedência” 1 trabalhador e “outros motivos” 31 trabalhadores. Saíram 4 civis e 31 militares.



Em 2013 o **índice de “mudança de situação remuneratória”¹** foi de 2,3% (promoção de 4 militares) (figura 4, gráficos 5 e anexo 1, quadro 11).

¹ Inclui promoções, alteração de posicionamento remuneratório (obrigatória e gestionária) e outros.

BALANÇO SOCIAL 2013

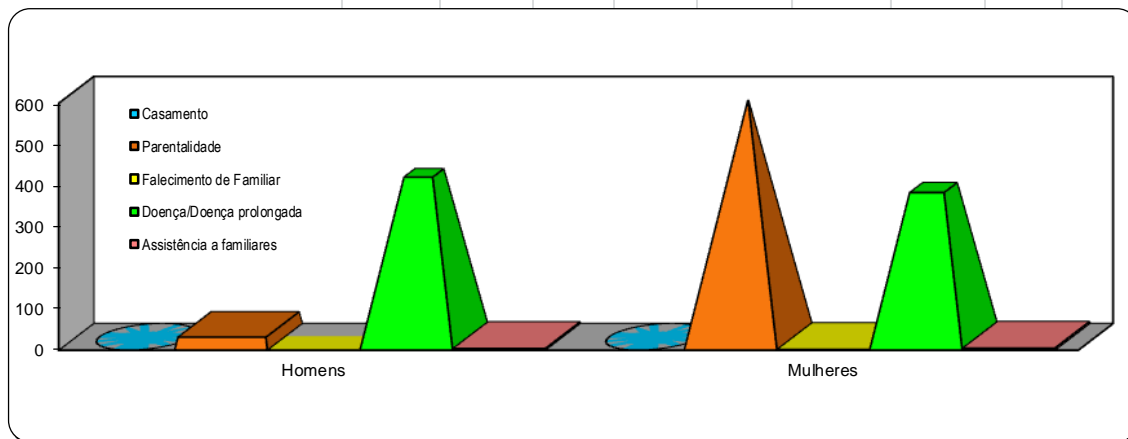
ASSIDUIDADE

A **taxa de absentismo** no serviço foi de **4,9%**, mais 1,2% do que a constatada em 2012 (fig. 5 e gráfico 6). Nos trabalhadores do sexo masculino verificou-se um absentismo de 2,9% e nas trabalhadoras do sexo feminino 7,6%. As faltas por “doença ou doença prolongada” (44,3%) e “parentalidade” (35,3%) continuam a concorrer claramente para o valor desta taxa (fig. 5 e anexo 1, quadro 15). O **índice de presença** foi de **91,5%**.

Não se verificaram faltas injustificadas nem o cumprimento de penas disciplinares.

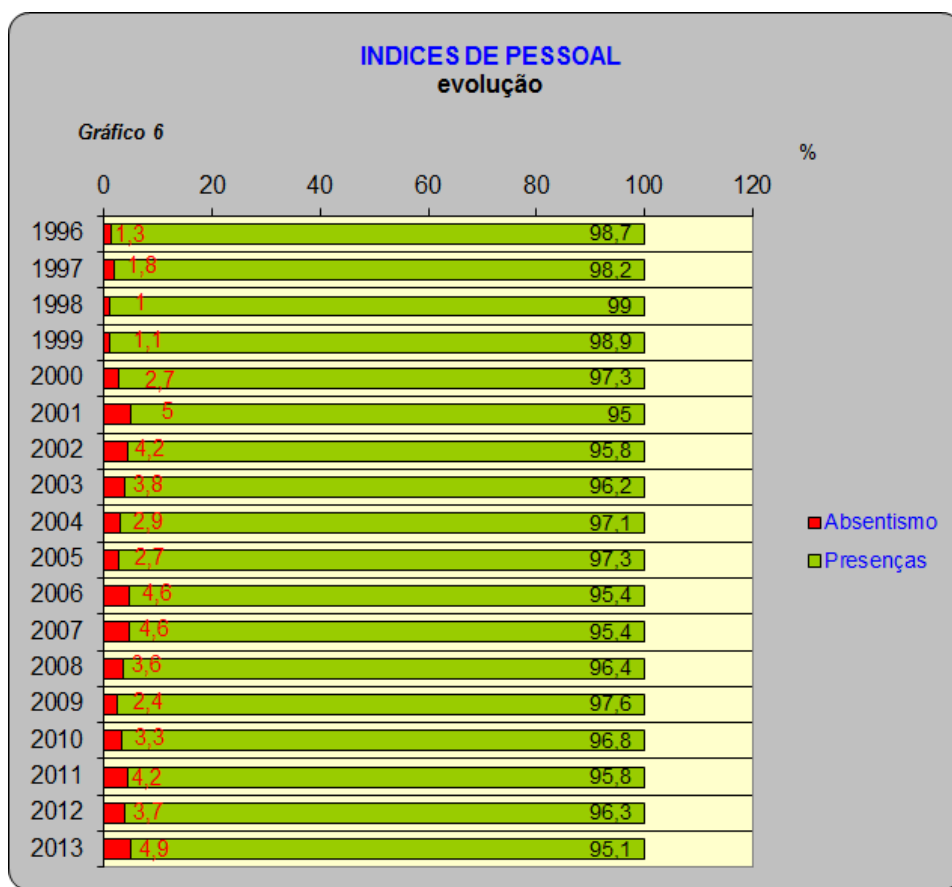
Figura 5
Assiduidade

Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Casamento	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0,0%
Parentalidade	30	5,0%	576	95,0%	606	35,3%
Falecimento de Familiar	0	0,0%	2	100,0%	2	0,1%
Doença/Doença prolongada	398	52,3%	362,5	47,7%	760,5	44,3%
Assistência a familiares	4	44,4%	5	55,6%	9	0,5%
Outras	172	51,0%	165,5	49,0%	337,5	19,7%
Total de dias de Faltas [DF]	604	35,2%	1111	64,8%	1715	100,0%
Nº Trabalhadores com faltas	111	55,2%	90	44,8%	201	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	90	58,4%	64	41,6%	154	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*229)	20.610	59,2%	14.656	42,1%	34.804	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	2,9%		7,6%		4,9%	





BALANÇO SOCIAL 2013





BALANÇO SOCIAL 2013

ENCARGOS COM PESSOAL E PRESTAÇÕES SOCIAIS

Em 2013 aumentaram globalmente os **encargos com pessoal** no valor de 315.700€ (+15,8%) (gráfico 7 e anexo 1, quadro 18).

Concorreram para este incremento as despesas com remunerações e prestações sociais. Estes encargos englobam fatores como a “remuneração base”, “suplementos remuneratórios”, “prémios de desempenho”, “prestações sociais” e “benefícios sociais”.

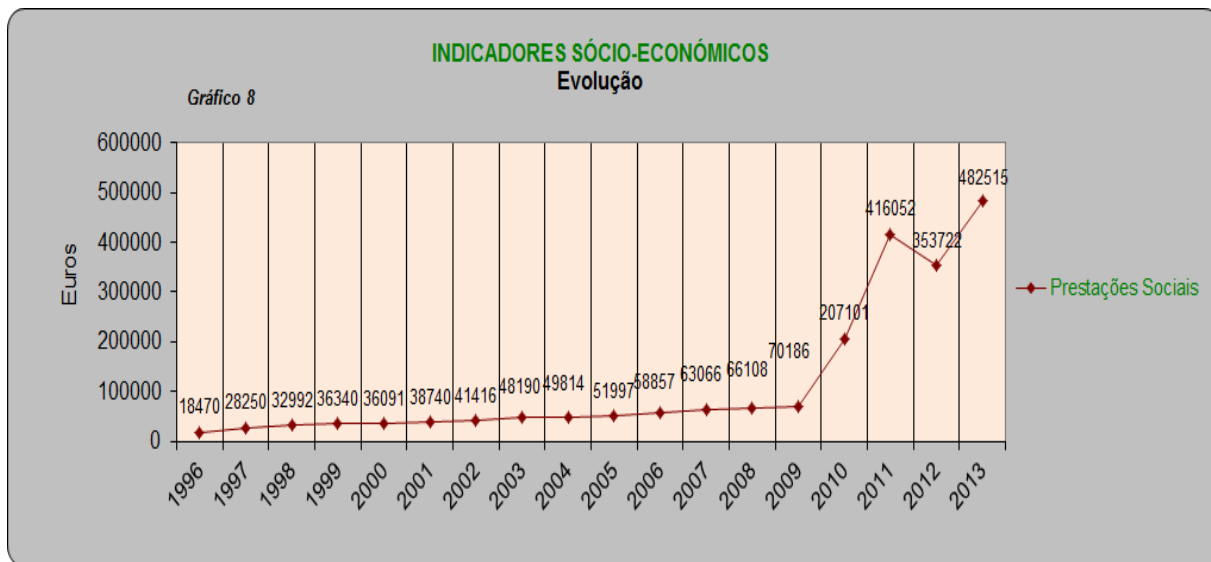


A **taxa de encargos sociais** foi de **28,7%**. Relativamente a 2012 aumentou 4% (anexo 1, quadro 18).

Dados retrospectivos

Taxa encargos sociais	
2011	2012
24,5%	24,7%

BALANÇO SOCIAL 2013



Os encargos com as **prestações sociais** sofreram um aumento de 128.793€ (+36,4%) (gráfico 8 e anexo 1, quadro 18.2), reunindo custos referentes a “subsídios no âmbito da proteção da parentalidade”, “abono de família”, “subsídio de refeição” e “outras prestações sociais”.

BALANÇO SOCIAL 2013
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

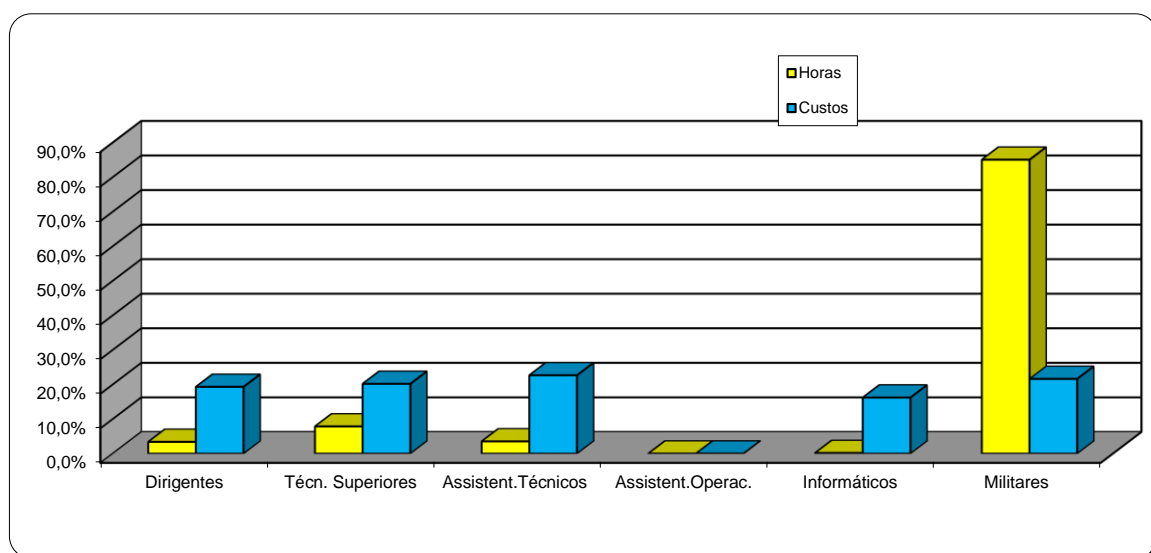
A DGPRM continuou a dar cumprimento à Resolução de Conselho de Ministros n.º 89/2010 de 17 de novembro que traça linhas orientadoras para que fosse elaborado um plano de ação para a formação profissional de trabalhadores da Administração Pública no período compreendido entre 2011 e 2013.

Em sede de QUAR, a meta da formação foi considerada critério de avaliação de desempenho do serviço, tendo que ser cumprido 1/3 de formação do universo de trabalhadores da Direção-Geral, o qual foi superado.

Diminuir as necessidades formativas do serviço e proporcionar o crescimento dos recursos humanos a nível pessoal e profissional, tem sido a política de formação desenvolvida pela Direção-Geral.

Figura 6
Formação
Profissional

Carreira	Participantes		Cursos frequentados	Horas		Custos	
Dirigentes	2	2,8%		360	3,4%	2770	19,3%
Téc. Superiores	16	22,5%		834	7,9%	2894	20,2%
Assistent. Técnicos	9	12,7%		375	3,5%	3250	22,7%
Assistent. Operac.	0	0,0%		0	0,0%	0	0,0%
Informáticos	1	1,4%		18	0,2%	2325	16,2%
Militares	43	60,6%		9030	85,1%	3100	21,6%
Total	71	100,0%	29	10.617	100,0%	14.339	100,0%



No ano de 2013 o *índice de participação* na formação foi de **46%** (-13%). Globalmente foram frequentados 29 cursos (formação externa 28; formação interna 1) (fig. 6, anexo 1, quadros 27 e 28) e 71 o nº de participantes (44 homens – 62% e 27 mulheres – 38%).



BALANÇO SOCIAL 2013

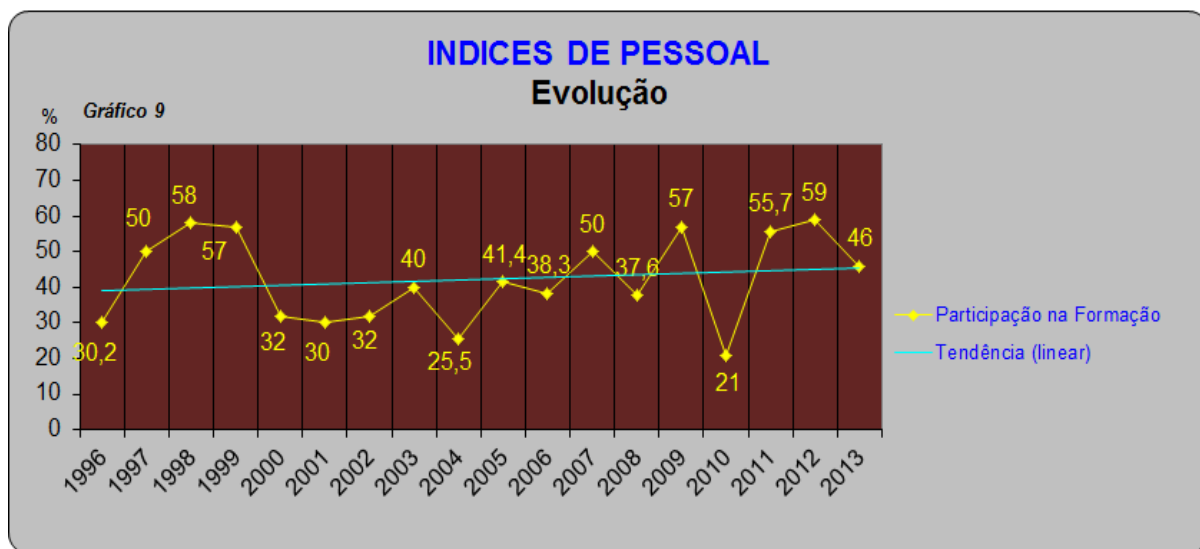
Relativamente à disposição das horas de formação pelas carreias, sobressaem primeiro os militares (85%), seguido dos técnicos-superiores (8%) e dos assistentes técnicos (3,5%) (fig. 6).

Em relação aos custos destacam-se os assistentes técnicos (22,7%), os militares (21,6%) e os técnicos superiores (20,2%) (fig. 6).

A **taxa de investimento em formação (0,62%)** no ano em observação cresceu (+0,25%).

Do mesmo modo o número absoluto de horas aumentou (+1.066 h). O encargo global com a formação aumentou significativamente (+91,7 %) (+6.861 €) (Gráfico 10).

É de referir que os custos em 2012 foram "anormalmente" baixos devido a que em 2011 muitos trabalhadores só terem frequentado por razões de oportunidade/disponibilidade cursos em 2012, cujos encargos já tinham sido contabilizados no ano anterior.





BALANÇO SOCIAL 2013



O número de ações formativas por grupos de pessoal assinalam-se da forma seguinte: primeiro, militares (43), seguido por técnicos superiores (16), assistente técnico (9), dirigentes (2) e informáticos (1) (fig.6, anexo 1, quadro 28).

BALANÇO SOCIAL 2013

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGPRM

Caracterização do perfil profissional do pessoal da DGPRM:

- Grupo de pessoal – militar (51%);
- Grupos profissionais (dominância) – militar (51,3%) e técnico superior (24%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) – técnicas (52,6%);
- Sexo – masculino (58,4%);
- Idade – média 38,8 anos
(grupo etário dominante 30 a 34 anos – 21%);



- Antiguidade na FP – 13 anos e meio (média);
- Habilitações – formação superior (60%);
- Assiduidade – 11,1 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional – 68,9 h (média horas de formação/trabalhador).



ANEXO 1

Mapas previstos no Decreto-Lei 190/96 de 9 de Outubro
(modelo da DGAEP)

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2013

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 85240000

Ministério: Defesa Nacional

Serviço / Entidade: Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

(DGPRM)

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO

(Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2013 153

Em 31 de Dezembro de 2013 154

Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2013 indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2013 na folha "Critério"

Contato(s) do(s) responsável(is) pelo preenchimento

Nome Sandra Pinto Martins

Tel: 213038646

E-mail: sandra.martins@defesa.pt

Data 29-01-2014

BALANÇO SOCIAL 2013

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LVCR		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1								1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)															1	2							1	2	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)															6	1							6	1	7
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0
Técnico Superior									12	25													12	25	37
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo									5	12													5	12	17
Assistente operacional, operário, auxiliar									4	3													4	3	7
Aprendizes e praticantes																							0	0	0
Informático									4														4	0	4
Magistrado																							0	0	0
Diplomata																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Docente Ensino Universitário																							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0
Médico																							0	0	0
Enfermeiro																							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0
Chefia Tributária																							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0
Conservador e Notário																							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0
Oficial de Justiça																							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			11								19	10											30	10	40

Forças Armadas - Sargento b)			12	3							1	1										13	4	17
Forças Armadas - Praça b)			6								8	7										14	7	21
Polícia Judiciária																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombelro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total	0	0	29	3	0	0	0	0	25	40	28	18	0	0	8	3	0	0	0	0	0	90	64	154

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																		1									1	0	1	
Dirigente superior de 2º grau a)																											0	0	0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)													1						1		1						1	2	3	
Dirigente intermédio de 2º grau a)										3		1		2			1										6	1	7	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0	0	0	
Técnico Superior								2	3	1	11	3	3	3	4	1	1	2	3								12	25	37	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo								1	2	2	4	1	1		2	1	1		2								5	12	17	
Assistente operacional, operário, auxiliar								1			1	2								1	1		1				4	3	7	
Aprendizes e praticantes																												0	0	0
Informático										2				1				1										4	0	4
Magistrado																												0	0	0
Diplomata																												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																												0	0	0
Pessoal de Inspeção																												0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																												0	0	0
Docente Ensino Universitário																												0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																												0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0	0	0
Médico																												0	0	0
Enfermeiro																												0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0	0	0
Técnico Superior de Saúde																												0	0	0
Chefia Tributária																												0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																												0	0	0
Pessoal Aduaneiro																												0	0	0
Conservador e Notário																												0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																												0	0	0
Oficial de Justiça																												0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)						11	5	8	5					1		6		2			2						30	10	40	
Forças Armadas - Sargento b)						2	1	5	2		1	1				5												13	4	17
Forças Armadas - Praça b)						4	4	6	3	3						1												14	7	21
Polícia Judiciária																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0	0	0

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0		
Dirigente superior de 1º grau a)																1					1		
Dirigente superior de 2º grau a)																					0		
Dirigente intermédio de 1º grau a)											1			1					1	1	2	3	
Dirigente intermédio de 2º grau a)	1				2		2				1	1								6	1	7	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																					0	0	
Técnico Superior		3	1	6	2	3	3	6	3	2	3	2		1					2	12	25	37	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		1			1	4	2	3	2			1		1		1			1	5	12	17	
Assistente operacional, operário, auxiliar					1		1	2	1	1							1			4	3	7	
Aprendizes e praticantes																					0	0	
Informático							2		1					1						4	0	4	
Magistrado																					0	0	
Diplomata																					0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																					0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																					0	0	
Pessoal de Inspeção																					0	0	
Pessoal de Investigação Científica																					0	0	
Docente Ensino Universitário																					0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico																					0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																					0	0	
Médico																					0	0	
Enfermeiro																					0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																					0	0	
Técnico Superior de Saúde																					0	0	
Chefia Tributária																					0	0	
Pessoal de Administração Tributária																					0	0	
Pessoal Aduaneiro																					0	0	
Conservador e Notário																					0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																					0	0	
Oficial de Justiça																					0	0	
Forças Armadas - Oficial b)	18	9	1	1			2		1				3		4		1			30	10	40	
Forças Armadas - Sargento b)	1	2	1		2	1	3			1	2			4							13	4	17
Forças Armadas - Praça b)	9	6	1	1	2		1						1								14	7	21
Polícia Judiciária																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																					0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																					0	0	0
Guarda Prisional																					0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																					0	0	0
Bombeiro																					0	0	0
Polícia Municipal																					0	0	0
Total	29	21	4	8	10	8	16	11	8	4	7	4	9	3	5	1	2	4	90	64	154		

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0
Dirigente superior de 1º grau a)																1						1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																						0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																	2			1		1	2	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)																5	1	1				6	1	7
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																						0	0	0
Técnico Superior																10	23	1	2	1		12	25	37
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo											4	11						1	1			5	12	17
Assistente operacional, operário, auxiliar			1	2	1		1				1	1										4	3	7
Aprendizes e praticantes																						0	0	0
Informático											3					1						4	0	4
Magistrado																						0	0	0
Diplomata																						0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																						0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																						0	0	0
Pessoal de Inspeção																						0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																						0	0	0
Docente Ensino Universitário																						0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																						0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																						0	0	0
Médico																						0	0	0
Enfermeiro																						0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																						0	0	0
Técnico Superior de Saúde																						0	0	0
Chefia Tributária																						0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																						0	0	0
Pessoal Aduaneiro																						0	0	0
Conservador e Notário																						0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																						0	0	0
Oficial de Justiça																						0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																25	10	2		3		30	10	40
Forças Armadas - Sargento b)											13	4										13	4	17
Forças Armadas - Praça b)							2	1	1		10	5			1	1						14	7	21
Polícia Judiciária																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total	0	0	1	2	1	0	3	1	1	0	31	21	0	0	43	37	5	3	5	0	90	64	154	

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Tarefa																							0
Avença																						0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:

- a) Totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
- b) Considerar as cargas abrangidas pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro).
- c) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea).
- d) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a nacionalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 2

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informação Estratégica de Defesa);

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																										0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0	0	0
Técnico Superior														2		1		1									2	2	4
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																1											0	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar																											0	0	0
Aprendizes e praticantes																											0	0	0
Informático																	1										1	0	1
Magistrado																											0	0	0
Diplomata																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Docente Ensino Universitário																											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0	0	0
Médico																											0	0	0
Enfermeiro																											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0	0	0
Técnico Superior de Saúde																											0	0	0
Chefia Tributária																											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0	0
Pessoal Aduaneiro																											0	0	0
Conservador e Notário																											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0	0	0
Oficial de Justiça																											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																											0	0	0
Polícia Judiciária																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																											0	0	0
Guarda Prisional																											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																											0	0	0
Bombeiro																											0	0	0
Polícia Municipal																											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	3	3	6	

Prestações de Serviços	menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Tarefa																											0	0	0	
Avença																												0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade Interna		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)															0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)															0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)									2						2	0	2
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior					1	1									1	1	2
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					1	1									1	1	2
Assistente operacional, operário, auxiliar					1										1	0	1
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático															0	0	0
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do ANE - administrativo															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do ANE - operacional															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)														5	5	0	5
Forças Armadas - Sargento b)														7	3	7	10
Forças Armadas - Praça b)														10	4	10	14
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	0	0	0	0	3	2	0	0	2	0	0	0	0	22	7	27	36

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:
 Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;
 *Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulso		Mobilidade interna		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																								0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																								0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																								0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																								0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																			1					1	0	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																								0	0	0
Técnico Superior															1	1								1	1	2
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																								0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																		1						1	0	1
Aprendizes e praticantes																								0	0	0
Informático																								0	0	0
Magistrado																								0	0	0
Diplomata																								0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																								0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																								0	0	0
Pessoal de Inspeção																								0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																								0	0	0
Docente Ensino Universitário																								0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																								0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																								0	0	0
Médico																								0	0	0
Enfermeiro																								0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																								0	0	0
Técnico Superior de Saúde																								0	0	0
Chefia Tributária																								0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																								0	0	0
Pessoal Aduaneiro																								0	0	0
Conservador e Notário																								0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																								0	0	0
Oficial de Justiça																								0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																						2		2	0	2
Forças Armadas - Sargento b)																						7		7	0	7
Forças Armadas - Praça b)																								0	0	0
Polícia Judiciária																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																								0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																								0	0	0
Guarda Prisional																								0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																								0	0	0
Bombeiro																								0	0	0
Polícia Municipal																								0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	9	0	12	1	13	

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 10º do LVCR e em Comissão de Serviço;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade interna		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F						
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																														0	0	0		
Dirigente superior de 1º grau a)																														0	0	0		
Dirigente superior de 2º grau a)																														0	0	0		
Dirigente intermédio de 1º grau a)																														0	0	0		
Dirigente intermédio de 2º grau a)																														0	0	0		
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																														0	0	0		
Técnico Superior																														0	0	0		
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																														0	0	0		
Assistente operacional, operário, auxiliar																														0	0	0		
Aprendizes e praticantes																														0	0	0		
Informático																														0	0	0		
Magistrado																														0	0	0		
Diplomata																														0	0	0		
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																														0	0	0		
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																														0	0	0		
Pessoal de Inspeção																														0	0	0		
Pessoal de Investigação Científica																														0	0	0		
Docente Ensino Universitário																														0	0	0		
Docente Ensino Superior Politécnico																														0	0	0		
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																														0	0	0		
Médico																														0	0	0		
Enfermeiro																														0	0	0		
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																														0	0	0		
Técnico Superior de Saúde																														0	0	0		
Chefia Tributária																														0	0	0		
Pessoal de Administração Tributária																														0	0	0		
Pessoal Aduaneiro																														0	0	0		
Conservador e Notário																														0	0	0		
Oficial dos Registos e do Notariado																														0	0	0		
Oficial de Justiça																														0	0	0		
Forças Armadas - Oficial b)																														11	10	11	10	21
Forças Armadas - Sargento b)																														0	0	0		
Forças Armadas - Praça b)																														1	1	0	1	
Polícia Judiciária																														0	0	0		
Polícia de Segurança Pública - Oficial																														0	0	0		
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																														0	0	0		
Polícia de Segurança Pública - Agente																														0	0	0		
Guarda Nacional Republicana - Oficial																														0	0	0		
Guarda Nacional Republicana - Sargento																														0	0	0		
Guarda Nacional Republicana - Guarda																														0	0	0		
Serviço Estrangeiros Fronteiras																														0	0	0		
Guarda Prisional																														0	0	0		
Outro Pessoal de Segurança c)																														0	0	0		
Bombeiro																														0	0	0		

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior						0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						0
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	0	0	0	0	0	0

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos												0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)												0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)												0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)												0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)												0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)												0	0	0
Técnico Superior												0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo										1		1	0	1
Assistente operacional, operário, auxiliar												0	0	0
Aprendizes e praticantes												0	0	0
Informático												0	0	0
Magistrado												0	0	0
Diplomata												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional												0	0	0
Pessoal de Inspeção												0	0	0
Pessoal de Investigação Científica												0	0	0
Docente Ensino Universitário												0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico												0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário												0	0	0
Médico												0	0	0
Enfermeiro												0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica												0	0	0
Técnico Superior de Saúde												0	0	0
Chefia Tributária												0	0	0
Pessoal de Administração Tributária												0	0	0
Pessoal Aduaneiro												0	0	0
Conservador e Notário												0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado												0	0	0
Oficial de Justiça												0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)	1		3									1	3	4
Forças Armadas - Sargento b)												0	0	0
Forças Armadas - Praça b)												0	0	0
Polícia Judiciária												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda												0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras												0	0	0
Guarda Prisional												0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)												0	0	0
Bombeiro												0	0	0
Polícia Municipal												0	0	0
Total	1	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	3	5

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 46º, 47º e 48º da Lei 12-A/2008;

(3) - Artigo 64º da Lei 12-A/2008;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfogado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico		Itens de horário		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)													1		1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)													1	2	1	2	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)													6	1	6	1	7
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior			9	16			3	9							12	25	37
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			4	9	1	1	2								5	12	17
Assistente operacional, operário, auxiliar			4				3								4	3	7
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático			4												4	0	4
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			30	10											30	10	40
Forças Armadas - Sargento b)			13	4											13	4	17
Forças Armadas - Praça b)			14	7											14	7	21
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	0	0	78	46	0	1	4	14	0	0	0	0	8	3	90	64	154

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não são iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo																		PNT inferior ao praticado a tempo completo					TOTAL		
	células abertas para indicar nº horas/semana																		Tempo parcial ou outro regime especial (*)	Tempo parcial ou outro regime especial (*)	Tempo parcial ou outro regime especial (*)	Tempo parcial ou outro regime especial (*)	Tempo parcial ou outro regime especial (*)	M	F	Total
	35 horas						40 horas						42 horas						células abertas para indicar nº horas/semana							
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F									
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																				0	0	0				
Dirigente superior de 1º grau a)	1																			1	0	1				
Dirigente superior de 2º grau a)																				0	0	0				
Dirigente Intermédio de 1º grau a)	1	2																		1	2	3				
Dirigente Intermédio de 2º grau a)	6	1																		6	1	7				
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)																				0	0	0				
Técnico Superior	9	16			3	9														12	25	37				
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	4	10			1	2														5	12	17				
Assistente operacional, operário, auxiliar	4					3														4	3	7				
Aprendizes e praticantes																				0	0	0				
Informático	4																			4	0	4				
Magistrado																				0	0	0				
Diplomata																				0	0	0				
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																				0	0	0				
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																				0	0	0				
Pessoal de Inspeção																				0	0	0				
Pessoal de Investigação Científica																				0	0	0				
Docente Ensino Universitário																				0	0	0				
Docente Ensino Superior Politécnico																				0	0	0				
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																				0	0	0				
Médico																				0	0	0				
Enfermeiro																				0	0	0				
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																				0	0	0				
Técnico Superior de Saúde																				0	0	0				
Chefe Tributária																				0	0	0				
Pessoal de Administração Tributária																				0	0	0				
Pessoal Aduaneiro																				0	0	0				
Conservador e Notário																				0	0	0				
Oficial dos Registos e do Notariado																				0	0	0				
Oficial de Justiça																				0	0	0				
Forças Armadas - Oficial b)	30	10																		30	10	40				
Forças Armadas - Sargento b)	13	4																		13	4	17				
Forças Armadas - Praça b)	14	7																		14	7	21				
Polícia Judiciária																				0	0	0				
Polícia de Segurança Pública - Oficial																				0	0	0				
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																				0	0	0				
Polícia de Segurança Pública - Agente																				0	0	0				
Guarda Nacional Republicana - Oficial																				0	0	0				
Guarda Nacional Republicana - Sargento																				0	0	0				
Guarda Nacional Republicana - Guarda																				0	0	0				
Serviço Estrangeiro Fronteiras																				0	0	0				
Guarda Prisional																				0	0	0				
Outro Pessoal de Segurança c)																				0	0	0				
Bombeiro																				0	0	0				
Polícia Municipal																				0	0	0				
Total	86	50			4	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	90	64	154				

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam:

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial (artº 142º da Lei nº 59/2008) ou regime especial (art.º 12º do DL nº259/98) ou outro regime; indicar o número de horas de trabalho semanal, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho extraordinário nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos												0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)												0:00	0:00	0:00
Técnico Superior												0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		197:00										0:00	197:00	197:00
Assistente operacional, operário, auxiliar	2091:00				451:30							2542:30	0:00	2542:30
Aprendizes e praticantes												0:00	0:00	0:00
Informático					6:30							6:30	0:00	6:30
Magistrado												0:00	0:00	0:00
Diplomata												0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo												0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica												0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário												0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico												0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário												0:00	0:00	0:00
Médico												0:00	0:00	0:00
Enfermeiro												0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica												0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde												0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro												0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário												0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado												0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)												0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda												0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras												0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional												0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)												0:00	0:00	0:00
Bombeiro												0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal												0:00	0:00	0:00
Total	2091:00	197:00	0:00	0:00	458:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	2549:00	197:00	2746:00

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho extraordinário diurno e nocturno só contempla o trabalho extraordinário efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno extraordinário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		197:00			0:00	197:00	197:00
Assistente operacional, operário, auxiliar	2091:00		451:30		2542:30	0:00	2542:30
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático	6:30				6:30	0:00	6:30
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00

Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	2097:30	197:00	451:30	0:00	2549:00	197:00	2746:00

NOTAS:
Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho nocturno extraordinário" neste quadro deve-se considerar o trabalho extraordinário efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Níveis de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL					
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F						
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																												0,0	0,0	0,0				
Dirigente superior de 1º grau a)																											1,5	1,5	0,0	1,5				
Dirigente superior de 2º grau a)																												0,0	0,0	0,0				
Dirigente intermédio de 1º grau a)																												3,0	0,0	3,0	3,0			
Dirigente intermédio de 2º grau a)																												9,0	1,5	9,0	1,5	10,5		
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)								2,0																				1,5	0,0	3,5	3,5			
Técnico Superior				330,0				335,0	109,5											1,0								21,5	38,5	357,5	478,0	835,5		
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo									37,0			4,0	3,0	49,0	28,0													7,5	17,5	60,5	87,5	148,0		
Assistente operacional, operário, auxiliar								5,0	41,0																			6,0	4,5	11,0	45,5	56,5		
Aprendizes e praticantes																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Informático																													6,0	6,0	0,0	6,0		
Magistrado																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Diplomata																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Pessoal de Inspeção																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Pessoal de Investigação Científica																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Docente Ensino Universitário																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Docente Ensino Superior Politécnico																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Médico																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Esfermeiro																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Técnico Superior de Saúde																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Chefia Tributária																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Pessoal de Administração Tributária																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Pessoal Aduaneiro																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Conservador e Notário																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Oficial dos Registos e do Notariado																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Oficial de Justiça																													0,0	0,0	0,0	0,0		
Forças Armadas - Oficial b)			30,0	246,0			16,0	175,0					2,0																43,5	15,0	89,5	438,0	527,5	
Forças Armadas - Sargento b)							42,0																							13,5	1,5	55,5	1,5	57,0
Forças Armadas - Praça b)														45,0																13,5	7,5	13,5	52,5	66,0
Polícia Judiciária																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Polícia de Segurança Pública - Agente																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Guarda Prisional																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Outro Pessoal de Segurança c)																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Bombeiro																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Polícia Municipal																														0,0	0,0	0,0	0,0	
Total	0,0	0,0	30,0	576,0	0,0	2,0	398,0	362,5	0,0	0,0	4,0	5,0	49,0	73,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	2,0	0,0	0,0	122,0	90,5	604,0	1.111,0	1.715,0			

NOTAS:

Considerar o total de dias completos de ausência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	2	35:00	
40 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	2	35:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível!](#)

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	1	35:00	
40 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	1	35:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível!](#)

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível!](#)

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível!](#)

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

[Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível!](#)

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N° de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	1	3	4
501-1000 €	8	7	15
1001-1250 €	4	10	14
1251-1500 €	2	1	3
1501-1750 €	10	8	18
1751-2000€		1	1
2001-2250 €			0
2251-2500 €	9	5	14
2501-2750 €	2	2	4
2751-3000 €			0
3001-3250 €	1		1
3251-3500 €	1		1
3501-3750 €			0
3751-4000 €	1		1
4001-4250 €			0
4251-4500 €			0
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
Total	39	37	76

NOTAS:

- Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	485,00 €	485,00 €
Máxima (€)	3.828,04 €	2.735,71 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	1.681.292,32 €
Suplementos remuneratórios	145.027,70 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	482.515,90 €
Benefícios sociais	2.932,32 €
Outros encargos com pessoal	
Total	2.311.768,24 €

Nota:

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	8.919,59 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	101.817,10 €
Representação	34.291,01 €
Secretariado	
Outros suplementos remuneratórios	
Total	145.027,70 €

Nota:

(*) - se não incluído em trabalho extraordinário (diurno e nocturno).

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	6.370,39 €
Abono de família	1.552,35 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	73.913,70 €
Outras prestações sociais (incluindo Pensões)	400.679,46 €
Total	482.515,90 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	2.932,32 €
Total	2.932,32 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho					In itinere						
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	0						0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	
- parcial	
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	0

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	0	0,00 €
Exames de admissão		
Exames periódicos		
Exames ocasionais e complementares		
Exames de cessação de funções		
Despesas com a medicina no trabalho		
Visitas aos postos de trabalho		

Nota:

Incluir nas despesas com medicina no trabalho as relativas a medicamentos e vencimentos de pessoal afecto.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	
Visitas aos locais de trabalho	
Outras	

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de duração do trabalho	
Mobilidade interna	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	
Equipamento de protecção (b)	
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

Nota:

- (a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho
- (b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos
- (c) Encargos na formação, informação e consulta
- (d) Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos factores de risco.

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas				1	1
Externas	13	6	7	2	28
Total	13	6	7	3	29

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- **acção interna**, organizada pela entidade;
- **acção externa**, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)			0	
Dirigente superior de 2º grau a)			0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)			0	
Dirigente intermédio de 2º grau a)		2	2	2
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior		16	16	16
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		9	9	9
Assistente operacional, operário, auxiliar			0	
Aprendizes e praticantes			0	
Informático		1	1	1
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	

Forças Armadas - Oficial b)	1		1	20
Forças Armadas - Sargento b)			0	9
Forças Armadas - Praça b)			0	14
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	1	28	29	71

Totais devem ser iguais aos do Q. 27

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dispendidas	Horas	Horas dispendidas em acções internas	Horas dispendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)				0:00
Dirigente superior de 2º grau a)				0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)				0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)			360:00	360:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)				0:00
Técnico Superior			834:00	834:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			375:00	375:00
Assistente operacional, operário, auxiliar				0:00
Aprendizes e praticantes				0:00
Informático			18:00	18:00
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional				0:00
Pessoal de Inspeção				0:00

Pessoal de Investigação Científica			0:00
Docente Ensino Universitário			0:00
Docente Ensino Superior Politécnico			0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)	4200:00		4200:00
Forças Armadas - Sargento b)	1890:00		1890:00
Forças Armadas - Praça b)	2940:00		2940:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

Notas:

Considerar as horas dispendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	3.099,60 €
Despesa com acções externas	11.238,10 €
Total	14.337,70 €

Notas:

Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	2
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas



ANEXO 2

Índices de Pessoal



BALANÇO SOCIAL 2013

INDICES DE PESSOAL UTILIZADOS NO BALANÇO SOCIAL DA DGPRM

índice de enquadramento (pessoal dirigente / total de efectivos x 100)

taxa de feminização (Nº de efectivos do sexo feminino / total de efectivos x 100)

índice de tecnicidade - sentido lato (grupo de pessoal técnico superior + técnico + técnico profissionais + informáticos + militares equiparados / efectivos globais, x 100)

taxa de emprego jovem (total efectivos < 25 anos / efectivos globais, x 100)

taxa de envelhecimento (total efectivos => 55 anos / efectivos globais, x 100)

índice de formação superior (curso sup. + bachar. + lic. / total de efectivos x 100)

índice de entradas (Nº de entradas / total de efectivos x 100)

índice de saídas (Nº de saídas / total de efectivos x 100)

índice de rotatividade ou "turn-over" – a rotação máxima de efectivos equivale ao índice 0 e a rotação nula ao índice 1 (efectivo final a 31 Dez / efectivo inicial a 1 Jan + entradas + saídas)

taxa de cobertura – compensação entradas/saídas (total de admissões / total de saídas, x 100)

índice de promoção/progressão (promoções + progressões / total de efectivos, x 100)

taxa de absentismo (total dias de ausência / 223 dias úteis x efectivos, x 100)

índice de presença (Nº de dias trabalhados*/224 dias úteis x efectivos, x 100)

* Dias trabalhados = dias de trabalho ou trabalháveis x efectivos – ausências (acidentes de trabalho + por conta do período de férias + greve + actividade sindical)

taxa de encargos sociais (total encargos com prestações sociais / total encargo remuneração base, x 100)

índice de participação na formação interna/externa (Nº de participantes em acções / total de efectivos, x 100)

taxa de investimento na formação (total despesa em formação / total encargos com pessoal, x 100)

Fonte: DGAEP

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
Av. Ilha da Madeira, 1 - 4º piso
1400-204 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 300 41 00, +351 21 302 72 00 FAX + 351 21 301 30 37
EMAIL dgprm.geral@defesa.pt URL: <http://www.mdn.gov.pt>



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Entidade: 1300 (DGPRM)

Exercício: 2013

Período da Gerência: 01-01-2013 a 31-12-2013

Divisão: Todas

Unidade monetária: EURO

Classificação Orgânica	Classificação Funcional	Fonte Financiamento	Actividade	Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos assumidos	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas
				Código	Descrição				Ano	Anos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7)-(8)-(12)	(15)=(9)-(12)	(16)=(12)/(7)x100
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.03	P. Quadros-Regi	1.295.173,00	32.379,00	1.250.543,03	1.250.543,03		1.250.543,03	12.250,97	12.250,97		96,55
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.09	P.qq Outra situ	225.000,00	5.750,00	187.944,23	187.944,23		187.944,23	31.305,77	31.305,77		83,53
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.10	Gratificações	1.400,00	35,00					1.365,00	1.365,00		
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.11	Representação	40.572,00	1.014,00	34.291,01	34.291,01		34.291,01	5.266,99	5.266,99		84,52
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.12	Suplementos pré	29.272,00	732,00	19.135,13	19.135,13		19.135,13	9.404,87	9.404,87		65,37
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.13	Subsídio de ref	86.187,00	2.155,00	73.913,70	73.913,70		73.913,70	10.118,30	10.118,30		85,76
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.14	Sub-férias e Na	261.332,00	3.887,00	242.805,06	242.805,06		242.805,06	14.639,94	14.639,94		92,91
01.04.01	121	1.1.1	256	01.02.02	Horas extraordi	16.221,00		8.919,59	8.919,59		8.919,59	7.301,41	7.301,41		54,99
01.04.01	121	1.1.1	256	01.02.04	Ajudas de custo	29.353,00		15.430,15	15.430,15		15.430,15	13.922,85	13.922,85		52,57
01.04.01	121	1.1.1	256	01.02.14	Out abonos num/	12.000,00		7.873,27	7.873,27		7.873,27	4.126,73	4.126,73		65,61
01.04.01	121	1.1.1	256	01.03.01.A0.00	Cont Ent Patron ADSE	31.078,00		29.590,02	29.590,02		29.590,02	1.487,98	1.487,98		95,21
01.04.01	121	1.1.1	256	01.03.03	S familiar cria	2.000,00		1.552,35	1.552,35		1.552,35	447,65	447,65		77,62
01.04.01	121	1.1.1	256	01.03.05.A0.A0	Contrib Seg Soc-CGA	235.983,00		232.253,26	232.253,26		232.253,26	3.729,74	3.729,74		98,42
01.04.01	121	1.1.1	256	01.03.05.A0.B0	ContribSegSoc-SegSoc	142.815,00		138.836,18	138.836,18		138.836,18	3.978,82	3.978,82		97,21
01.04.01	121	1.1.1	256	01.03.10.P0.00	Parentalidade	7.600,00		6.370,39	6.370,39		6.370,39	1.229,61	1.229,61		83,82
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.02	Comb lubrifican	20.000,00	4.000,00	12.423,74	12.423,74		12.423,74	3.576,26	3.576,26		62,12
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.08	Material escrit	8.000,00	1.600,00	3.132,95	3.132,95		3.132,95	3.267,05	3.267,05		39,16
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.15	Prémios cond of	10.000,00		8.606,81	8.606,81		8.606,81	1.393,19	1.393,19		86,07
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.18	Livros e doc té	9.000,00		8.929,80	8.929,80		8.929,80	70,20	70,20		99,22
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.21	Outros bens	11.000,00	4.400,00	1.097,83	1.097,83		1.097,83	5.502,17	5.502,17		9,98
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.02	Limpeza e higie	12.000,00	1.200,00	10.072,41	10.072,41		10.072,41	727,59	727,59		83,94
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.03	Conservação bens	4.073,00	500,00	3.425,63	3.425,63		3.425,63	147,37	147,37		84,11
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.06	Locação mat tra	15.000,00		3.752,80	3.752,80		3.752,80	11.247,20	11.247,20		25,02
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	3.000,00	300,00	1.186,89	1.186,89		1.186,89	1.513,11	1.513,11		39,56
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.C0.00	Comun fixas de voz	15.550,00	1.555,00	8.751,10	8.751,10		8.751,10	5.243,90	5.243,90		56,28
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	3.000,00	300,00	1.238,16	1.238,16		1.238,16	1.461,84	1.461,84		41,27
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicaç	11.000,00	1.100,00	800,00	800,00		800,00	9.100,00	9.100,00		7,27
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.11	Representaç ser	3.000,00		316,00	316,00		316,00	2.684,00	2.684,00		10,53
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	1.000,00		820,91	820,91		820,91	179,09	179,09		82,09
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.13	Deslocações est	34.559,00	10.368,00	23.191,30	23.191,30		23.191,30	999,70	999,70		67,11
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	20.000,00		11.238,10	11.238,10		11.238,10	8.761,90	8.761,90		56,19
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.19.C0.00	Assist. Técn - Outro	20.000,00		11.739,84	11.739,84		11.739,84	8.260,16	8.260,16		58,70
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.20.C0.00	Outros	28.000,00	9.800,00	15.724,82	15.724,82		15.724,82	2.475,18	2.475,18		56,16
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.25	Outros serviços	20.000,00	7.000,00	12.598,21	12.598,21		12.598,21	401,79	401,79		62,99
01.04.01	121	1.1.1	256	04.09.03	Rest mundo-P t	13.000,00		12.963,65	12.963,65		12.963,65	36,35	36,35		99,72
01.04.01	121	1.1.1	256	07.01.07.A0.B0	Equip infor-Outros	10.000,00		6.311,74	6.311,74		6.311,74	3.688,26	3.688,26		63,12
01.04.01	121	1.1.1	256	07.01.08.A0.B0	Softwar infor-Outros	3.200,00		2.275,79	2.275,79		2.275,79	924,21	924,21		71,12
01.04.01	121	1.1.1	256	07.01.09.A0.B0	Equip admin-Outros	6.600,00		4.729,71	4.729,71		4.729,71	1.870,29	1.870,29		71,66
Total.....						2.696.968,00	88.075,00	2.414.785,56	2.414.785,56	0,00	2.414.785,56	194.107,44	194.107,44	0,00	89,54

Lisboa, 05 de março de 2014



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Entidade: 1300 (DGPRM - DSSAC)

Exercício: 2013

Período da Gerência: 01-01-2013 a 31-12-2013

Divisão: Todas

Unidade monetária: EURO

Classificação Orgânica (1)	Classificação Funcional (2)	Fonte Financiamento (3)	Actividade (4)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (7)	Cativos ou Congelamentos (8)	Compromissos assumidos (9)	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (16)=(12)/(7)x100
				Código (5)	Descrição (6)				Ano (10)	Anos anteriores (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	
01.04.02	121	1.1.1	256	01.02.04	Ajudas de custo	1.000,00		828,94	828,94		828,94	171,06	171,06		82,89
01.04.02	121	1.1.1	256	02.01.04	Limpeza e higie	2.500,00		2.066,57	2.066,57		2.066,57	433,43	433,43		82,66
01.04.02	121	1.1.1	256	02.01.08	Material escrit	4.500,00	900,00	3.576,48	3.576,48		3.576,48	23,52	23,52		79,48
01.04.02	121	1.1.1	256	02.01.15	Prémios cond of	1.000,00		218,95	218,95		218,95	781,05	781,05		21,90
01.04.02	121	1.1.1	256	02.01.21	Outros bens	4.500,00	1.800,00	1.568,45	1.568,45		1.568,45	1.131,55	1.131,55		34,85
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.01	Encargos instal	3.500,00	350,00					3.150,00	3.150,00		
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.03	Conservação bens	8.430,00	1.000,00	6.610,85	6.610,85		6.610,85	819,15	819,15		78,42
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.08	Locação outros	5.000,00		1.494,55	1.494,55		1.494,55	3.505,45	3.505,45		29,89
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	12.062,00	1.206,00	8.527,14	8.527,14		8.527,14	2.328,86	2.328,86		70,69
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.09.C0.00	Comun fixas de voz	13.488,00	1.349,00	6.789,32	6.789,32		6.789,32	5.349,68	5.349,68		50,34
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicaç	35.000,00	3.500,00	29.212,64	29.212,64		29.212,64	2.287,36	2.287,36		83,46
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.10	Transportes	6.000,00		5.990,10	5.990,10		5.990,10	9,90	9,90		99,84
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.11	Representaç ser	1.000,00		130,53	130,53		130,53	869,47	869,47		13,05
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.13	Deslocações est	1.000,00	300,00					700,00	700,00		
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.17	Publicidade	1.000,00	400,00					600,00	600,00		
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.18	Vigilância segu	500,00						500,00	500,00		
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.20.C0.00	Outros	2.000,00	700,00	100,00	100,00		100,00	1.200,00	1.200,00		5,00
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.25	Outros serviços	4.500,00	1.575,00	2.027,65	2.027,65		2.027,65	897,35	897,35		45,06
01.04.02	121	1.1.1	256	04.07.01	Instit s/fins I	381.200,00		349.549,29	349.549,29		349.549,29	31.650,71	31.650,71		91,70
01.04.02	121	1.1.1	256	07.01.07.A0.B0	Equip infor-Outros	1.000,00		847,44	847,44		847,44	152,56	152,56		84,74
01.04.02	121	1.1.1	256	07.01.08.A0.B0	Softwar infor-Outros	25.500,00		24.669,67	24.669,67		24.669,67	830,33	830,33		96,74
01.04.02	121	1.1.1	256	07.01.09.A0.B0	Equip admin-Outros	4.500,00		2.288,80	2.288,80		2.288,80	2.211,20	2.211,20		50,86
Total.....						519.180,00	13.080,00	446.497,37	446.497,37	0,00	446.497,37	59.602,63	59.602,63	0,00	86,00

Lisboa, 05 de março de 2014



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Entidade: 1300 (DGPRM - DDN)
 Exercício: 2013
 Período da Gerência: 01-01-2013 a 31-12-2013
 Divisão: Todas

Unidade monetária: EURO

Classificação Orgânica (1)	Classificação Funcional (2)	Fonte Financiamento (3)	Actividade (4)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (7)	Cativos ou Congelamentos (8)	Compromissos assumidos (9)	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (16)=(12)/(7)x100
				Código (5)	Descrição (6)				Ano (10)	Anos anteriores (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	
01.04.01	121	1.1.1	256	01.02.04	Ajudas de custo	86.509,00		85.558,01	85.558,01		85.558,01	950,99	950,99		98,90
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.02	Comb lubrifican	10.000,00		3.406,00	3.406,00		3.406,00	6.594,00	6.594,00		34,06
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.08	Material escrit	7.500,00		3.656,98	3.656,98		3.656,98	3.843,02	3.843,02		48,76
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.15	Prémios cond of	2.500,00		805,40	805,40		805,40	1.694,60	1.694,60		32,22
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.18	Livros e doc té	500,00		281,96	281,96		281,96	218,04	218,04		56,39
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.21	Outros bens	30.000,00		26.656,67	26.656,67		26.656,67	3.343,33	3.343,33		88,86
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.03	Conservação bens	110.000,00		105.657,77	105.657,77		105.657,77	4.342,23	4.342,23		96,05
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.08	Locação outros	7.600,00		5.977,71	5.977,71		5.977,71	1.622,29	1.622,29		78,65
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	7.500,00						7.500,00	7.500,00		
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.C0.00	Comun fixas de voz	10.000,00		2.827,09	2.827,09		2.827,09	7.172,91	7.172,91		28,27
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	10.000,00						10.000,00	10.000,00		
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicaç	25.000,00		1.156,42	1.156,42		1.156,42	23.843,58	23.843,58		4,63
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.10	Transportes	400.000,00		398.325,11	398.325,11		398.325,11	1.674,89	1.674,89		99,58
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.12.A0.00	Seguros-Estágios AP	1.500,00		88,92	88,92		88,92	1.411,08	1.411,08		5,93
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.13	Deslocações est	37.495,00		21.540,52	21.540,52		21.540,52	15.954,48	15.954,48		57,45
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	7.500,00		3.099,60	3.099,60		3.099,60	4.400,40	4.400,40		41,33
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.19.C0.00	Assist. Técn - Outro	15.000,00		912,66	912,66		912,66	14.087,34	14.087,34		6,08
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.20.C0.00	Outros	55.000,00		54.395,68	54.395,68		54.395,68	604,32	604,32		98,90
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.25	Outros serviços	1.000,00						1.000,00	1.000,00		
01.04.01	121	1.1.1	256	07.01.07.A0.B0	Equip infor-Outros	90.500,00		5.696,49	5.696,49		5.696,49	84.803,51	84.803,51		6,29
01.04.01	121	1.1.1	256	07.01.08.A0.B0	Softwar infor-Outros	18.500,00		11.439,00	11.439,00		11.439,00	7.061,00	7.061,00		61,83
01.04.01	121	1.1.1	256	07.01.09.A0.B0	Equip admin-Outros	29.000,00		28.408,20	28.408,20		28.408,20	591,80	591,80		97,96
Total.....						962.604,00	0,00	759.890,19	759.890,19	0,00	759.890,19	202.713,81	202.713,81	0,00	78,94

Lisboa, 05 de março de 2014



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Entidade: 1300 (DGPRM - INCENTIVOS)
 Exercício: 2013
 Período da Gerência: 01-01-2013 a 31-12-2013
 Divisão: Todas

Unidade monetária: EURO

Classificação Orgânica (1)	Classificação Funcional (2)	Fonte Financiamento (3)	Actividade (4)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (7)	Cativos ou Congelamentos (8)	Compromissos assumidos (9)	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (16)=(12)/(7)x100
				Código (5)	Descrição (6)				Ano (10)	Anos anteriores (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	
01.04.01	121	1.1.1	256	05.08.03	Outras	100.000,00		99.127,60	99.127,60		99.127,60	872,40	872,40		99,13
<i>Total.....</i>						100.000,00	0,00	99.127,60	99.127,60	0,00	99.127,60	872,40	872,40	0,00	99,13

Lisboa, 05 de março de 2014

-
-
-
-



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa

Entidade: 1300
 Exercício: 2013 (DGPRM - PALOPs)
 Período da Gerência: 01-01-2013 a 31-12-2013
 Divisão: Todas

Unidade monetária: EURO

Classificação Orgânica (1)	Classificação Funcional (2)	Fonte Financiamento (3)	Actividade (4)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (7)	Cativos ou Congelamentos (8)	Compromissos assumidos (9)	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (16)=(12)/(7)x100
				Código (5)	Descrição (6)				Ano (10)	Anos anteriores (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.05	Alim-Refei conf	81.685,00		78.465,96	78.465,96		78.465,96	3.219,04	3.219,04		96,06
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.13	Deslocações est	72.021,00		68.802,46	68.802,46		68.802,46	3.218,54	3.218,54		95,53
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.22	Serviços de saú	17.150,00		17.149,17	17.149,17		17.149,17	0,83	0,83		100,00
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.25.A0.09	AqBS-OutrosSrv-AnAnt	83.204,00		83.203,03	83.203,03		83.203,03	0,97	0,97		100,00
01.04.01	121	1.1.1	256	05.08.03	Outras	21.747,00		6.395,20	6.395,20		6.395,20	15.351,80	15.351,80		29,41
Total.....						275.807,00	0,00	254.015,82	254.015,82	0,00	254.015,82	21.791,18	21.791,18	0,00	92,10

Lisboa, 05 de março de 2014

-
-
-
-

Gestão Documental
Controlo de documentos produzidos e recebidos em 2013
Distribuição dos documentos internos produzidos*

DIR	DSRHDN	DSRASM	DSSASAC	GABGEP	DEPGR	GAT	CEFDN	Outros
6	71	23	22	9	178	5	13	12

* Informações, pareceres, NI, e-mail oficiais ... (Não inclui Ofícios)

SUBTOTAL	339
-----------------	------------

+ 10% (2012)

Distribuição dos Ofícios produzidos/saídos

DIR	DSRHDN	DSRASM	DSSASAC	GABGEP	DEPGR	GAT	CEFDN	Outros
28	522	1592	10699	9	665	14	5	28

SUBTOTAL	13.562
-----------------	---------------

- 29% (2012)

Distribuição total dos documentos produzidos (internos/externos) por Classe Documental

ASSUNTOS COMUNS

01 Constituição, Organização e Regulamentação	1
02 Planeamento e Controlo	5
03 Comunicação e Relações Externas	4
04 Gestão da Informação	75
05 Modernização e Inovação	11
06 Recursos Humanos	421
07 Recursos Financeiros	331
08 Recursos Patrimoniais	93

ASSUNTOS ESPECÍFICOS

09 Antigos Combatentes	10420
10 Deveres e Efetivos Militares	609
11 Assuntos da Profissionalização das FA	295
12 Assuntos Estatutários	172
13 Assuntos do Serviço Militar	1013
14 Qualificação e Formação	40
15 Vínculos, Carreiras e Remunerações	57
16 Saúde Militar	200
17 Assuntos Sociais	133
18 Educação Física e Desporto Militar	19
19 Segurança	2

TOTAL	13.901
--------------	---------------

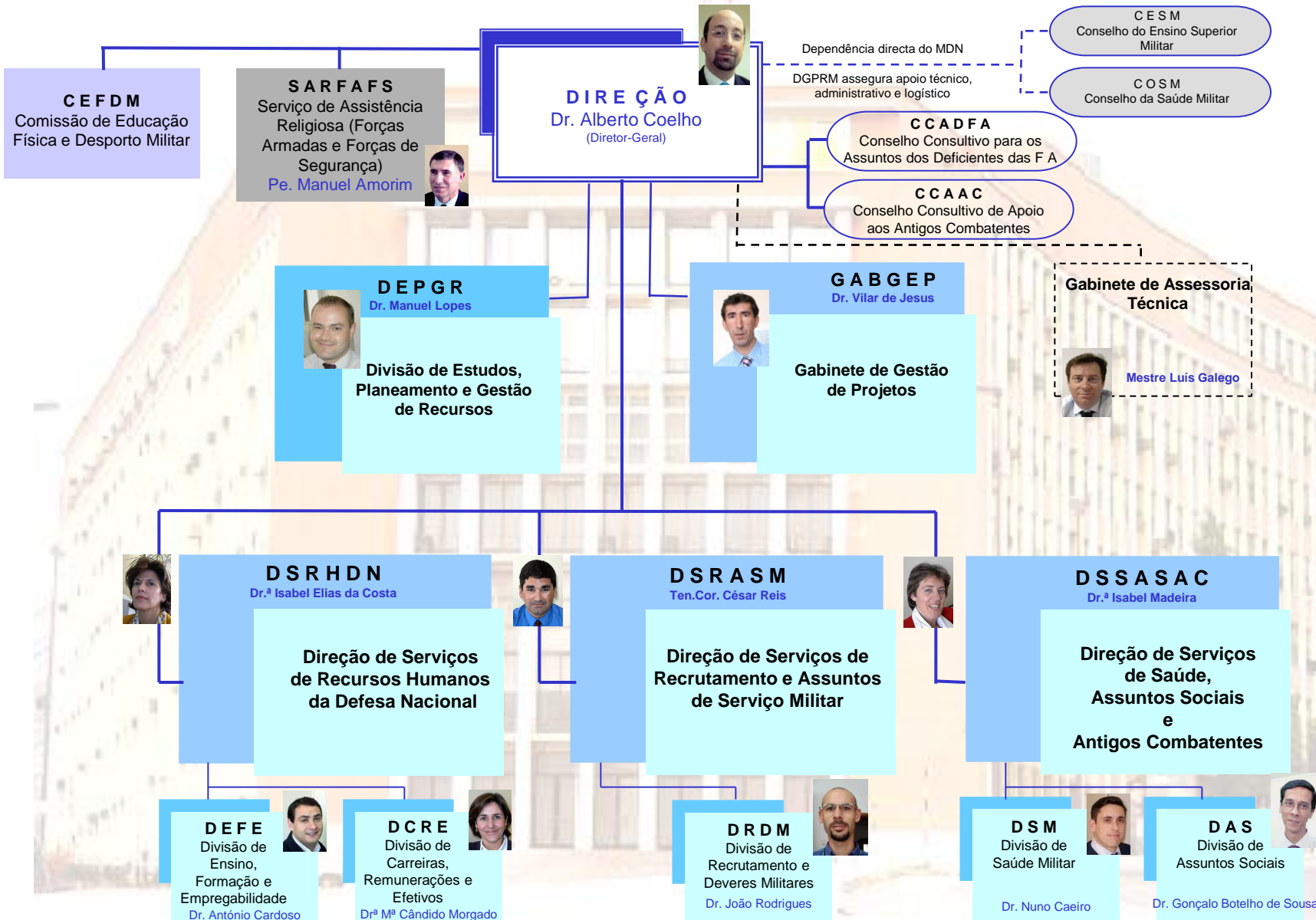
- 28% (2012)

Distribuição dos documentos recebidos

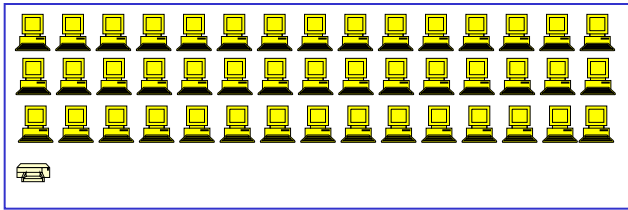
DIR	DSRHDN	DSRASM	DSSAS	GABGEP	DEPGR	GAT	CEFDN	Outros
19	875	9111	7866	50	1445	15	28	16

TOTAL	19.425
--------------	---------------

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar



Estrutura física da rede informática



DSSASAC + DSRASM/DAPSM (DDN +Loja Profissionalização + CIOFE) + Sala de formação (Palácio Bensaúde)



Salas

440 -

486 -

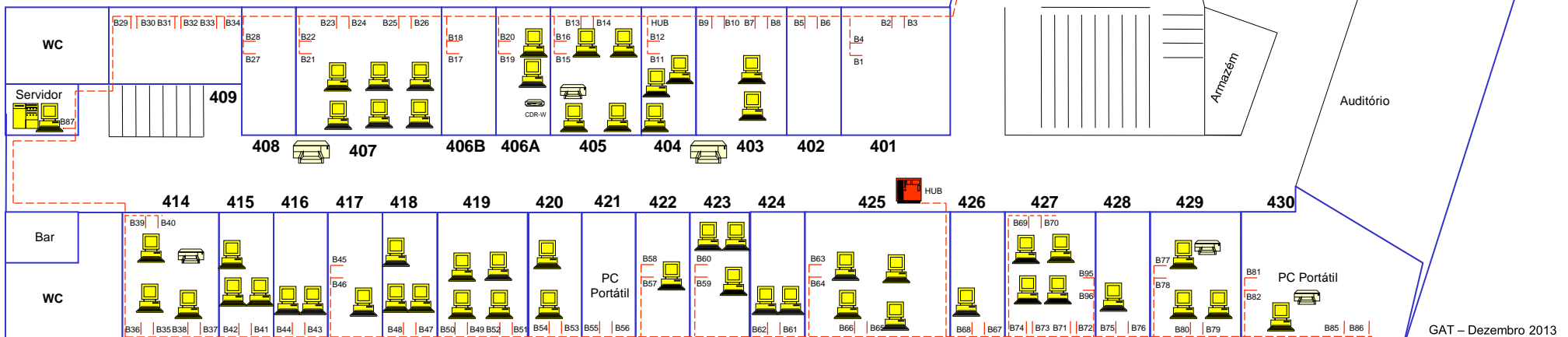
487B -

LEGENDA

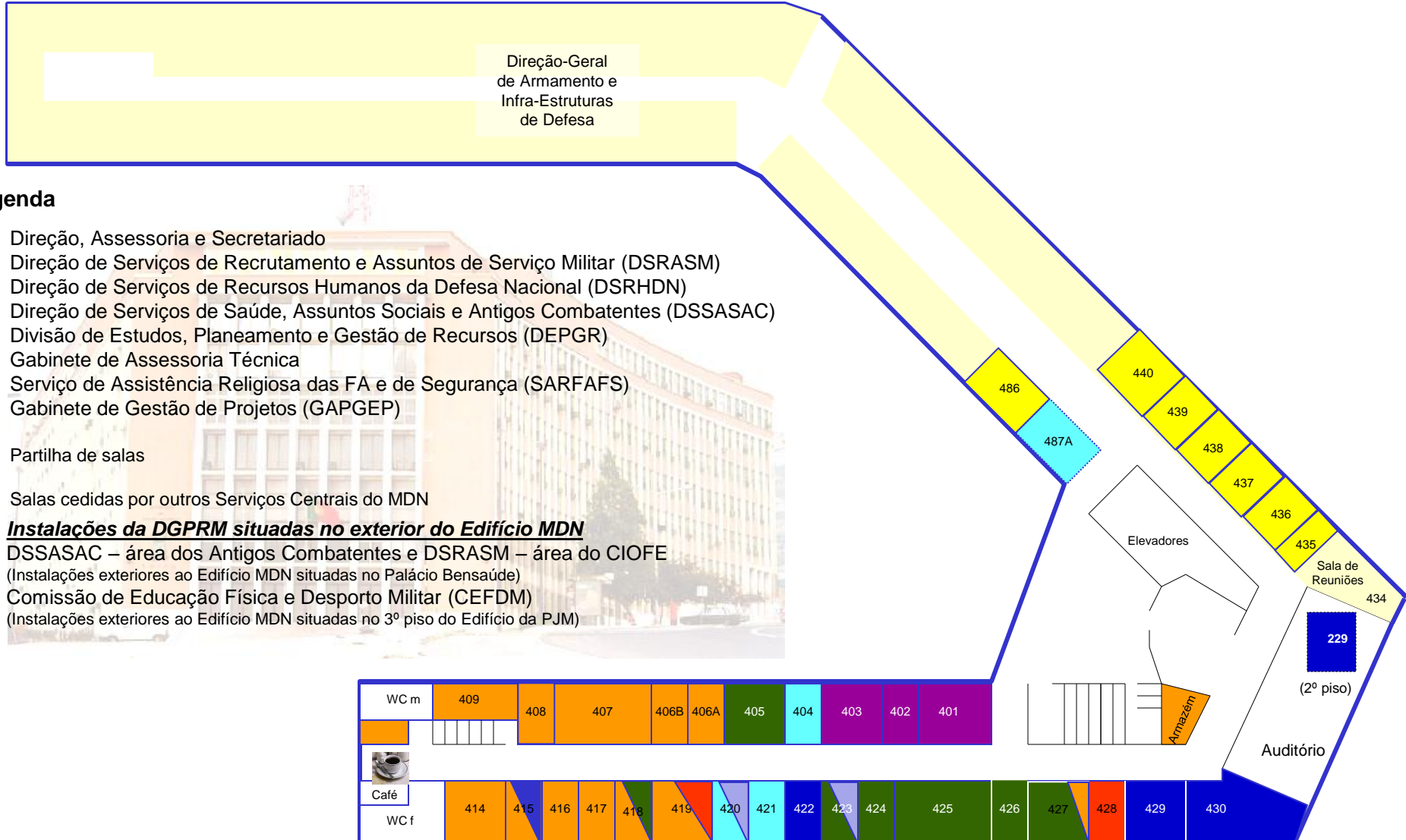
Estrutura de Rede e saídas

Distribuição de equipamentos pelos Utilizadores

Total de computadores distribuídos – 130 (+6% 2012)
Total de impressoras multifunções distribuídas – 9 (+12% 2012)



Edifício MDN - 4º Piso
(Ala Oeste)



Legenda

- Direção, Assessoria e Secretariado
- Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar (DSRASM)
- Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional (DSRHDN)
- Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes (DSSASAC)
- Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos (DEPGR)
- Gabinete de Assessoria Técnica
- Serviço de Assistência Religiosa das FA e de Segurança (SARFAFS)
- Gabinete de Gestão de Projetos (GAPGEP)
- Partilha de salas
- Salas cedidas por outros Serviços Centrais do MDN

Instalações da DGPRM situadas no exterior do Edifício MDN

DSSASAC – área dos Antigos Combatentes e DSRASM – área do CIOFE

(Instalações exteriores ao Edifício MDN situadas no Palácio Bensaúde)

Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDM)

(Instalações exteriores ao Edifício MDN situadas no 3º piso do Edifício da PJM)

